

ECONOMIA POLÍTICA E SOCIEDADE



LUIZ GONZAGA DE SOUSA
LUIZ GONZAGA DE SOUSA

editado por
eumed.net

ECONOMIA, POLÍTICA E SOCIEDADE

LUIZ GONZAGA DE SOUSA

Copyright: Luiz Gonzaga de Sousa

**Todos os direitos desta edição estão reservados
ao autor desta obra**

Para citar este libro puede utilizar el siguiente formato:

Gonzaga de Sousa, L. (2006) *Economia, Política e Sociedade*. Edición electrónica. Texto completo en www.eumed.net/libros/2006a/lgs-eps/

Envíe sus comentarios al libro directamente al autor:

gonzaga@ch.ufcg.edu.br

ISBN-10: 84-689-8437-X

Nº Registro: 06/31001

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
DEMOCRACIA: CONSCIÊNCIA COMUNITÁRIA	12
APRESENTAÇÃO.	12
INTRODUÇÃO.....	13
O MOVIMENTO COMUNITÁRIO	14
O QUE É CONSCIENTIZAÇÃO?.....	18
A "REVOLUÇÃO DE 1964"	23
POLÍTICA DE BASE: GANHOS E PERDAS.....	24
PERSPECTIVAS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
BIBLIOGRAFIA.....	33
UMA ECONOMIA COMUNITÁRIA	33
A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COMUNITÁRIO.....	39
ESCOLAS COMUNITÁRIAS	45
O PMDB E O PODER.....	51
POLÍTICA & PODER	55
ECONOMIA INDUSTRIAL DOS CALÇADOS.....	61
A ECONOMIA INDUSTRIAL DOS CALÇADOS II.....	66
A FORMAÇÃO DA ECONOMIA CAMPINENSE.....	71
A ECONOMIA DO FORRÓDROMO	76
AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS.....	81

CAMPINA CANTADA E ENCANTADA	86
O PERFIL DE UM "LEADER"	91
PREFEITURA POPULAR E DEMOCRÁTICA	96
A FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES DE AMIGOS DE BAIRRO	101
ONDE ESTÃO NOSSOS ECONOMISTAS?	106
O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO	111
SETRABES: UMA PROPOSTA.....	121
O USO DA TERRA EM CAMPINA GRANDE	126
A ATIVIDADE DOS CAMELÔS	131
OS TRANSPORTES URBANOS EM CAMPINA GRANDE.....	136
INTRODUÇÃO.....	136
O VELHO VERSUS NOVO SISTEMA DE TRANSPORTES URBANOS	137
O CÁLCULO DA TARIFA.....	139
OS MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS NA CIDADE	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS EM CAMPINA GRANDE:UMA ANARQUIA DEMOCRÁTICA	144
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	150
FAVELAS: BOLSÕES DE MISÉRIA.....	151
BOQUEIRÃO: HISTÓRIA E VIDA	157
AÇUDES: UMA VELHA IDÉIA	162

ASSOCIAÇÃO DOS HORTIGRANJEIROS DO VALE DO CAMPINOTE	167
PEQUENA PRODUÇÃO DA PESCA: UMA COOPERATIVA.....	173
PEQUENA PRODUÇÃO: MÚLTIPLOS PROBLEMAS	178
MERCADO INFORMAL: UMA PROPOSTA	184
UM DEBATE SOBRE A REFORMA AGRARIA.....	189
A ECONOMIA DO SEMI-ÁRIDO.....	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
BIBLIOGRAFIA	206

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo levantar alguns questionamentos sobre a vida social e econômica de Campina Grande e de sua circunvizinhança, porque o importante não é somente trazer à discussão tudo o que aconteceu numa cidade, mas, aquilo que pode influir nas posições de seu derredor. É o caso desta cidade, que tudo que é feito no seu interior; todos aqueles que direta e indiretamente vivem de sua economia e sua vida social tem recebido a sua influência e os seus efeitos. É claro que os acontecimentos presenciados em Campina Grande, afetam a Pocinhos, Esperança, Lagoa Seca, Lagoa de Roça, Alagoa Nova, Puxinanã e muitas outras cidades que copiam fervorosamente, já levando em consideração que vai dar certo.

Isto é uma verdade e não é pecaminoso caminhar por estas veredas, tendo em vista que, se as pessoas têm condições de fazer as coisas certas, ou com o mínimo erro possível, nada mais correto do que eliminar os riscos e partir seguro. Esta imitação tem seus pontos positivos, assim como, têm o seu lado perigoso, isto é, na hora que essa imitação for entendida errada, certamente levará a uma queda bem maior, por causa do efeito dominó. Por isso, é preciso muito cuidado e muita visão, para que a imitação seja trabalhada dentro do princípio de uma avaliação e de um estudo sério para verificar, se sua aplicabilidade deve ser feita e quais as perspectivas de sucesso. Isto é importante e fundamental, quando se devem tomar decisões considerando-se que tal modelo não é original e precisa se adaptar a uma nova realidade.

O primeiro trabalho apresentado nesta coletânea é um estudo feito sobre a questão política comunitária, que teve origens nos anos cinqüentas, perdura até os dias atuais e seus resultados políticos para a comunidade são cada vez menores. Estudou-se a origem do movimento comunitário na cidade; quem trouxe; assim como, os

primeiros momentos no país e qual a relação existente na vida política do município, no estado e na nação. Isto demonstra o início também da formação política de muitos Vereadores, Prefeitos, Deputados, Senadores, Governadores e Presidente da república, que tiveram suas origens políticas nos levantes comunitários e porque não dizer estudantil e sindical.

Feitos esses estudos da formação política dos movimentos que levaram a transformações na política partidária do município, buscou-se conhecer as origens econômicas de Campina Grande, isto é, quais os inícios da economia da cidade? Como se desenvolveu essa estrutura econômica e como vive na atualidade? As respostas foram adquiridas ao longo de observações, perguntas a pessoas de idade e, sobretudo, leituras em livros e artigos de escritores conhecidos e abalizados neste assunto. É importante frisar que também, buscou-se nos órgãos de classe tipo FIEP, CDL, Associação Comercial e algumas outras mais, algumas explicações literárias, ou estatísticas sobre a economia campinense, tanto no que respeita à sua origem, como à trajetória atual de sua vida social e econômica.

No transcorrer dos anos, das décadas, ou dos séculos, Campina Grande presenciou muitos fatos importantes na sua vida política, passando pelos golpes militares, sobrevivendo aos regimes coronelistas que imperam em lugares subdesenvolvidos, pobres e, sobretudo, em cidades do interior. Aqui neste trabalho, no campo da política, viveu-se a década de 1980, tentando mostrar o que estava acontecendo no cotidiano dos mandantes, ou caciques políticos, bem como, o que acontecia nos bastidores de uma política partidária. Pois, como se sabe, nos movimentos internos de cada partido, correm muitas águas, que a comunidade eleitora não conhece e dificilmente compreenderá a intensa briga que existe pelo poder, nem sempre político, mas, interligado com o econômico, que é quem determina tudo nas relações humanas.

Nestes estudos levantados, tentou-se, também, investigar a vida social e política de algumas pessoas e instituições que influenciaram e ainda hoje influenciam no desenrolar econômico,

político e social da cidade. É importante ver como se interrelacionam as pessoas; como se cria uma liderança e como essa liderança se comporta perante a sociedade, pois, liderar é muito difícil e sério, tendo em vista que mexe com o psiquismo de cada ser humano. Campina Grande criou vários líderes que são respeitáveis; que são venerados pela cidade e pela região, dada a sua estrutura de convivência e tratamento político que as pessoas necessitam em seus dias a dia, pois, essas lideranças são patrimônios que devem ser conhecidos, não somente no momento de sua atuação política, entretanto, deverá ficar à posteridade.

Quanto aos movimentos sociais da cidade, não se deve esquecer a formação das Sociedades de Amigos de Bairro, cujo objetivo fundamental é defender o bairro do desprezo dos governantes municipais e estaduais e procurar defender os direitos do cidadão da localidade. Com este movimento, conseguiram-se alguns melhoramentos para os bairros, mesmo não sendo o que a sociedade almejava, mas, foram passos dados e bem dados, rumo a uma estrutura política que o bairro necessita. É claro que esse trabalho teve momentos de pique e instantes de baixa, tendo em vista a situação econômica do país que levou, ou leva os líderes a se venderem por um empreguinho para si, ou para seus familiares. É uma vergonha, cuja situação, pode-se até compreender, entretanto, fica muito difícil de aceitar, pelo tipo de trabalho que é próprio de líder.

Observa-se em Campina Grande, um povo bastante politizado, com atuação de vanguarda muito forte, não somente quanto aos problemas locais, como também de âmbito nacionais, pois, os reclamos do país, foram ecoados aqui neste município, com os partidos mais conseqüentes da época. Não somente os partidos políticos de oposição, mas, os sindicatos participaram destes movimentos que culminaram com a implantação da democracia e a queda de estruturas arcaicas e coronelistas que ainda imperavam na cidade. O povo campinense tem em sua história um retrato fiel das lutas que o país travou e continua lutando para que todos tenham os seus direitos respeitados, não somente perante a justiça da terra,

sobretudo, uma moral ilibada e reta para exemplo de seus irmãos e todos aqueles que advirão.

Pesquisando um pouco mais, pode-se ver a situação em que se encontrava, ou se encontra o setor industrial campinense, quanto à economia dos calçados, isto é, o setor calçadista foi muito importante para a economia do município, tendo em vista os curtumes que aqui localizaram. Hoje o setor industrial dos calçados é de fundamental importância para o município, sem esquecer que as primeiras fabriquetas dos bairros pobres da cidade tiveram a sua contribuição nesta formação que traz, ou trouxe muitos recursos para Campina Grande. Este é um ponto importante no conhecimento das raízes econômicas da cidade, quando ainda dava os seus primeiros passos na estruturação de sua vida social, política e econômica, dando condições a muitas pessoas ganharem suas sobrevivências no dia a dia dessa economia.

Tem-se que a população aumentava a cada instante, pelas facilidades que a economia local oferecia, devido, justamente essas pequenas inventivas que apareciam no município, que se desenvolvia rapidamente e com muita perspectiva. E, neste transcorrer histórico, sempre foi preciso, um trabalho comunitário para todos terem a sua vez, infelizmente não se chegou a sua aplicação plena, mas, nesta coletânea está uma proposta de um trabalho coletivo e uma estruturação de uma economia comunitária. Não é o que aconteceu, ou acontece em Campina Grande, é uma situação que poderia dar certo neste município ao se verificar que o trabalho comunitário é muito bem vindo às lideranças que gostariam de ter uma atividade onde todos trabalhassem de maneira mutualista e fraternal em todos os sentidos.

Dentro de um prisma de democracia, buscando sempre conhecer a economia, a sociedade e a política campinenses, é que, também, estudaram-se os eventos que aconteciam na cidade, tais como: eleições municipais, em cujo acontecimento sempre levantou a animação da população do município. Com estes eventos algumas classes sociais começaram a ganhar dinheiro, como é o caso do "Maior São João do Mundo", que inegavelmente teve e tem a sua

participação na economia municipal, levantando, ou abrindo campo para o mercado informal. É claro que são poucos meses de trabalho, isto é, praticamente um mês, mas, ajuda a classe pobre do município a adquirir uma renda para alguns afazeres pequenos no lar e tem ajudado bastante a este bolsão de miséria da cidade, que está formado pelas favelas que cada dia aumenta em todas as cidades de porte médio no país.

Afora estas questões, estão também alguns artigos que não dizem respeito diretamente ao município, todavia, políticas que foram travadas à nível nacional, tais como "Reforma Agrária", discussão sobre o "Semi-árido" e muitas outras são importantes para uma aplicação aqui no município. São textos que estão ligados ao município pela necessidade que têm de uma dinamização maior no setor rural, onde os seus habitantes passam por dificuldades cada vez maiores e é preciso, com urgência, uma política que direcione melhor o setor rural da cidade de Campina Grande. Como exemplo dos estudos implementados, tem a formação dos açudes, a questão da pequena produção cooperativada, ou não, à viabilização de uma economia que precisa de ajuda, pois, este trabalho tem condições de proporcionar uma linha de ação neste sentido.

Finalmente, são trabalhos que tiveram como objetivo fundamental levar ao homem da cidade e do campo, alguns conhecimentos sobre a sua real situação como cidadão de uma cidade que cresce, ou não, mas tem que ser conhecida por seus filhos. Uma parte da história de Campina Grande está contada nestes artigos, algumas vezes levando alguma emoção nas entrelinhas e em outros momentos realismo demais para uma situação que muitas pessoas não querem conhecer abertamente. Aí está o medo da realidade de uma cidade que teve o seu momento de grandeza e em outros instantes de tristeza por sentir a sua decadência, ou a sua derrocada coisa que seus filhos não devem desconhecer em nenhum instante, pois, quem conhece Campina, deve se lembrar de seus momentos de glória e de alegria que a cidade proporcionava a todos que queriam vencer na vida quer seja profissional, ou até mesmo romanticamente.

DEMOCRACIA: CONSCIÊNCIA COMUNITÁRIA

Apresentação

Dentro de uma experiência democrática, procura-se muitas vezes refletir os grandes conselhos literários que existem e sempre que possível adaptá-los a uma realidade atual. Observando-se este mundo abstrato, é que se pensou em estruturar um estudo que apresentasse o momento democrático do município de Campina Grande. É neste sentido que está este trabalho, isto é, mostrar a incoerência entre a literatura sobre participação e realidade comunitária dentro deste processo de democracia. Isto pode ser concretizado através de um apanhado de escritos de cientistas reconhecidos e a experiência vivida com os movimentos populares de base neste Município.

Depois de processada esta pesquisa, em termos de literatura bibliográfica, entrevistas e apanhados em relatórios dessas entidades de base, pode-se mostrar a real situação dos líderes dos movimentos reivindicatórios neste município. Não foi difícil de sentir os comprometimentos das entidades populares de reivindicação às autoridades políticas, pois foram 20 anos de arbítrios e opressões ao povo, que sempre clamou pela liberdade de atuação e participação nas exigências, em ver cumpridos seus direitos de poder esfernejar contra aqueles que vivem de exploração do homem indefeso.

Não é subverter a Lei para buscar suas verdades, não é perturbar o poder, procurar entender a sua realidade, e não é querer se apropriar do alheio, exigir um pagamento justo pelo seu trabalho que engrandece os patrões e denigra o próprio trabalhador. Desta maneira, precisa-se de um movimento comunitário novo, forte e vibrante de independência, pela causa popular. É neste sentido que este trabalho tenta mostrar a realidade crua e indicar alguns

parâmetros que demarcam um movimento forte e coerente, pois é neste caminho que se deve entender o que são a conscientização, a intromissão da revolução de 1964 na vida do país, os movimentos comunitários aqui no município, as decepções que se passaram e uma pretenciosa perspectiva sobre o futuro dos movimentos de base em Campina Grande.

Introdução

Passados alguns anos da "Revolução de 1964" vale a pena fazer uma avaliação sobre os movimentos reivindicatórios no país e, em especial, aqui em Campina Grande. Sabe-se de antemão, que o esforço das lideranças para restaurar as organizações de base tem sido intenso e muito cuidadoso. Em primeiro lugar, tentando destronar os pelegos dessas entidades, que só servem como agentes dos empresários ou das autoridades governamentais e, em segundo, lutando pela formação de lideranças independentes e atuantes. Não é por coincidência que muitas Sociedades de Amigos de Bairros cresceram no pós-64 e a própria UCES (União Campinense de Equipes Sociais) teve seu nascedouro neste período. As Entidades de base não pararam com esta data, somente mudaram de liderança e de maneira de atuação política reivindicatória no município, no estado e no país.

Com as mudanças de visão, as entidades de base serviram apenas para atender ordens da classe empresarial e quanto as sociedades comunitárias, as suas lideranças eram pessoas do governo ou comunitários que estavam coordenando esses trabalhos no intuito de conseguir um emprego para um amigo, para sua família, ou até mesmo para si próprio. Com o processo de abertura, deve-se aproveitar esse espaço para se fazer um trabalho de conscientização, de maneira tal que todo o povo brasileiro volte a participar, volte a se engajar em todos os trabalhos de mobilização e de atuação política. O que não pode acontecer é que toda a comunidade brasileira fique apática às transformações que passa o

país, o estado e o município. A união do povo são os passos acelerados da liberdade de uma Nação.

Dentro deste quadro, pretende-se analisar os movimentos de reivindicação aqui em Campina Grande, dentro de uma perspectiva nacional. Coloca-se este problema, não numa análise pura e seca, mas levando-se em consideração o nível de conscientização da comunidade campinense, frente a organizações formadas e as outras que estão pouco a pouco surgindo na busca de soluções aos problemas de cada bairro, de cada classe social. Sabe-se de antemão, que os movimentos de base caminham lentamente e que se tem conseguido muitas decepções com as reivindicações feitas, mas isto não é fator de acomodação, de alienação. Precisa-se esquecer as perdas e partir para implementar cada vez mais o processo de mobilização, porque é só lutando que se consegue vencer qualquer tipo de dificuldade em que se está empenhado.

O movimento comunitário

Campina Grande experimenta um trabalho comunitário há bastante tempo. Em 1958 iniciaram-se os primeiros passos em prol de uma organização da comunidade, com a criação de uma espécie de Conselho Comunitário que visava conscientizar a comunidade quanto aos seus problemas cotidianos. A partir de então, a coisa começa a proliferar com a criação das Sociedades de Amigos de Bairro - as SABs. Esse espírito organizacional remonta às idéias vindas de outros Estados, com o sucesso das comunidades do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo e de outros rincões do país. Nestes locais, os movimentos comunitários eclodiram com uma participação política nunca vista em todos os tempos.

As Sociedades de Amigos de Bairros constituem grupos de amigos que procuram se organizar nos fins de semana no intuito de reivindicar das autoridades melhoramentos em seus bairros, no que diz respeito à terraplanagem, à limpeza pública, ao sistema de água e esgotos, ao sistema energético, debates públicos, os mais diversos

possíveis; participação na vida política da cidade; festas nos fins de semana e melhor atendimento dos transportes coletivos urbanos. Quando o número de Sociedades de Amigos de Bairros proliferou, criou-se a União Campinense de Equipes Sociais - UCES, órgão coordenador de todas as SABs do município.

Com a criação deste movimento, Campina Grande conseguiu muitos benefícios, porque os membros das SABs estavam sempre exigindo, a quem de direito, os mais diversos benefícios para sua comunidade, como por exemplo: grupo escolar; igrejas; calçamento de ruas; melhoramento no abastecimento d'água; melhor suprimento de energia elétrica, etc. Tudo isto incentivou os comunitários a participarem da política dos bairros, sem partidarismo político sem distinção de raça e sem discriminação religiosa. Dentro desta visão, a união das SABs constituiu-se num instrumento poderoso de reivindicação popular, exigindo uma equidade social para todos os subúrbios, desde o Bairro das Nações até a recém-nascida Vila dos Teimosos em Bodocongó.

Para congregar essa comunidade nas discussões, faz-se convocação por "mosquitos", anúncios em jornais e divulgação em carros de som, pelos diversos recantos do bairro. No começo de cada trabalho, quando se abre uma SAB, a participação é boa, mas em seguida os comunitários começam a se retirar dos compromissos que lhes são conferidos. Pensa-se talvez que a sociedade é quem deve assumir todos os trabalhos da comunidade, servindo assim como um moleque de recado, ou uma prestadora de serviços obrigada à comunidade, sem a participação de quem está sendo atacado por determinado problema que deseja resolver. A SAB é a participação de todos; sem a participação do povo não se consegue resolver nada; sem isto não se tem força para exigir dos governos benfeitorias para o bairro.

O movimento comunitário engloba também os trabalhos dos Sindicatos (trade unions), dos Clubes de Mães, da Associação dos Mutuários e de muitos agrupamentos reivindicatórios aqui em Campina Grande. Os Sindicatos têm uma história mais longa,

porém, em sua maioria, sem bastante poder para reivindicar dos empresários seus direitos. Os trabalhadores são perseguidos, são demitidos sem justa causa e não têm quem lhes dê a mão, porque não existe uma consciência conjunta dos movimentos reivindicatórios. Os Sindicatos estão esvaziados. Os seus filiados não têm confiança em seus "leaders", que muitas vezes distorcem o verdadeiro objetivo da classe. A insegurança nas fábricas é grande, pois, de um lado, impera o medo de organização, de conscientização e, de outro, vive-se um clima de não se poder atuar dentro de um Sindicato.

Na mesma linha de movimentação política, os Clubes de Mães estão muito bem orientados, exigindo a obediência aos seus direitos e participando dos movimentos políticos a nível nacional, contra as injustiças sociais, as desigualdades econômicas e procurando engajar a mulher dentro do contexto nacional como ser humano. Os movimentos dos Clubes de Mães têm trazido às mães dos bairros, um eficaz aprendizado de arte culinária, de artesanatos e de diversas profissões na ajuda da renda familiar do grupo, bem como mais uma opção de lazer para as mulheres que passam as tardes ociosas em suas residências. Os Clubes de Mães têm participado de diversas manifestações, com a participação ativa em seus discursos inflamados, mostrando que a mulher existe e deve participar dos movimentos políticos.

Uma das mais recentes movimentações comunitárias é a Associação dos Mutuários da Habitação, criada com objetivo principal de proteger o mutuário das explorações do Sistema Financeiro de Habitação do país, bem como das injustiças praticadas pelos agentes financeiros do BNH (Banco Nacional de Habitação). Registra-se um leque bastante grande de abusos de poder dos funcionários da CEHAP (Companhia de Habitação da Paraíba) contra os mutuários dos conjuntos construídos por essa cooperativa. Em discussão com os mutuários desses conjuntos, verifica-se a imposição de contratos em branco e até mesmo de ameaça de despejos se o mutuário não se sujeitar às ordens das autoridades da CEHAP. A Associação dos Mutuários procura

proteger seus filiados desses abusos, porque essa agremiação é o trabalho conjunto da diretoria com todos os mutuários do Município.

Entre erros e acertos, a Associação dos Mutuários já conta com um ano de existência, porém com um primeiro ano de doenças e doenças, quase chegando à morte; entretanto, foi em julho de 1984 que a associação se soergueu fortificada numa feroz vontade de sobrevivência. Fizeram-se diversas assembleias, com a participação nunca vista no movimento comunitário, no momento ainda com medo, devido à atuação da associação no seu início, os mutuários ainda duvidavam da eficácia dos trabalhos da associação, mas quando saíram as primeiras liminares, as atividades tomaram novos rumos e a credibilidade no movimento reivindicatório começou a crescer. Conta-se com uma boa participação dos mutuários na associação, mas, ainda não é o esperado, quanto a mobilização no surgimento da Entidade, quando chegaram a participar em assembleia mais de 300 mutuários.

O movimento comunitário está desacreditado, pelo menos aqui em Campina Grande, pois só se consegue reunir uma boa assembleia, quando o debatedor é uma estrela, mas o importante não é estrelato, e sim, a participação do povo nos debates, e daí, com as Comissões, poder encaminhar os problemas da classe, com a participação das comunidades e lideranças. Vê-se, em todos os recantos do município, um atrelamento dos movimentos comunitários com as autoridades municipais, através de empreguismo ou qualquer tipo de dependência, tirando a característica principal de um movimento independente. Essa vinculação prefeitura versus movimento comunitário, tira toda a autoridade da classe para reivindicar mais ativamente.

Os trabalhos comunitários exigem uma certa paciência em lidar com as diversas classes sociais. Deve-se deixar claro que foram vinte anos de desconhecimento da realidade do país. Não se podiam discutir os problemas nacionais. Não se podia participar de organizações sindicais e nem comunitárias, pois dificultou a participação dos comunitários nos diversos problemas nacionais, do

estado e/ou do município. O povo se alienou do processo político e enveredou por caminhos impróprios a sua participação, procurando preencher seu tempo com novelas ou qualquer outro tipo de programa de televisão ou festa de rua. Com isto, conhecer a realidade era coisa de agitador ou de comunista. Desta forma, conscientizar a comunidade é trabalho difícil e muito lento.

O que é conscientização?

Dentro dos movimentos comunitários, o que mais se ouve é o termo conscientização, como se fosse uma palavra de fácil percepção e emprego. Na verdade, a conscientização é o processo de fazer com que a comunidade conheça seus direitos e deveres, praticando-os em sua plenitude. Um exemplo típico do emprego desse termo é que, quando se entra com um processo contra alguém, devem-se saber os ganhos do processo, no caso de ser favorável, e as perdas, no caso de ser desfavorável. Nunca se quer perder, em nenhum sentido; por isso, uma comunidade desconscientizada, prefere viver como Deus quiser a reivindicar os seus direitos. Isto decorre do comodismo ou usurpação de um regime ditatorial.

A conscientização é mais do que saber o que se passa ao seu redor, é acima de tudo um processo histórico e neste sentido coloca Paulo FREIRE (1980)¹: *no ato mesmo de responder aos desafios que lhe apresenta seu contexto de vida, o homem se cria, se realiza como sujeito, porque esta resposta exige dele reflexão, crítica, invenção, eleição, decisão, organização, ação,... Todas essas coisas pelas quais se cria a pessoa e que fazem dela um ser não somente adaptado à realidade e aos outros, mas integrado. É isto que FREIRE, entende por conscientização. É o homem se descobrindo. É a luta para se descobrir a si próprio, interrogando-se e buscando respostas aos seus desejos e observações.*

¹ Paulo Freire. *Conscientização*. São Paulo, Moraes, 1980, p. 15.

A conscientização não é especificamente o indivíduo conhecer uma realidade tal como ela é, mas é um processo baseado na relação consciência-mundo; entretanto, explora-se a esse princípio ao se ter, de um lado, a consciência e, de outro, o mundo. *A conscientização consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência.* Desta maneira, conscientizar significa adquirir sua própria liberdade, é libertar-se, porque é daí que o homem percebe tudo que o cerca, pois como se sabe, a consciência humana está bastante interligada com o mundo real, por isso a conscientização é a luta que os homens travam para livrarem-se dos obstáculos que impedem uma boa percepção do mundo cotidiano. A conscientização é um processo, e como tal, ele é lento, exigindo muita paciência e trabalho, frente às comunidades.

Nesta seqüência lógica, consciência, vista por LEONTIEV (1980)² é interpretada simplesmente como conhecer, pois ele próprio coloca que *o trabalhador contratado está, sem dúvida consciente do produto que produz; por outras palavras, ele está consciente de seu significado objetivo (Bedeutung) pelo menos na medida em que dele se espera que seja capaz de executar as suas funções laborais de uma forma racional.* Com esta versão, extrai-se que a conscientização é o processo de racionalidade estritamente técnico, mas sem dúvidas se esquece seu significado político dentro de uma sociedade como um todo. Pelo pouco que se entende de conscientização, conclui-se que o homem é apenas um executor de normas e não um ser político participativo, conhecedor de seus deveres e obrigações na estrutura social como um todo.

A consciência envolve duas fases de fundamental importância, quais sejam: a imagem e a atividade. A primeira fase é o perceber, é ver, é formar um corpo sobre qualquer objeto criado. Já a segunda fase é a práxis, é a atuação do homem frente aos atropelos do cotidiano. É nesta fase que se concretiza a consciência social. Com o passar do tempo, a atividade cotidiana transforma-se

² A N. Leontiev. *Atividade e Consciência*. Lisboa, Livros Horizontes, 1980, p. 72

também num objeto de consciência. É a partir daí que a humanidade torna conscientes todas as atividades de pessoa para pessoa e, desta maneira, o homem conhece suas próprias ações. Sendo assim, o processo de conscientização passa pela trilogia sujeito-atividade-objeto, porém não se sabe a referencia inicial do processo.

De maneira mais geral, LUKÁCS (1923)³ vê a conscientização, enfocando que *a superioridade do proletariado sobre a burguesia - que por outro lado lhe é superior em todos os pontos de vista: intelectual, organizacional, etc. - esta exclusividade no fato de ser capaz de conscientizar a sociedade, a partir do seu centro, um todo coerente, e, por conseguinte, de agir de maneira central modificando a realidade; esta em que pode jogar sua própria ação como fator decisivo à balança da evolução social, porque, para sua consciência de classe, teoria e praxis são coincidentes*. Esta colocação refere-se à união do povo a um fim comum, a libertação da humanidade, levando em consideração o aspecto organizacional que busca o desmantelamento da elite empresarial e a vitória dos trabalhadores.

Com este pequeno arcabouço teórico, volta-se ao mundo real, a uma realidade imperfeita, a um mundo de egoísmo, de luta pelo poder, em detrimento da classe espoliada pela minoria que detém a maior concentração de renda e o seu poderio no sistema como um todo. Depois da "Revolução de 1964", todas as organizações de base calaram sua viva voz e com elas se foram as esperanças de participação na vida política do país. Os anos se passaram lentamente e cada vez mais, o obscurantismo mental, gravemente, cercou a mente de cada brasileiro, impedindo-o de buscar sua liberdade e de conhecer seu "módus vivendi", porque conhecer a realidade seria fazer subversão, seria ir de encontro aos desejos nacionais, mas se esquece que milhões de brasileiros morreram na miséria e de fome.

³ Gyorgy Lukács. *Consciência de classe*. Extraído de *Histoire et Conscience de Classe*, Éditions de Minuit, Paris, 1960, p. 43.

A desorganização do país cresceu tanto que os Senhores Presidentes que sucederam a "Revolução" perderam o controle da situação e as exigências do povo começaram a ecoar fortemente não numa organização cem por cento solidificada, mas os grupos que não se entregaram, começaram a orientar o povo ao seu verdadeiro caminho, com as ativações das Sociedades de Bairro, com atuação dos Sindicatos, com as Associações de Docentes, com os mutirões públicos, com os Movimentos Feministas, com os Movimentos dos Clubes de Mães na política e, acima de tudo, com a integração de todas as comunidades, exigindo um país melhor. Foi aí onde o povo começou a se organizar com maior intensidade na busca de se ter um país participativo e livre.

As Sociedades de Amigos de Bairros começaram tentando organizar a comunidade no sentido de fazer as reivindicações de seus comunitários. A princípio, elege-se uma diretoria provisória que objetiva estruturar a sociedade e daí começam as discussões de politização, de reivindicação e, acima de tudo, de organização. Os convites são constantes para a participação das comunidades, mas a frequência é mínima nos debates semanais ou quinzenais da entidade, isto devido aos resquícios da ditadura e acomodação de quem só quer tudo nas mãos, como se as SABs fossem empregadas da comunidade, que estivessem para a comunidade como prestadoras de serviços gratuitos. Verifica-se hoje um tremendo descaso dos comunitários para com sua Entidade de Base.

O mesmo acontece com os sindicatos de todas as espécies. Ao se conversar com um trabalhador, a pessoa sente o quanto aquele homem está dissociado de sua entidade e ele diz imediatamente: Não adianta você fazer reclamações aos Sindicatos, porque eles não resolvem nada. Uma vez, um trabalhador falou: "Estou sendo perseguido pelo meu superior". Em seguida se falou para ele: Por que você não se organiza no sentido de lutar pelos seus direitos? E ele respondia claramente: "O Sindicato não serve de nada e os trabalhadores são covardes e tem medo de perder o seu emprego, pois emprego hoje está muito difícil". Enquanto se tiver esta mentalidade de que emprego está difícil, que os colegas não

ajudam neste trabalho de organização, não se pode ter forças para reivindicar e exigir dos empresários os seus direitos.

Ultimamente têm surgido as Associações de Docentes, como por exemplo: as Associações de Professores de Nível Médio, as Associações de Professores de Nível Superior, as Associações de Professores Primários. Isto mostra que as pessoas estão lentamente se organizando, reivindicando e, o mais importante, estão se apercebendo de sua situação como ser humano. Mesmo assim, o grau de conscientização de todas essas associações ainda deixa muito a desejar, porque se desejam melhorias em suas classes, mas pouco se participa, pouco se luta e pouco se fortifica sua entidade para que ela tenha mais força. Um trabalho social é um trabalho de todos e não um trabalho da entidade que está na classe. A Entidade é apenas coordenadora, mas todos têm que participar.

O processo de conscientização caminha muito lento, a tal ponto que surgem alguns grupos reivindicando isoladamente seus direitos e até mesmo participando de mutirões de rua, tentando resolver pequenos problemas de seus bairros ou conjuntos habitacionais. Isto tem demonstrado que as pessoas isoladas já procuram desenvolver um trabalho comunitário, se não em sua SAB ou em seu sindicato ou qualquer agrupamento, mas a sua consciência já começa a acusar que homem deve participar, deve ser gente. O descrédito nos movimentos comunitários, pode-se observar, origina-se do peleguismo que campeou e ainda campeia nas lideranças destes movimentos. Procura-se muitas vezes ser um membro de uma SAB pela facilidade de se conseguir emprego para si ou para a família.

Dentro desta estrutura, deve-se procurar uma maneira de demolir esse tipo de pagamento, essas atitudes comprometedoras dos movimentos comunitários. Essa falsa consciência desses *leaders* expulsa os comunitários de boa fé e os movimentos comunitários resumem-se, no máximo, os membros da diretoria. Essa atitude existe também nos sindicatos e em qualquer outro movimento que tem como cabeça pessoas comprometidas com as autoridades locais ou regionais. Esse trabalho, ao invés de

conscientizar o ser humano em sua Entidade de base, desconscientiza, aliena e acomoda a uma situação de subordinado e subserviência. Portanto, deve-se reestruturar o movimento comunitário e fazer com que essas Entidades de base tenham uma postura de independência, conscientizada e firme.

A "revolução de 1964"

Em mil novecentos e sessenta e quatro, o país entra numa fase das mais difíceis de sua história. A exploração do capitalismo é crescente. A convulsão social se avoluma e a população treme nas suas bases, temendo uma invasão de grupos internacionais radicais e a dominação do país por grupos sectários. No sentido de acabar essa situação, especificamente de dizimar a atuação da esquerda radical no país, é que aconteceu a Revolução de 1964. As forças armadas do país derrubaram o Senhor Presidente e tentaram arrumar a Nação de maneira que o povo sentisse segurança, melhorasse seu nível de vida e demolisse de uma vez por todas as agitações populares que tinham por finalidade perturbar a ordem pública. Em pouco tempo, o país estava reestruturado, tentando a organização, a ordem.

Com os militares no poder, ninguém mais falou. Os defensores da pátria estão em todos os recantos do país. Intervenções e mais intervenções foram feitas. Líderes comunitários foram à prisão. sindicalistas presos e, alguns cassados. Começou o confronto entre militares, estudantes e operários. O terror foi geral. A marca da opressão era a constante nas escolas, nas reuniões, em todos os lugares. Surgiram agremiações anticomunistas. Levantaram-se grupos paramilitares. A tortura campeou em todas as horas. Todas as ações do povo brasileiro eram vigiadas. Aumentou o medo e todo o povo não respirava o ar puro da liberdade, mas sim um cheiro amargo de ódio e pavor. O cotidiano no país confinou-se a ir ao trabalho e retornar a casa com pouca comunicação.

Com este retrato, a caça aos comunistas foi o dia-a-dia da polícia secreta do governo. As cadeias superlotaram-se com os

presos políticos; e não bastava ser político, só era necessário ser amigo de um procurado pelo SNI (Serviço Nacional de Informação) que entrava na população dos incomunicáveis. Quando preso, o indivíduo ficava incomunicável, submetendo-se aos mais diversos horrores de tortura. O número de presos políticos a partir de 64 foi absurdamente alto, em sua maioria foram mortos e os poucos que se livraram da morte ficaram com problemas psicológicos e até mesmo de sobrevivência. As experiências dos que passaram por estes momentos de tristeza da nossa história retratam os absurdos a que foram submetidos aqueles que lutaram por melhores dias no futuro do país.

As execuções dos brasileiros eram muitas vezes feitas em praça públicas, causando pavor e medo em toda a população. Isto fez com que a vontade de organização, de lutar por melhores condições de vida dos trabalhadores, de participar das decisões do país fosse cada vez mais esquecida e substituída pelos agentes militares do governo federal. Os líderes sindicais eram homens de profundo respeito, por serem *leaders* de confiança das autoridades governamentais e isto aconteceu em quase todas as entidades de base da vida do país. Com isto, a corrupção começou a ter seu apogeu, pois se os governos militares pensavam em acabá-la, aconteceu o contrário, ela a cada momento que se passava, tornava-se constitucional, para aqueles que estavam a serviço de "Revolução de 1964".

Política de base: ganhos e perdas

Com as famosas aberturas dos governos revolucionários, as entidades voltaram a se reorganizar, mas de maneira precária, bem tímida. Os sindicatos começaram suas assembleias porém só estava presente uma minoria atuante dos tempos passados. Fazem-se diversas alternativas de mobilização e os filiados fogem de suas atividades sindicais, confirmando o que determinado Presidente outrora falou: "que o povo não estava preparado para se ter uma democracia". É uma decepção que o país passa, em se saber que

somos cidadãos e relegamos ao último plano as atividades participativas do país. Não se deve esquecer que existem sindicatos com um nível de consciência muito bom, onde os sindicalistas participam ativamente de sua entidade.

A falta de participação nas agremiações de base tem justificado claramente as perdas nas reivindicações. Para um quadro de, por exemplo, cem filiados em uma associação, nas reuniões e até mesmo na votação aparecem apenas trinta ou trinta e poucos desse total. Essa falta de união e participação tem dificultado os trabalhos dos líderes em busca de melhoramentos para sua entidade. E isto é evidente nos resultados das greves dos diversos trabalhadores do país. Reivindica-se uma pauta, mas as autoridades apresentam as suas deliberações e os trabalhadores têm que acolher de cabeça baixa. Não se pode deixar as lideranças sozinhas frente aos movimentos, mas estar com elas em todos os momentos.

Ultimamente tem-se presenciado os absurdos que o governo vem cometendo quanto às taxas de cobrança pela aquisição da casa própria e seu reajuste, sem nenhuma consulta devida ao mutuário. Esta decisão convocou os mutuários da habitação a se organizarem, a exigirem os seus direitos, e hoje o BNH (Banco Nacional de Habitação) já procura uma solução para este problema. Não esqueçamos que pode ser solução a favor do BNH, coisa que deixaria o mutuário em situação pior. Em todo o país, existem as associações de habitação, mas o número de impetrantes de processos ainda é pequeno para se poder ter mais força nas reivindicações em favor dos direitos daqueles que foram iludidos pelos agentes financeiros do Sistema Nacional de Habitação. Até agora os sucessos são pequenos frente ao tempo que já se gastou a esse caso.

A Associação dos Mutuários da Habitação aqui em Campina Grande, tem lutado em busca de uma associação forte e ativa, porém tem encontrado os mais diversos obstáculos em seu trabalho. Quando do surgimento da associação, fez-se um trabalho político bem feito, com reuniões participativas de mais ou menos trezentos (300) mutuários, discutindo e deliberando sobre seus direitos,

querendo que os agentes financeiros cumprissem o que se determinou em contrato, mas a falta de organização e também a falta de uma liderança que soubesse conduzir os trabalhos a contento resultou numa perda de credibilidade dos Diretores frente aos mutuários, que queriam resultados concretos e esses resultados não estavam aparecendo. Frente a isto poucos entraram na justiça e assim mesmo mal encaminhados.

Com essa desarmonia interna, os resultados concretos têm sido pequenos. A desorganização interna da associação extrapolou toda a comunidade mutuatária e todo mundo começou a acreditar mais no Presidente do BNH do que no trabalho da Associação, pois muitos aceitaram as opções que o BNH oferecia (impunha) como solução ao problema da casa própria. A partir de então, a solução seria não pagar a sua casa própria e a associação dos mutuários de Campina Grande passou um longo espaço de tempo sem conscientizar os mutuários de seu direito de possuir a sua morada assegurada por lei. Esse esfriamento fez com que as autoridades do Sistema Financeiro de Habitação não olhassem os reclamos da população do país e estipulassem um reajuste ainda maior à sua habitação particular.

Diante desta primeira frustração que teve o movimento dos mutuários aqui em Campina Grande, a retomada da associação dos mutuários não foi tão fácil quanto parecia. Fez-se uma assembléia de reorganização, com uma participação muito boa de mutuários, que optaram pela manutenção da atual diretoria da associação, que terminaria seu mandato em 08 de agosto do ano corrente (1984). No meio dos trabalhos, um tumulto envolvendo facções políticas, que queriam a todo custo encabeçar os trabalhos da associação que atuava já há bastante tempo, mas o povo compreendeu essa manobra e resolveu pelo mais correto, dar um voto de confiança a essa diretoria que precariamente estava desenvolvendo um trabalho em favor dos mutuários. A partir de então, a associação retomou sua trajetória, mas sem aquele desenvolvimento que, quando da formação da entidade. Hoje a associação está bem, só falta o povo acreditar em sua união.

Outras organizações de trabalhadores iniciaram seus processos de reivindicações, tentando pelo menos a manutenção de seu poder aquisitivo, mas a cada dia que passava, o seu salário já não valia mais nada. As reivindicações não foram atendidas, e a arma única dos trabalhadores foi utilizada, a greve. Diante deste instrumento de pressão, os governos aparentemente cederam, atendendo alguns pedidos dos grevistas, mas ficou somente nas aparências, porque nunca foram atendidos a contento. O que se observa neste quadro todo, é que o ganho sempre fica para os trabalhos políticos dos homens do governo e nunca se tem realmente restabelecido o poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores que vêm se deteriorando com a inflação galopante, sem nenhuma preocupação do governo em proporcionar um mínimo de bem-estar ao povo do país.

Além da Associação dos Professores do primeiro e segundo graus do estado, a Associação dos Professores Universitários não têm conseguido muitos ganhos em suas greves, reivindicando melhores condições de trabalho nas universidades e principalmente uma reposição das perdas nos salários dos professores das universidades do Brasil. Deve-se pensar, entretanto, que os ganhos não devem ser unicamente pecuniários, mas, também devem-se avaliar os ganhos políticos que essas associações têm tido ao longo da história. Inegavelmente, deve-se reconhecer que o processo de encaminhamento contribuiu para que se incorresse em erros que culminaram na falta de forças e as autoridades governamentais puderam negar as reivindicações dos professores, forçando a um retorno às aulas sem ganhos efetivos para a categoria.

Não se deve desconhecer que a partir do momento em que o povo brasileiro voltou a se organizar, mesmo lentamente, já se teve um nível de organização bem apreciável e que aos poucos deverá chegar a um nível de conscientização que tenha forças de lutar pelos seus direitos e ser imediatamente atendidos. Mesmo que alguém negue, vê-se claramente que, no Brasil e aqui em Campina Grande, os movimentos de base têm conseguido alguns ganhos, se bem que pequenos, mas se conseguiu alguma coisa em favor do

povo, pelo menos as deliberações que as autoridades têm que tomar envolvendo as entidades de base, elas já não tomam assim tão unilateralmente. As greves, as operações-tartarugas e outros instrumentos das entidades proporcionam perdas materiais em que ninguém quer incorrer.

Uma das maiores decepções comunitárias aqui na cidade é a União Campinense das Equipes Sociais - UCES. A UCES deveria congrega o maior número de forças reivindicatórias do município, por ser uma entidade fundada há bastante tempo e, além disto, deveria coordenar todas as Sociedades de Amigos de Bairro; entretanto, ela só faz ouvir as reclamações dos bairros e em sua maioria relatar as festinhas que promovem nos fins de semana ou a concessão de comendas a personalidades ilustres da cidade. Com esta visão, ficam preteridas as reivindicações de melhoramentos dos bairros, pois, mesmo que alguma SAB faça esta reivindicação à UCES, ela não dá um passo na busca de resolver tal problema. Além disto, essa entidade não procura participar das deliberações municipais quanto a distribuição do orçamento e aplicação dos projetos da Prefeitura Municipal.

Não se sabe como, mas precariamente, a coisa que ainda atua é a Comissão Tarifária, pois, bem ou mal, ela consegue segurar um pouco a inflação das tarifas dos transportes coletivos urbanos municipais. A Comissão Tarifária aparentemente representa as diversas categorias populares do município. Só tem um detalhe de suma importância, é que essa Comissão não delibera nada e nem tão pouco ela tem poderes de proporcionar uma tarifa justa aos usuários dos transportes coletivos urbanos, isto é, um preço ajustado pela correção de seu salário. O que acontece é que a comissão só serve para ouvir as explicações dos cálculos, já prontos, dos técnicos da prefeitura e ratificar a confiança naqueles cálculos que atendem aos interesses dos empresários e nunca dos usuários dos transportes.

Dentro deste quadro só se enxergam decepções nos movimentos reivindicatórios do município. As decepções são de ordens diversas, quanto ao se conseguir o que a comunidade deseja, quanto ao se poder melhor organizar os diversos grupos sociais e

quanto ao se conscientizar a população em sua Entidade de Base, de maneira tal que a faça participar ativamente dos trabalhos discutidos e deliberados em reunião da entidade. O que existe comumente, na maioria das Entidades de Base, é um comprometimento das lideranças a governos municipais, através de empreguismos, ou bajulamentos baratos. Este tipo de comportamento tem prejudicado bastante os trabalhos de base, tanto no processo de mobilização, quanto na luta em se conscientizar a comunidade de bairro ou de sindicato.

Perspectivas

Apesar da lentidão que os movimentos reivindicatórios passam aqui em Campina Grande, não é de se rejeitar por completo esse trabalho que se desenvolve com bastante luta e perseverança. Deve-se unir o povo cada vez mais, para que se consigam congregiar forças suficientes a um nível de conscientização que saibam entender claramente os ganhos e as perdas em que se venha a incorrer, pois não se pode somente ganhar, deve-se estar preparado para aceitar o insucesso e partir para uma estratégia que conduza ao sucesso. Diz o velho chavão comunista: *O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO*. É uma palavra de ordem que merece respeito, pois isto significa a incorporação de todos numa luta comum e em busca da liberdade.

O desejo maior de toda a comunidade é a liberdade e esta liberdade só será conseguida quando o povo perder seu medo de reunião, de participação, e procurar atuar frente às comissões de trabalho na busca de solução aos problemas cotidianos da vida. Esse trabalho é lento, mas não se deve se assustar com a morosidade dessas atividades. Sente-se a dificuldade em recrutar membros para atuar em comissões e forçar as autoridades a atender às reivindicações. A libertação de um povo é um processo e depende muito da participação efetiva para que se tenha uma consolidação das idéias rumo a uma plenitude da humanidade,

conhecer-se a si próprio para, depois, relacionar-se um ao outro, como colocou PLATÃO (365 a. c)

Espera-se que os movimentos de reivindicação procurem melhor se organizar numa estrutura em que todos reconheçam seus deveres como membros participativos nesta sociedade que procura sempre melhorar seu nível de bem-estar social. A organização começa pelo seu grau de mobilização e participação. Mobilização é atender ao pedido de sua entidade de base e estar à disposição de sua classe rumo aos interesses que estão em pauta. Participação é procurar ajudar ao movimento reivindicatório na congregação de todos na luta comum; é fazer com que o vizinho também dê sua parcela de contribuição, divulgando as atividades da entidade e conscientizando toda a população na busca de solução dos problemas das classes em separado e, conseqüentemente, do país como um todo.

Atualmente, a luta continua mesmo com diversos problemas de liderança. As Entidades de Base tiveram um atrelamento muito grande às autoridades governamentais, gerando desta forma, um aliciamento profundo na utilização intensiva do empreguismo até agora. Esse empreguismo tem comprometido bastante as reivindicações sindicais e/ou comunitárias. Esta estrutura de movimento de base, além de afastar o povo da participação, não tem procurado suprir estas deficiências, lutando verdadeiramente pelos interesses de sua entidade, mobilizando a população a se agregar ao movimento e mostrando a sua classe que uma mãozinha dada pelo seu patrão não constitui fator de dependência aos objetivos múltiplos do movimento. Deve-se estar consciente de que a entidade é da classe e não de suas lideranças que podem, a qualquer momento, cair.

Espera-se que esse estado de coisas não continue. É preciso um trabalho de conscientização mais direto e mais consistente, para que as lideranças atuais se libertem dessa subordinação às autoridades estatais e empresariais, prosseguindo, dessa forma, um trabalho livre e independente. Precisa-se de que se formem lideranças, mas com líderes independentes de estrutura político-

partidária de qualquer espécie. Os novos *leaders* devem se preocupar única e exclusivamente com a Entidade que representam e não procuram liderar um movimento pensando em um bom emprego no futuro, ou um emprego para sua família. Desta maneira, pode-se gritar de voz bem alta contra os descasos que os homens do poder têm para com as comunidades de bairro e os trabalhadores de um modo geral.

Depois deste nível de conscientização, todo mundo estará trabalhando unido pelos seus direitos inalienáveis. Ter-se-á, a partir de então, conseguido a liberdade plena e esmagado de uma vez por todas a injustiça e todos serão iguais perante a lei natural e a lei dos homens. A justiça será implantada pela fé que toda humanidade depositará em seu irmão e o irmão acreditará no homem como um ser que pensa no bem-estar de todos. Neste quadro, ter-se-á a igualdade e o amor, mas para isto é preciso que se apague esse passado negro de toda a humanidade, onde o ser humano foi sempre um objeto de exploração material de regimes imperialistas tanto dos capitalistas, como dos comunistas de ontem e de hoje. Sem apagar o passado, não se poderá chegar a um futuro de justiça e de paz.

Considerações finais

Diante deste quadro que foi pintado, conclui-se em primeira instância que o movimento comunitário, aqui em Campina Grande, não surgiu espontaneamente pela necessidade dos bairros, ou grupos, como os mutirões que aos poucos têm tomado a frente de alguns trabalhos comunitários, mas houve uma orientação das autoridades do governo aliciando pessoas com vocação de lideranças na formação desses trabalhos. Não é por coincidência que a UCES foi criada justamente em 1964. Essa Entidade tem o objetivo de coordenar todas as Sociedades de Amigos de Bairro da cidade e até hoje caminha capenga, sem um trabalho profícuo que lhe dê créditos de independência e não atrelamento aos órgãos governamentais.

Uma outra conclusão que surge sem muito esforço de raciocínio, é que o poder repressivo do Estado, após 1964, desmobilizou os movimentos de base, com os instrumentos que lhes eram favoráveis, causando medo a toda a população, barrando o crescimento do grau de consciência do povo que constituía um percentual bastante alto de analfabetos. Pelo arcabouço teórico que foi levantado, verifica-se um baixo nível de conscientização do povo daqui de Campina Grande, que pode muito bem refletir o retrato do país, visto ter sido mais ou menos quinze anos de terror e medo. A vigilância era tal que em toda esquina havia um agente de segurança do governo, procurando desbaratar reuniões com idéias subversivas e perturbadoras da ordem pública.

O povo deve se mobilizar nas Sociedades de Amigos de Bairro, nos Sindicatos, nos mutirões e em todo movimento que vise conscientizar a comunidade em geral para tentar diminuir as injustiças sociais, as explorações aos trabalhadores e, acima de tudo, mostrar às autoridades que o comunitário existe. Deve-se crer que a luta continua, mobilizando o povo, indicando como ele deve participar, pois em algum tempo chegar-se-á a um nível de conscientização de que sem armas e sem violência, tenha-se justiça em todos os sentidos e, dentro de sua classe social, a equidade seja a meta principal de se proporcionar um bem-estar condigno com um ser humano e esse ser humano não seja tratado como um objeto de reprodução do capital.

Sendo assim, a sociedade partirá em verdade para uma sociedade sem estado e sem patrão, livre da ditadura do homem pelo homem. Poder-se-á dizer que a liberdade chegou e chegou para ficar, entretanto, é muito difícil dentro do grau de egoísmo e de ganância que se passa na atualidade, de se chegar a um estágio como este. O importante é que se estão dando os primeiros passos neste sentido, pois, quer se queira, quer não, alcançar-se-á a tal ponto. O importante é lutar e lutar mesmo, sem exigência, sem coação aos comunitários e com perseverança, pois, deste modo, claramente o futuro ficará próximo, com liberdade plena e com

amor ao semelhante e, dentro do princípio de felicidade e igualdade, ter-se-á um mundo feliz.

Bibliografia

- MARX, Karl. "O Capital". Difusão Editorial S/A, São Paulo, 1984.
FREIRE, Paulo. "Conscientização". São Paulo, Moraes, 1980
LEONTIEV, A. N. "Atividade e Consciência". Livros Horizontes, Lisboa, 1980.
LUKÁCS, Gyorgy. "Conscience de Classe". Extraído de Histoire et Conscience de Classe, Éditions de Minuit, Paris, 1960
GOHN, Maria da Glória. "Reivindicações Populares Urbanas". Autores Associados, São Paulo, 1982.
ROCHER, Guy. "Sociologia Geral". Lisboa, Editorial Presença, vol. 2, 1971.

UMA ECONOMIA COMUNITÁRIA

O mundo inteiro caminha para uma luta conjunta entre os povos, para se conseguirem os objetivos comuns à sociedade, mais especificamente, a organizações que trabalhem com interesses congregados, tais como: as Sociedades de Amigos de Bairro, os Sindicatos, os Cartéis, os Holdings e algumas outras formas de associações que visem ao bem-estar de um todo. O que se observa na atualidade é a formação de conglomerados que tenham poder de

reivindicar e conseguir as suas proposituras, pois já dizia um refrão popular: "o povo unido jamais será vencido", e isto é verdade quando, nesta união de forças, haja, na verdade, a participação dos interessados em resolver seus problemas. É nesta filosofia que também os agentes econômicos deveriam unir-se na busca de uma solução para os problemas econômicos, com a formação de uma economia comunitária.

É notória a ganância que existe na índole dos capitalistas, quer sejam pequenos, micros, médios ou grandes. A demanda incessante pelo lucro faz com que os pequenos generalizados não se unam por uma política que diga respeito a uma economia comunitária, tal como cooperativas, ou até mesmo, associações que não tenham somente sentido reivindicatório, mas também de produção e venda, de tal maneira que, comunitariamente, consiga-se crescer e participar da economia de igual para igual com os grandes, pois os pequenos não têm condições de competir com os poderosos donos de grande capital que sempre querem ficar sós, como monopólio comercial. Já está comprovado que o associativismo tem forças para resolver os problemas comuns a determinada comunidade e a economia deveria, dentro de um processo de liderança fazer o mesmo.

Ao se querer conceituar uma economia comunitária, é preciso entender sobre o conceito de cooperativa, tendo em vista que as cooperativas é uma primeira definição de economia. Neste sentido, um professor alemão foi quem primeiro escreveu sobre o assunto, pois naquela oportunidade, STAUDING (1908)⁴ professou que *uma cooperativa é uma associação aberta a todos, que outorgue iguais direitos e responsabilidades a seus membros, que se dedicam a uma empresa econômica por conta própria, e em que os benefícios se repartam entre os membros em proporção ao uso que fazem da empresa mesma, independentemente de sua participação no capital da sociedade.* Este ponto de vista sobre

⁴ R. Stauding. In: U. Johannen, Org. *A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, 1973, p. 78.

cooperativa demonstra claramente, que o produto gerado no processo de produção deve ser repartido eficientemente entre os que participam de sua manufatura.

Buscando introduzir os movimentos cooperativos na estrutura econômica e também relacionando ao aspecto político de maneira mais avançada, é que o professor CASSELMAN (1973)⁵ tentou demonstrar que *o cooperativismo é um sistema econômico com um conteúdo social. Seu ideal inclui tanto elementos econômicos como sociais. Os ideais econômicos afetam a empresa comercial, em seus métodos e operações; os ideais sociais têm uma ingerência direta sobre a associação de pessoas que constituem a sociedade, particularmente no que diz respeito às relações pessoais e de sócios.* As palavras de CASSELMAN fortificam o aspecto de que a cooperação seja uma das maneiras de salvar o capitalismo, mesmo se sabendo que os movimentos associativos não se afinam com as posturas capitalistas, pela própria filosofia capitalista da ganância pelo lucro excessivo.

Ainda com respeito às cooperativas, o Dr. Walter PREUSS (1975)⁶ relatou que *uma cooperativa pura é uma associação que se baseia sobre o princípio da incorporação voluntária de seus membros; esta incorporação deve ser aberta, em princípio, e até onde seja compatível com as possibilidades econômicas de cada célula cooperativa, a todos e a cada um, sem distinção alguma. A associação pode ser parte de uma cadeia de grupos ligados jurídica e economicamente, que trabalham em prol de um ideal social comum, e ligados pelas atividades comuns em uma organização econômica unida. Uma cooperativa trata de promover o bem-estar de seus membros assim como os interesses de toda a organização; a distribuição dos benefícios em uma cooperativa pura não se faz em proporção ao capital investido, senão em proporção ao trabalho ou serviço proporcionados por cada membro.*

⁵ Paul H. Casselman. *The Cooperative Movement and Some of its Problems*. New York: Philosophical Library, 1952, p. 18.

⁶ Walter Preuss. *El Cooperativismo en Israel y en Mundo*. Tel Aviv, 1963, p. 12

Todavia, Karl KAUTSKY (1983)⁷ resumiu seu ponto de vista sobre cooperativismo da seguinte maneira: *a produção cooperativa para o próprio consumo prevaleceu como forma de produção, quando não adquiriu grande incremento de manufatura de artigos. à medida que cresceram os meios de produção e se expandiram os métodos, produziu-se uma mudança na natureza, volume e alcance da autoridade das cooperativas de produção. Porém, horda ou clã, associação de venda ou cooperativa "hogareña" (uma grande família aldeana), todas elas tinham em comum uma série de características fundamentais. Os meios de produção eram propriedades da cooperativa. Seus membros livres e iguais trabalhavam conjuntamente de acordo com costumes ou planos preparados, sob a direção de um administrador escolhido e responsável por tudo. O fruto do trabalho comum pertencia à cooperativa, que o usava em parte para satisfazer às necessidades comuns (de consumo ou produção) e em parte o distribuía entre as pessoas ou grupos que integravam a cooperativa, de um modo já fixado pelo costume ou decidido em forma coletiva. Este tipo de produção cooperativa para o próprio consumo não é outra coisa que uma produção comunista, ou socialista, como se chama hoje; só ela é suscetível de recolocar a produção de mercadorias e se converte em uma única forma de produção quando a produção de mercadorias se faz impossível.*

O cooperativismo dentro do aspecto econômico começa com uma dificuldade de fundamental importância, pois, dentro de uma economia capitalista, os bens são privados e, no socialismo, são coletivos e daí, pergunta-se: como superar este problema? A este respeito coloca E. MILHAUD (1970)⁸ em um de seus trabalhos que *todavia, por mais importante que seja este caráter de empresa privada (isto é, que não faz parte do setor público), não é um elemento essencial em sua natureza. Só define seu lugar em um sentido puramente jurídico, sem penetrar em sua essência mesma.*

⁷ Karl Kautsky. *Theorien über den Mehrwert*. 1910, p. 124.

⁸ E. Milhoud. In: Rosendo Coria Rojas, *Introducción al Estudio de Cooperativismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1961, p. 36.

A palavra privado, em conotação coletiva, é a mais apta para definir empresas formadas por donos de capital, que juntam seus recursos com o objetivo de aumentar esse capital; do mesmo modo se justificaria que os cooperadores consideram a sociedade cooperativa como um todo, menos uma empresa privada, posto que todos podem converter-se em membros da mesma. Uma sociedade cooperativa é uma empresa social que trabalha para o interesse da comunidade como um todo. Esse é o objetivo e essa é a missão de todas as organizações cooperativas... Em todas as etapas, o interesse privado cede seu lugar ao interesse geral.

É no contexto dos princípios do cooperativismo e na filosofia de um socialismo democrático que se busca o entendimento de uma economia comunitária, pois se observa no mundo real que uma quantidade volumosa de profissionais e recursos são perdidos por falta de quem melhor estructure uma política de alocação eficiente das potencialidades da população. O número de desempregados é grande em todos os tipos de profissão, tais como: mecânicos, costureiras, soldadores, trabalhador rural, escritores, sapateiros e muitas outras profissões que poderiam ser muito bem aproveitadas se o senso comunitário fosse o princípio básico deste exército industrial de reservas provocado pelo capital monopolista. Isto acontece porque não existe liderança na atualidade que busque organizar as classes por profissão e criar uma economia comunitária, cujo dono é a própria classe de trabalhadores participantes da associação.

Uma empresa ou economia comunitária funcionaria com a captação dos recursos dos próprios associados a esta organização ou, até mesmo, de um projeto que pudesse ser financiado por qualquer banco de fomento a este tipo de atividade. Para uma boa administração desta associação, os comunitários, em Assembléia Geral, escolheriam um administrador competente e capaz para gerir as atividades que seriam desenvolvidas e no final de cada mês ou semana, dependendo do ajustado, seriam prestadas contas do acontecido durante determinado período. As atividades profissionais seriam dirigidas por uma pessoa capacitada e que

determinasse as tarefas que seriam executadas por cada membro profissional participante da associação e, se a cota estabelecida pela direção não fosse alcançada, o Conselho Diretor da Entidade tomaria as devidas providências democráticas de como punir os preguiçosos ou incapazes de executar as suas tarefas.

Para o escoamento da produção gerada pelos trabalhadores da entidade seria preciso contratar um gerente de criação de mercado e vendas para tudo aquilo que for gerado no processo de produção, de tal maneira que não haja estoques prejudiciais ao bom andamento da atividade executada pela economia comunitária. No final de cada período de trabalho seria feita uma reunião de assembléia e Conselho Diretor para a repartição das receitas geradas. A distribuição obedeceria ao princípio de acumulação de capital, tendo em vista que se precisa dinamizar a atividade produtiva, com melhores tecnologias, tanto no que diz respeito ao aperfeiçoamento da mão-de-obra empregada, como do capital físico que está sendo utilizado como meio de produção. Para uma expansão eficiente é preciso que haja um planejamento eficaz para que sejam minimizadas as perdas e, conseqüentemente, maximizados os ganhos da associação de cunho comunitário.

Esta é a única solução que um sistema capitalista tem para os micros, pequenos e médios produtores para sobreviverem junto aos grandes capitais, pois até mesmo os maiores já praticam os conluíus, cartéis ou qualquer outra forma de associação no intuito de barrarem a concorrência, cuja verdade, o princípio objetivo é a supremacia do monopólio. Mesmo que uma empresa comunitária, ao nível de cooperativismo, sobreviva mais eficientemente nos países socialistas, do que dentro da estrutura capitalista, também se pode conscientizar seu povo a adotar estes legados fundamentais, que é uma maneira de limitar o crescimento exacerbado de uma estrutura de exploração do homem pelo homem, na demanda de idolatrar a máquina. Esta é a solução mais viável para as crises do terceiro-mundo e, mais ainda, é a solução para que o bem-estar da sociedade seja repartido equitativamente entre todos e, desta forma,

ter-se-á minorada a miséria, o analfabetismo e, sobretudo, a desconfiança na economia.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COMUNITÁRIO

Numa comunidade livre onde a população necessita de alguns beneficiamentos de praça pública, de meio fio, linha d'água, melhoramento nos transportes urbanos, terraplanagens em vias esburacadas, onde os trabalhadores necessitam de reivindicar seus direitos por maus tratamentos praticados pelos seus patrões ou emissários, é fundamental a formação de associações comunitárias ou qualquer tipo de atividade cooperativa, onde se possam buscar soluções em nome de todos os participantes dessa sociedade. A idéia do associativismo é muito antiga e não se sabe quem pela primeira vez implantou na história política do mundo quer seja capitalista ou socialista. A verdade é que alguns partidários do processo associativista costumam associar a sua origem a alguns socialistas, ou como se diz, partidários do anarquismo, com bastante atuação em sua época.

Evidentemente, o movimento associativista intensificou-se com a grande "Revolução Industrial" do século XVIII, quando passagem de uma indústria de transformação quase artesanal, ou melhor dito com tecnologia muito preliminar, ou ainda, dado o pequeno avanço na tecnologia da época, a indústria de beneficiamento utilizava um número de mão-de-obra compatível com o capital disponível no momento; de repente, passa-se para uma estrutura de capital intensivo, colocando no meio da rua um exército industrial de reservas muito grande, ou o que se chama, atualmente, um desemprego tecnológico. Tendo em vista o desemprego que se avolumava naquele instante, os trabalhadores, preocupados com aquela situação, partiram para as associações e sindicatos, no intuito de assegurarem seus empregos e, por conseguinte, seu nível de bem-estar, agora ameaçado.

Pois, como dizia Karl MARX (1867), em seu livro "O Capital", a miséria campeou em toda a Inglaterra, considerando o crescente nível de desemprego e sem perspectivas de um retorno às atividades de ocupação para ganhar a vida. MARX (1867) mostra a importância de uma teoria que assegure uma vida condigna para aqueles miseráveis que, ao sair do emprego, não têm mais condições de sobrevivência, porque a tecnologia avançou a tal ponto que o trabalhador não encontra mais emprego e daí começa a formação de pedintes, a proliferação da prostituição, a multiplicação dos roubos e assaltos, quando o trabalhador não agüenta e parte para a agressão e violência contra o patrimônio alheio. Desta feita, são visíveis, segundo MARX (1867), as degradações humanas, tais como todo tipo de doenças infecto-contagiosas, as mortes por inanição, os desprezos do homem pelo homem, etc, etc.

Não é precisa buscar os princípios comunistas para se verificarem as desgraças que a humanidade tem passado com o avanço tecnológico sem uma prévia consciência de como utilizá-lo no processo industrial e a bem da humanidade. Não se quer dizer aqui que o progresso tecnológico só fez mal à humanidade, quer-se justificar que os avanços acontecidos aconteceram de maneira talvez muito rápida que não deram para ser distribuídos de maneira que servissem ao processo de produção e à humanidade como um todo. Sabe-se que a tecnologia é importante, mas quando vem acompanhada de uma mudança na consciência da sociedade, no intuito de não causar transtornos ao povo, como aconteceu no século XVIII e acontece na atualidade pela falta de consciência de industriais inescrupulosos e gananciosos pelo lucro máximo possível em detrimento dos trabalhadores.

Neste sentido, a economia deixou de ser um estudo da riqueza nacional e passou a designar uma investigação dos egoísmos pessoais, dando origem às grandes acumulações, às formações de trustes internacionais, os conluíus industriais e comerciais e somente o pobre homem trabalhador, que não tem outra condição, senão a sua força de trabalho, participativa de uma

competição desleal e desigual, para lutar e conseguir pelo menos a sua sobrevivência. Nesta briga de leões, quem sai perdendo? É claro que não se precisa pensar muito para se ver que o único perdedor é aquele que só possui a sua força de trabalho para servir de suporte para engrandecer aqueles que já possuem alguns recursos financeiros para explorá-lo em nome da Justiça, da Lei Divina e, como resultado final, só um princípio é real, a exploração do homem pelo homem.

Com o avanço do capital concentrador, os trabalhadores não tiveram outra opção senão a de se organizarem e não só em termos de sindicatos trabalhistas, mas com o objetivo de defender a população dos abutres lacaios políticos do poder. É aí onde as associações têm sua função principal, quer dizer, lutar pela igualdade social de todos indistintamente sem discriminação de raça, religião ou classe social, pois na divisão imposta pelo poder capitalista, o mundo gananciado pela concentração e pela acumulação fez a sociedade dividir-se em classe inferior, classe média, com sub-divisões, e classe alta. Isto significa dizer, em outras palavras, existem na verdade, pobres e ricos em um sistema econômico, porém, deve-se este fato ao princípio de exploração que está arraigado na índole da população que vive no sistema capitalista ou burguês.

O capital não só denegriu a vida do trabalhador na empresa. Ele também influenciou ou ainda influência nas relações entre as pessoas na sociedade, tendo em vista que a divisão da população em classes sociais fez com que se criasse uma animosidade entre os seres humanos capitalistas à procura de um estilo de vida egoístico em detrimento de uma harmonia geral. Com a formação de uma classe social diferenciada e com o avanço do capitalismo ao longo da história, chega-se à era do consumismo, muito bem caracterizada por ROSTOW (1974) como sendo uma etapa do consumo em massa e isto gera um aumento no hedonismo individual de cada participante da nova sociedade. Desta forma, as desigualdades não são agora inerentes aos empresários do sistema, mas estendidas a

uma contenda inter-indivíduos no afã de ser o maior, o bom, o grande, enfim o todo-poderoso social.

É neste contexto que entra a importância dos movimentos comunitários, tentando desmistificar essa cara-metade da sociedade capitalista que não tem nenhum desejo de equiparar os homens que se pressupõe livres para todos os atos que por ventura pensem fazer ou praticar, é claro, dentro dos limites do que se entende por liberdade. Esses movimentos comunitários estão em toda parte do mundo capitalista, não no sentido exclusivista de conseguir base para certas candidaturas políticas, mas no anseio de barrar os avanços capitalistas que tenham o objetivo de maximizar suas receitas, não importando os efeitos que venham causar à população como um todo. Todavia, cabe aos comunitários coibir esses abusos de um sistema egocentrista que pouco contribui para o desenvolvimento da pessoa humana, mas às aptidões pessoais de falsos *leaders*.

Neste ponto de vista, é válida a colocação de William W. BIDDLE (1972)⁹ ao abordar que *a perda do sentido de vizinhança e de participação prejudica muitos dos valores da tradição democrática. Os impulsos generosos, que nascem da consciência de um bem comum, são enfraquecidos. Há menos convicção de que se deva ser leal, não somente ao bem comum, mas aos padrões de comportamento, de cuidados pessoais e de fé, lançados por pessoas que não residem no local ou por organizações distantes como sindicatos e organizações profissionais, ou mesmo por igrejas ou partidos políticos. Em outras palavras, a pessoa fica perdida no anonimato amorfo de uma grande população.* É neste sentido que se devem desenvolver as comunidades de base para libertá-la da dependência dos poderosos lacaios do poder que só fazem denegrir a imagem do pobre homem do povo.

Este trabalho de desenvolvimento comunitário necessita de muita dedicação e paciência, pois explica Huxley H. DODDY

⁹ William W. Biddle. *Desenvolvimento da Comunidade*. Rio de Janeiro, AGIR, 1972, p. 15.

(1952)¹⁰ que *para conseguir um programa eficiente de melhoramento contínuo da comunidade, é necessário que haja recursos e participação de todos os tipos de grupos que trabalham considerando as múltiplas facetas dos problemas comunitários. Os grupos informais são a base sobre a qual os bons programas são constituídos. Um programa que abranja grupos informais deve ser realista e dirigido para a realização dos objetivos que são parte da experiência dos membros dos grupos. Sem haver relações funcionais com esses grupos básicos nenhum esforço comunitário pode esperar ser bem sucedido, de maneira contínua e auto-suficiente. Sem se implantar um nível de atividade nos bairros, jamais se terá um desenvolvimento comunitário eficiente e independente.*

A ação comunitária é essencial para a independência dos mais fracos e, em especial, daqueles que vivem subservindo ao poderio econômico, porém alertava Glen LEET (1962)¹¹, ao expor que *o desenvolvimento da comunidade é essencialmente um desenvolvimento humano. No seu campo o objetivo é criar um ambiente em que os homens e as mulheres possam expressar seu direito intrínseco à vida, à liberdade e à felicidade, sem serem escravizados pela fome, pobreza ou ignorância. Para atingir a esses objetivos, deverão ser satisfeitas as necessidades básicas do homem para expressar-se, crescer e construir sua vida de maneira a realizar seus ideais. Precisa somente de estímulo, da compreensão; o conhecimento de que os outros reconhecem sua individualidade e a respeitam; e a orientação que evoca sua capacidade latente para atingir seus objetivos.*

Como considerações finais, observa-se que os movimentos comunitários são imprescindíveis à libertação dos povos oprimidos.

¹⁰ Huxley H. Doddy. *Informal Groups and the Community*. New York, 1952. In: William W. Biddle. *Desenvolvimento da Comunidade*. Rio de Janeiro, AGIR, 1972, p. 187.

¹¹ Glen Leet. *The Analysis and Avaluation of Community Development Project Proposals*. New York, 1962. In: William W. Biddle. *Desenvolvimento da Comunidade*. Rio de Janeiro, AGIR, 1972, p. 257

O desenvolvimento de comunidades de base é necessário para se poder conscientizar aos comunitários de seu poder nas decisões das autoridades governamentais na aplicação dos recursos sociais do município, do estado, ou da nação, se se tiver condições de intervir no processo decisório. Não se deve esquecer a importância de um trabalho comunitário na escolha de seus representantes, de tal maneira que os candidatos a representantes nos partidos políticos fossem em primeira instância discutidos nos bairros e não impostos por políticos já participantes de uma estrutura política. Portanto, os movimentos comunitários deveriam ser as bases de toda estrutura política, antes de se tornar partidária, pois importantes são as comunidades.

ESCOLAS COMUNITÁRIAS

Os movimentos comunitários são de suma importância para o desenvolvimento de muitas sociedades onde, com certeza, as desigualdades sociais são constantes, ou onde essas desigualdades talvez não sejam tão exacerbadas, mas sempre é preciso a cooperação geral na demanda de objetivos comuns - o bem-estar de todos. Sempre é fundamental a conjugação de forças para dinamizar o desenvolvimento de todas as partes particulares de maneira harmônica, pois, desta forma, a evolução da atividade econômica e política caminha de maneira igualitária, minorando os diferenciais que geralmente ocorrem no desenrolar das atividades produtivas da sociedade. É desta forma que posicionam os socialistas utópicos, conceituados por muitos que não acreditam na eficácia desta atividade como processo de equidade social e dizem ser um sonho muito difícil de realizar, todavia, não é proibido sonhar.

O trabalho comunitário deveria ser próprio de países socialistas ou comunistas, entretanto, estas nações já têm por princípio, a prática destas atividades e fazem no seu dia-a-dia. Contudo, os países capitalistas, onde as desigualdades são constantes, já tem em seu corpo alguns ideais de cooperativismo, tendo em vista que as saídas para as crises já não estão somente nos princípios econômicos e nos acordos políticos de patrões e empregados, mas nos apoios aos movimentos comunitários que tem dado bons resultados nas nações sub-desenvolvidas, como paliativos às dificuldades que os povos pobres enfrentam nos tempos modernos. Este trabalho tem por outro lado, deixado de lado as usurpações praticadas pelos monopólios internacionais, fazendo aumentar absurdamente seus lucros e por tabela, sua acumulação e concentração em detrimento da igualdade internacional entre os povos.

A independência dos países pobres jamais será conseguida se não existirem os movimentos comunitários que objetivem

conscientizar as comunidades a suprirem seus problemas por si próprios e é só desta forma que, com o tempo é que os governantes desses países ou Estados, ou Municípios serão representantes realmente identificados com as Entidades de base, tais como a Igreja, os Sindicatos, as Associações de bairros, ou qualquer forma de conglomeração popular. São poucos, mas se tem conseguido alguns resultados nestes trabalhos associativistas praticados por países periféricos e para tais atividades, existem fundos internacionais que objetivam ajudar neste tipo de trabalho praticado em quase todos os países capitalistas que enfrentam problemas de crise crônica ou parcial, pois até mesmo países desenvolvidos já adotam as práticas de mutirões e/ou trabalhos comunitários.

Um dos problemas mais comuns é a educação e é neste ponto que as Igrejas tem batido constantemente no intuito de minorar esta questão, porque nada é mais sublime do que o nível de escolaridade do ser humano, contudo, o ensino em todos os níveis tem se constituído hoje em dia, uma excelente fonte de renda para aqueles que só pensam em fortuna ou almejam aumentar cada vez mais a sua riqueza. Pois, com o ensino pago, muitas e muitas famílias ficam fora das escolas com um custo social muito alto para a sociedade como um todo. Mas, o que fazer neste caso? Um primeiro pensamento é deixar seus filhos sem estudar e jogá-los imediatamente no mercado de trabalho com remuneração de uma mão-de-obra desqualificada. E, uma segunda idéia, de algum utopista, é a de criar as escolas comunitárias, onde a comunidade se encarrega de coordenar este tipo de educação participativa.

As escolas comunitárias são importantes por dois motivos fundamentais, tais como: a) supre parcialmente a questão do ensino nas comunidades carentes e b) conscientiza as comunidades de sua participação no processo educacional. Supre a questão do ensino parcialmente, porque é dever do Estado proporcionar educação para todos, entretanto, se as condições do Estado não ajudam a que todos tenham acesso ao ensino do primeiro e segundo graus, esse processo de associação já ajuda. E, em segundo lugar, o processo de conscientização comunitário está em primeiro plano, tendo em vista

que os direitos e deveres do cidadão devem ser conhecidos por todos indiferentemente de raça, classe social e religião, pois numa estrutura oligopolista, não há interesse para que o cidadão conheça seus direitos e viva sempre subjulgado aos homens do poder, porta-vozes dos trustes internacionais.

Mas, não devemos esquecer que as escolas comunitárias são criatividades brasileiras, contudo, as formações no Brasil, deveram-se aos estudantes pobres que não tinham como estudar nas grandes capitais, porque no interior não existiam as faculdades da época, mas, apenas, e muito precário o primeiro grau, objetivamente, o primário, é que surgiram as escolas comunitárias, mais especificamente, "a Campanha Nacional de Escolas Comunitárias". "A Campanha Nacional de Escolas Comunitárias" nasceu em 29 de julho de 1943, pois imbuído dos bons propósitos de ajudar aos estudantes carentes de regiões pobres, é que surgiu o "Colégio Castro Alves" em Recife, Pernambuco. A partir de então, ficam criadas Secções Estaduais e Setores locais de coordenação e funcionamento de Entidades de ensino que visem dinamizar educação os carentes da região sem nenhum fim lucrativo aos seus diretores locais, ou não.

Para melhor entender a filosofia da "Campanha Nacional de Escolas Comunitárias", Lúcio Melo em seu "O Estatuto Comentado" reporta que "Como todos os grandes movimentos que assumem, posteriormente, grande repercussão e conseguem empolgar as atenções e vencer obstáculos, a Campanha Nacional de Escolas da comunidade teve suas origens na pretensão aparentemente e indiscutivelmente absurda de proporcionar estudos ginasiais e secundários a rapazes pobres impossibilitados materialmente de freqüentar colégios públicos ou particulares nos quais pudessem realizar esses estudos. E o que se dizia digno de nota nesse utópico empreendimento era que os autores da idéia não passavam de moços paupérrimos, que mal podiam atender as próprias necessidades econômicas, exercendo um deles, para se poder manter, o desclassificado emprego de porteiro da Casa dos

Estudantes, organização por igual constituída de reduzidos meios financeiros...".

Observa-se nesta nota de Lúcio Melo um pessimismo muito grande, na possibilidade de se criar associações que atendam às necessidades de seus componentes e os demais membros da sociedade. Na verdade, é difícil um trabalho comunitário hoje em dia e, em especial, a quarenta (40) anos atrás, mas, não era impossível, como aconteceu com esse grupo de jovens que habitavam em Recife. Todavia, foi este utopismo que levou a criação da CNEC (Campanha Nacional de Escola Comunitária) e que hoje conta com um número muito grande de escolas espalhadas por todo o Brasil. É claro que muitas passam por dificuldades financeiras, mas, depende da organização da comunidade, a condução da organização de ensino que está sob a orientação do Setor Local e não de alguma empresa mantenedora, ou mesmo sob a tutela do governo, entretanto, o único mandante nesta entidade é a comunidade.

Em outra parte Lúcio Melo justifica seu erro ao colocar que "Tudo, pois indicava que não iria passar de entusiasmo passageiro o plano surgido e que apresentava mais impossibilidades que facilidades para se levado a efeito. Apesar dos contra-tempos antolhados e das dificuldades sempre supervenientes, uma força de vontade indômita se fazia presente na realização da empresa que, a muito custo e a muito sacrifício, passou a impor-se e a afirmar-se, conseguindo, afinal mostrar-se, realidade triunfante, galgando, em poucos anos de audaciosas investidas, contando apenas com o ânimo forte dos seus elementos entre os quais se destacava e se tornou afinal seu verdadeiro campeão o jovem Felipe Tiago Gomes um amplo e vitorioso lugar ao sol". Com isto as Escolas Comunitárias triunfaram e cabe aos comunitários de hoje segurarem esta grande obra que a sociedade nunca deve deixar cair por capricho de qualquer desculpa, pois o povo unido jamais será vencido.

O problema da educação nos países sub-desenvolvidos é grave pelo número de analfabetos existentes, pela desqualificação

da mão-de-obra industrial, agrícola e de serviços e, sobretudo, pela baixa taxa de investimentos em capital humano, pois isto incentiva a formação de bolsões de miséria em bairros pobres e até mesmo o surgimento de cortiços e favelas. Todavia, cabe ao povo, organizar-se em comunidades educacionais para tentarem minorar este estado de coisas, proporcionando à população pobre, pelo menos condições de sair do analfabetismo e já com este intróito, poder-se caminhar com seus próprios pés. A educação comunitária deve ser abraçada por todos os comunitários, pois como se sabe é um dever do Estado oferecer educação básica para todos, contudo se não possível, os movimentos cooperativos devem assumir esta tarefa que deve ter a participação de todos os habitantes.

Caso idêntico aconteceu em Campina Grande, no Estado da Paraíba, em 1973, quando um grupo de *leaders* comunitários uniram-se em defesa da educação do Bairro da Liberdade e no dia catorze(14) de setembro do corrente ano, no salão do Centro Social da Sociedade de Amigos do Bairro da Liberdade, reuniram-se a própria Sociedade de Amigos do Bairro, o Clube de Mães, o Clube de Jovens, a Sociedade Vicentina e Membros da Comunidade e criaram o Instituto Comunitário que começou a funcionar nas dependências da Igreja das Graças. Seu primeiro Diretor provisório foi Petrus Aloisius Antunius Kleine que tinha a tarefa de adaptar o Centro Social de Nossa Senhora das Graças à Administração do ensino primeiro grau e de elaborar e encaminhar os documentos necessários à obtenção da licença de funcionamento junto aos órgãos superiores, para em seguida participar da Campanha Nacional de Escolas Comunitárias.

Como se ver, muitas e muitas pessoas precisam de alfabetizar-se, isto tanto no que respeita às crianças, quanto aos adultos e as comunidades podem assumir este tipo de atuação frente às comunidades carentes de bairros pobres. São inúmeras Associações de Bairro, Sindicatos, Movimentos de Base, Associações de Pais e Mães, Clube de Jovens que poderiam trabalhar no sentido de reivindicar das autoridades apoio para desenvolver tal tarefa de fundamental importância na organização

social do ser humano. Propõe-se, desta forma, que o povo se mobilize na busca de soluções aos problemas sociais que também dependem da organização do povo. Igualmente ao caso da Campanha Nacional de Escolas Comunitárias, poderiam se formar Associações de diversas modalidades que objetivassem dinamizar as comunidades, no intuito de resgatar tantos marginais que poderiam participar de uma sociedade menos injusta.

O PMDB E O PODER

A política tem sempre movimentado as decisões de qualquer comunidade, pois quando se envolve mais de uma pessoa numa discussão, o consenso, a compreensão entre esses membros e a chegada a um denominador comum, é que, tem constituído, ou constitui a política. Sabe-se que, desde os primórdios da humanidade, as discussões sobre política têm deixado muitos pensadores preocupados com as decisões e as implantações de estrutura de poder que tem levado às carnificinas e ditaduras que não dizem respeito ao real sentido de política. A história é farta no mau uso do termo política, aplicando-o seguidamente para benefício de grupo, cuja lei natural dos fatos condena tal emprego, que tem finalidade mais universal do que particular.

Criaram-se fantasias com o sistema de poder do Estado, onde a política só existia nos bastidores dos grupos que dominavam. Isto fez com que, nações onde a política, no seu sentido geral não existia, entretanto, aquela maneira de agir também constituía uma política, só que, em favor dos dominadores. No absolutismo, a política era administrada pelo Estado que tinha poder total sobre seus súditos e qualquer desvios das ordens maiores, a condenação era fatal - a morte. Com o transcorrer dos tempos e a conscientização dos povos, a política vai tomando o seu real sentido, onde, bem ou mal, todos participam e dão sua opinião, sobre o que está acontecendo ao seu redor.

Mesmo assim, ainda há uma grande confusão entre a política e aqueles que utilizam dela para subir na vida, os chamados carreiristas de ontem, de hoje e os que continuarão sempre existindo. Não se pode reclamar dos fisiologistas do PDS, ou antiga ARENA, que passaram muitos anos dando sustentáculos aos governos federal, estadual e municipal, em troca de cargos públicos. Era a filosofia deles e souberam desempenhar muito bem o seu papel. A questão aqui era na verdade, combatê-los com ferro e fogo.

Pois a política não se faz na busca de cargos ou quaisquer benesses que os governos possam oferecer. A política é a busca do poder para melhorar as condições de vida da sociedade como um todo.

Desde 1964, os partidos políticos se reuniram em dois, ARENA e MDB. O primeiro, a sigla dos militares que apoiados pela Igreja, outros grupos políticos reacionários nacionais e o imperialismo internacional, conseguiram amordaçar os partidos de esquerda e legitimaram propositalmente a sua oposição, quer dizer, o famigerado MDB. Inegavelmente, o MDB levantou a verdadeira oposição ao regime militar, pois, tinha como pano de fundo, os mais brilhantes líderes da esquerda nacional, que não podiam aparecer, porém estavam em franca atividade político-partidária. Com isto, fez-se um MDB de esquerda, progressista e comprometido com as bandeiras populares e a derrocada do regime militar.

A filosofia da esquerda foi absorvida pelo MDB e empunhada com força total em todos os recantos do, país. Com este pensamento, começaram as prisões, as torturas, as corrupções, os desmandos e todo tipo de desordem que os mandarins do poder, no caso a ARENA, podiam realizar. Frente a isto, o MDB tomou a dianteira deste "status quo", e lutou bravamente, pelo restabelecimento da democracia no país, custando-lhe muita perseguição e ameaças. O MDB era o esconderijo informal do PC do B, do PCB, do PCBR, do MR 8, do MAR e de muitos outros partidos que estavam na clandestinidade. E a luta continuava no campo e na cidade, ensejando sempre um país livre e democrático em todos os níveis.

O MDB lutou pela anistia dos bravos lutadores que andavam foragidos da sociedade que ajudaram a construir e de que agora não podiam participar como cidadãos patriotas. O MDB travou contenda pelas liberdades democráticas, irrestritamente. O MDB batalhou por um regime pluripartidário, e a queda do regime militar, que manchava a história deste país, que sempre lutou em defesa da sua soberania. O MDB quis que o Brasil fosse uma Nação dos brasileiros e não de grupos oligárquicos que queriam enriquecer-se e a toda a sua família. O MDB deu lugar ao PMDB, que traz a sua

mesma filosofia e que sempre pregou o princípio de participação e consciência pela causa comum - o bem-estar para todos.

No intuito de derrubar o regime militar, o PMDB conseguiu coligações indesejáveis e se formou a Frente Liberal que nada mais fez do que assegurar aos patriotas da ARENA/PDS a sua manutenção no poder. O PMDB, comandante maior da queda do regime militar, não pôde governar, mas sempre ficou assumindo os erros praticados pelos porta-vozes do capitalismo internacional. Todavia, o PMDB continuou a sua trajetória de homens de frente, entregadores de "mosquitos", pichadores de muros, aliciadores de massas, mas não conseguiu ficar à frente dos órgãos federais, estaduais e municipais para pôr em prática as bandeiras de luta que sempre pregou nas praças públicas, em todos os instantes.

O culpado por isto tudo é o próprio partido, que nunca exigiu dos eleitos pelo partido uma fidelidade programática, cobrando constantemente um cumprimento mais fervoroso dos princípios que sempre defendeu em todos os recantos do país. O que se vê são Prefeitos e Governadores eleitos pelo PMDB indo buscar em partidos adversários, os seus assessores diretos, em detrimento dos bravos companheiros, que tanto lutaram pela derrocada dos mandatários, filhos da ditadura de 1964. Isto é uma prova dos descasos que se tem pelos bravos companheiros que deram tudo de si para derrubar os terroristas do golpe militar e que não puderam participar de um governo que seria popular e democrático.

O que fazer com este estado de coisas que acontecem com o Partido? É difícil se dar uma solução aos peemedebistas que não têm o mínimo de respeito para com os companheiros que fizeram de seu partido uma doutrina e de sua Carta-Programa um meio de vida. O princípio de que os companheiros combatentes são de casa e os que chegam, sejam bem-vindos, têm tudo que desejam, não se coadunam com a filosofia de quem quer transformar e crescer. É preciso que apareça um PMDBista que empunhe sua arma da coerência e grite que o PMDB é dos peemedebistas autênticos, e não de aventureiros de última hora, para que se acabem de uma vez

por todas os grupelhos familiares e a hereditariedade no poder. O PMDB é de todos e não de apaniguados de grupos oligárquicos.

Os carreiristas que têm aportado no PMDB, deixam uma grande lição para o partido, isto é, mostrou à sociedade paraibana que, dentro desta agremiação existem partidários que querem se locupletar e viver dominando um curral eleitoral. É um absurdo que isto aconteça, dentro de um partido que lutou tanto tempo para demolir as estruturas arcáicas e implantar um sistema político moderno, caia neste tipo de convivência política. Depois que o PMDB subiu ao poder os combativos lutadores do partido, não puderam aplicar as suas idéias de política, mas, teve-se de viver sob o comando de velhos adversários, que procuraram manter o *status quo* do coronelismo.

Não se acaba com uma estrutura de poder com muita facilidade, como é o caso do coronelismo paraibano, tais como: os usineiros, os latifundiários e os grandes industriais da região, mas, pode-se calmamente fazer um processo de conscientização e aplicação de princípios políticos no seu sentido real da palavra. Como fazer! Se o PMDB subiu ao poder, mas, na verdade, somente o governador, dizia-se do partido político que o elegeu com esmagadora maioria e a sua estrutura de base constituía-se de agentes da classe dominante. O PMDB, partido de muitas lutas, muito enfrentamento e muita insistência em mudar a filosofia de vida do povo paraibano, não conseguiu concretizar os seus ideais e marcar a sua presença na história de luta da Paraíba.

Os militantes autênticos do PMDB ficaram de fora do poder, mesmo sendo este partido que estava dominando. Era a sigla do PMDB que ecoava nos quatro cantos da Paraíba, como o partido político que estava estruturando a economia e as relações sociais de seu povo, entretanto, aqueles que pichavam nas ruas, que escreviam os panfletos, que lutaram pela anistia, pela demolição do Colégio Eleitoral e muitas outras filhas da ditadura foram banidos de participar. Mas, como dizer que é o PMDB que estava no poder, se seus lutadores mais enérgicos não participavam desta batalha que era mais da ARENA e depois PDS do que do MDB e depois

PMDB, engolido pelos filhos do regime militar e sobrevivente da ditadura do golpe de 1964. Os peemedebistas que já viviam mamando nas tetas do regime militar com cara de esquerdistas e progressistas, adoraram aquela situação que estavam vivendo com muito fervor e abnegação.

Finalmente, pode-se dizer que a Paraíba passou por estes traumas que martirizaram um povo sofrido que sempre tem buscado a sobrevivência nas mais diversas maneiras de lutar pela vida. Não foi engano, mas o partido (sigla) que defendia melhoras, não conseguiu demonstrar ao seu povo a sua força e o seu poder. A gente paraibana não compreende que o poder não se faz com uma sigla, tal como utilizada pelo governo Burity, mas, com toda uma estrutura que não foi para por em prática a filosofia de uma mudança social. Foi assim que o PMDB subiu ao poder e foi assim que ele se degenerou, frente à estrutura que foi montada deliberadamente para desmoralizar aqueles que pregaram tantas melhoras e, no entanto, não vão ter condições de pô-las em prática.

POLÍTICA & PODER

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB sempre tem levantado as bandeiras mais conseqüentes na luta pela

democracia e isto lhe custou muito esforço, persistência e perseverança. Conseguiram-se muitas vitórias e espaços. Mas não se deve esquecer que o pouco que se conseguiu, foi sob torturas, terrorismos e, sobretudo, muito sangue e sofrimentos. Quem não se lembra dos quebra-quebras de 1962-63 e 64 contra a ditadura americana no território brasileiro? Quem não se lembra das grandes passeatas contra as multinacionais que se apoderavam da economia doméstica? E quem não se lembra dos desaparecimentos dos companheiros que lideravam as oposições em busca de um país independente do imperialismo internacional?

Tudo isto que se presenciou em 1962-63 e 64, foi sempre o PMDB que esteve à frente. Não se esqueça que os mobilizadores desta batalha foram do PMDB. Daí, conseguiu-se a abertura política que se tem hoje. E isto foi com as lutas pela anistia aos presos políticos, o abrandamento da Lei de Segurança Nacional, o sepultamento do Colégio Eleitoral, as lutas pelas diretas já, a volta da atuação livre dos sindicatos dos trabalhadores, o recuo de algumas medidas que viriam de encontro aos interesses do povo brasileiro e, acima de tudo, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, mesmo com os transtornos que ela atravessa para proporcionar bons princípios aos seus filhos. O importante é que se avançou, e se avançou o bastante para repelir as atrocidades que o próprio PMDB hoje em dia pratica.

Quando da derrota de Maluf, subiu ao poder a Aliança Democrática com Tancredo Neves e José Sarney. Tancredo morreu, Sarney assumiu e assumiu se dizendo peemdebista, quando na verdade, a sua camisa de pedesista nunca foi tirada e arquivada. Vieram as crises e se intensificaram, mas a culpa nunca ficou com o outro lado da Aliança Democrática, somente o PMDB é que assumiu sempre os graves problemas que o país enfrenta. É preciso mudar essa imagem e partir para assumir a verdadeira face partidária. O PMDB é luta, pois não se vai abdicar de tantos anos de dedicação e labuta pelo malfadado retrato de um partido que, derrotado, quer acabar de uma vez por todas com a fortaleza

imbatível de um partido que mudou o pensamento do país e restabeleceu a democracia.

Com as lutas nacionais, o PMDB da Paraíba participou acirradamente das conquistas empreendidas pelos companheiros de toda a frente de oposição que se formou neste país. Mas, lastimavelmente, as lideranças do partido firmaram pacto com o PDS e PFL, quando das eleições para Prefeito de João Pessoa, tentando continuar a Aliança Democrática no estado. E o partido continua desrespeitando seus princípios, coligando-se com quem não deve, em busca, não se sabe do quê. O PMDB é um partido autêntico que não precisa demandar lideranças fascistas de qualquer outro partido, para assumirem os cargos majoritários, pois os companheiros partidários são suficientemente preparados para congregarem em torno de si os mais importantes *leaders* de base, das fileiras do partido.

A partir das eleições para Prefeito da Capital do Estado, o PMDB tem demonstrado sua fragilidade, sua incapacidade de liderar as mentes mais conseqüentes da Paraíba. Além disto, a campanha para governador do Estado, que teria como candidato natural o Senador Humberto Lucena, foi simplesmente pressionada pela oligarquia latifundiária, para uma abdicação sumária de sua posição de ser o governador dos paraibanos, em favor do então Deputado Federal Tarcísio de Miranda Burity. Essa foi mais uma queda que passou o PMDB, sem se ouvirem as bases do partido, que só servem para fazer pichações, entregar panfletos e gritar viva nos pés dos palanques em tempos de comícios de campanha.

O PMDB elegeu para o governo do Estado da Paraíba, esse senhor que de tão boa vontade queria desenvolver o Estado, e este partido desejava ver seus *leaders* na esfera governamental para fazerem as suas mudanças tão proclamadas pelo partido, mas isto não aconteceu. O Governador usou sua mesma política de alguns anos atrás quando fora governador pelo PDS. Os cargos chave do estado ficaram com irmãos, parentes próximos e amigos que o sucedera depois de 1990, inclusive pedesistas e pefelistas que lutaram ferozmente contra os candidatos do PMDB. Com isto,

deixam-se frustradas as pretensões do partido em implementar sua política sincera de democratização e de apoio a todos os setores da economia do estado, na certeza de que só idéias avançadas podem tirar a Paraíba de tal nível de pobreza em que está montada.

Hoje o PMDB não é aquele das convocações das praças públicas. Chegou lá e não teve condições de assumir suas pretensões tão sonhadas pelas suas lideranças estaduais. Não é verdade que as veredas que as Autoridades do estado trilham, são caminhos traçados pelo PMDB. O PMDB é o poder que não assumiu, pois de todos os problemas que os governos estadual e federal praticam é o PMDB o culpado, e isto não se deve aceitar. O PMDB que se conhece é aquele que enfrentava tudo e todos na busca da democracia, coisa que não acontece nos dias atuais, tendo em vista que se trouxe o governador Tarcísio Burity para o partido, na esperança de se ter um lutador leal e sincero, depara-se com sua drástica opinião de fundar um novo partido para lhe dar sustentáculo, e na verdade, fortalece o Partido Liberal para o abrigar no futuro próximo.

Não se deve aceitar essa idéia de continuar com a famigerada Aliança Democrática. Agora coligação não. Não mais com o PFL e PDS, mas sim com o PL, os mesmos fascistas, oportunistas e truculentos políticos de duas faces. O PMDB não deverá aceitar qualquer tipo de coligação que venha de encontro aos seus princípios. Aceita-se, sim, um PMDB Harmônico e participativo, onde se tenham os cargos pertencentes ao partido que ganhou as eleições de 15 de novembro de 1986 com a maioria que se obteve, e não se viva subjugado a perdedores que querem dar a volta por cima, solapando as ocasiões que se tem de estruturar as atividades econômicas, políticas e sociais, que tanto os paraibanos necessitam. Não deve perseguir ninguém, mas tratá-lo simplesmente como cidadão comum, dentro da situação política da atualidade.

O que se pretende no contexto atual é uma auto-afirmação do partido, frente aos problemas políticos que o estado e, especialmente o compartimento da Borborema, enfrentam. Sabe-se

que no próximo ano, acontecerá a campanha para as prefeituras municipais e, pelo que se tem visto, não existe um perfil traçado pelas candidaturas que irão disputar. O PMDB tem nomes de muitos anos de luta, e de repente, vê-se surgirem outros que nunca pensaram em participar de agremiações políticas, nem tão pouco de partidos políticos. E que PMDB é esse que muito se esforça, mas na hora de se levantarem as bandeiras do partido, em nome de companheiros das hostes da agremiação, buscam-se candidatos avulsos e despreparados para a vida política, não só de hoje, mas do amanhã?

Não se vê neste momento pichar nomes de A ou de B, mas seriamente meditar que o PMDB é um partido consolidado, e seus filhos ilustres devem assumir as reais bandeiras que sempre pregaram, e inclusive serem pichados como foram, por alguns que, fora da fileiras do partido, cognominavam-nos de comunistas, anarquistas, subversivos e muitos outros apelidos de desagravo que sempre tiveram, e não é agora que se vai entregar a qualquer aventureiro, os destinos dos municípios paraibanos, simplesmente porque têm alguma fortuna. O que faz uma liderança não são recursos financeiros mas, sim, vocação político/partidária. Foi-se o tempo do coronelismo mandatário. O PMDB lutou, sofreu, conseguiu e agora é a vez de quem tem proposta e perfil. O PMDB não é poder, mas poderá sê-lo e isto depende de todos unidos pela causa comum, a luta pela democracia.

Pois bem. Dentro dos princípios do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de luta, de participação e de mobilização, vai-se exigir que o partido atue, e atue sem a intromissão de forças exógenas nesta agremiação, tal como o Partido Liberal do Governador Tarcísio Burity. Precisa-se atuar com as bases que tanto deram suporte às agremiações. Necessita-se sim, do PMDB Jovem, dos sindicatos, das Associações de Base e de Bairro, do Movimentos de Emancipação da Mulher, dos Movimentos de Apoio ao Menor Abandonado, dos Comitês do Partido espalhados por todo o estado e finalmente, de todo o povo paraibano, na busca de soluções aos problemas que o estado enfrenta. O PMDB do

Compartimento da Borborema não aceita ditadura de grupos oligárquicos. Ele quer que o Senhor Governador, seja um *leader* do Partido e não um Senhor emprestado de outra agremiação a serviço do PMDB de vanguarda e tradições democráticas.

Portanto, esse é o momento para assumir-se uma postura de Partido que sempre foi um grande batalhador pelas reformas que o estado tanto almejou e ainda hoje não alcançou. Luta-se contra a formação do Partido Liberal sob a presidência e organização do Governador Tarcísio Burity. Luta-se pelo PMDB no poder. E, luta-se acima de tudo, para que o PMDB realmente assuma os cargos que são de exclusividade do Partido. Expulsem-se os intrusos oportunistas que só querem se manter no poder e não por em prática os ideais que tanto se defendem e que não se pode mostrar o porque das intransigências. O PMDB é Partido de idealistas e não de grupelhos que ficam de galho em galho na busca de manter seu *status quo*.

ECONOMIA INDUSTRIAL DOS CALÇADOS

Existem grandes controvérsias acerca da origem das indústrias de calçados de Campina Grande. Uma hipótese levantada é de que as fabriquetas de calçados, tanto de consertos, como de fabricação, tenham sido originadas dos primeiros curtumes na cidade. Esta hipótese não foi totalmente confirmada pelos dados levantados, frente aos precursores deste setor no município. Dizem os dados que os primeiros sapateiros de Campina Grande não começaram suas atividades com a fundação dos curtumes; esses trabalhadores do couro, mesmo antes dos curtumes, já trabalhavam com esta atividade que importavam de outros lugares. É inegável que os curtumes impulsionaram as empresas que executavam tal serviço que começava a surgir.

Daí surge a seguinte pergunta: Como surgiram os curtumes aqui em Campina Grande? Em pesquisa realizada junto ao CEAG (CEBRAE), FIEP e pessoas ligadas ao setor calçadista, chegou-se à conclusão de que o primeiro curtume fundado em Campina Grande data de 1923, de propriedade do Senhor João Motta, natural de Pernambuco, da cidade de Caruaru. Seu processo de trabalho era o mais rústico possível, consistia em curtir o couro para transformação em sola bruta. O beneficiamento era feito num galpão simples, construído com quatro estacas de madeira, com cobertura de palha e uma árvore para espichar o couro, por isto, apelidaram-no de "curtume pé-de-pau". Este processo de beneficiamento do couro durou muito tempo para conhecer uma mudança tecnológica.

Ao se visitar um curtume ou indústria de beneficiamento de couro, constatam-se os seguintes passos, desde o produto "in natura", até a sola bruta: primeiro, compra-se o couro bruto do animal; segundo, espicha-o em algumas varas para secagem; terceiro, num tanque apropriado e cheio d'água, coloca-se um couro, porções de angico, outro couro, porções de angico e assim

sucessivamente, até encher o tanque no nível estabelecido e finalmente, glosa-se o couro a ponto de deixá-lo em sola bruta. A partir de então, essa sola servirá para a confecção de bolsas, sapatos, chinelos, cinturões, bainhas de faca e revólveres e muitas outras utilidades mais simples ou mais sofisticadas, quando o couro for ainda mais melhorado com modernas tecnologias.

Graças a João Motta, chegaram em seguida seus irmãos que incrementaram a atividade do couro, criando mais emprego para a cidade e desenvolvendo o setor calçadista municipal. O processo artesanal de beneficiamento desse produto provocava grandes desperdícios que criara um monturo de pedaços de couro, convidando a formação de sapateiros para a confecção de chinelos e consertos de qualquer atividade, nem tão pouco existia a divisão do trabalho para um melhor racionamento no processo de transformação industrial. Essa pequena formação de sapateiros e consertadores ao redor deste curtume, não caracterizou, a princípio, a origem principal das micro-indústrias no Município.

Contudo, data de 1930 o comércio mais efetivo das sandálias, alpargatas e outros utensílios feitos com o couro bruto, expurgo do curtume dos Mottas. Conta-se que foi desse comércio que surgiu a primeira fabriqueta de sapatos, pois, no fundo de uma determinada loja surgiu uma oficina de consertos e confecções de sapatos para a *high society* da época. Um dos fundadores das oficinas de fundo de quintal foi Luiz Gomes Bezerra, conhecido como "Lula do Paulistano" ou "Lula Gato Preto" que trabalhava como balconista numa loja de calçados. Com a implantação dessa pequena oficina, Lula, depois que conseguiu grande freguesia, montou seu próprio negócio e deixou a loja onde trabalhava, indo viver de sua fabriqueta simples e artesanal.

Com Lula Gato Preto, surgiram outros micro-industriais do setor calçadista, tais como João Francisco de Sousa, J. Amorim, Severiano Freire, Ernesto Paulo, Vavá, Zé Paulino, Aristides Magalhães e muitos outros, mas o mais popular e eficiente foi realmente Lula do Paulistano. Esse pequeno empresário trabalhava por encomenda e em sua oficina trabalhavam quatro operários que

utilizavam como matéria-prima na fabricação de sapatos o nalco, verniz uruguaio, pelica *grizon*, etc. Lula Gato Preto primava por um trabalho de excelentíssima qualidade, por isto sua freguesia era certa e recente, chegando a ponto do Prefeito Dr. Plínio Lemos encomendar um par de sapatos para presenteá-lo ao Presidente da República, Getúlio Vargas.

O curtume dos Mottas realmente viveu uma grande fase no beneficiamento de couros, exportando para Espanha, Alemanha, Itália, França, Japão, China e muitos outros países, seus produtos de primeira qualidade, todavia, as raspas e/ou pedaços imprestáveis eram adquiridos por estas pequenas fabriquetas que começavam a surgir no Município. O sucesso do curtume dos Mottas era tal que, durante a segunda guerra mundial, a sua produção total de fabricação de botas era vendida ao exército brasileiro. Os Mottas expandiram-se, abrindo um novo curtume em Natal (Rio Grande do Norte) em 1935 e aqui em Campina Grande surgiu o curtume de denominação "Antonio Villarim", talvez baseado na idéia de implantação dos curtumes dos Mottas para um melhor aproveitamento do couro que abundava na região.

A época de ouro do setor calçadista foi de 1937 a 1945, que gerou aproximadamente 35 novas indústrias. Depois desta fase, como em todo ciclo econômico, muitas destas indústrias faliram, inclusive a de Luiz Gomes Bezerra, o "lula Gato Preto", tendo em vista as peculiaridades da economia da época provocarem crises. Contudo, na década de cinquenta (50) surgiu um terceiro curtume, o chamado curtume Santa Adélia, que veio concretizar a hegemonia campinense do setor de curtimento de couro, mais especificamente no ano de 1950. Com isto, o setor calçadista se firmava, criando uma estrutura de produção que há pouco tempo, a economia campinense não conhecia, não só de produção, mas, também de comércio em todo o compartimento da Borborema e circunvizinhança.

O setor calçadista atravessou a crise de 1947 com algumas falências, todavia, as poucas que sobreviveram, tentaram soerguer o setor, talvez não com couro, mas com qualquer outro substitutivo,

quando em 1957 este setor consegue novo aquecimento, com a introdução do couro sintético ou plástico, como chamavam alguns sapateiros da época. Esta substituição tornava o calçado mais barato e acessível à população de mais baixa renda. Com isto, implantaram-se novas indústrias com uma diversificação bastante grande de novos tipos de calçados no comércio local e regional. Com o tempo, os calçados de couros de animais, tornavam-se proibitivos à população de baixa renda e a solução foi na verdade a implementação da produção e comercialização de calçados sintéticos.

Atualmente, a economia industrial de Campina Grande está composta de um grande percentual de micro-empresas informais ou clandestinas, ou comumente chamadas de empresas de fundo de quintal, todavia, neste local se assenta uma estrutura produtiva industrial, concomitantemente com uma residência para moradia. A formação deste tipo de atividade decorre do fato desta indústria ser muito pequena e sem condições de pagamentos das obrigações aos governos federal, estadual e municipal. As obrigações com o próprio operário também não são pagas, assim como seu salário fica abaixo do mínimo estipulado por Lei, porque este pagamento é feito pela sua produtividade que se constitui muito pequena, refletida pela sua fraca tecnologia.

Por outro lado, as micro-empresas formais estão situadas em instalações especialmente construídas para a produção de suas mercadorias, neste caso, o sapato. Isto não significa dizer que todas as micro-empresas formais vivem nestas condições de trabalho, porém, algumas também exercem suas atividades em fundo de quintal, mesmo obedecendo às formalidades da Lei. A questão se coloca não é, no caso de ser formal ou não, mas, sim, pelo lado da sobrevivência da indústria, de poder acumular e crescer, caso contrário, ela vai viver pouco e em seguida falir como acontece constantemente com muitas e muitas indústrias micros, pequenas, médias e até grandes. A sobrevivência de uma indústria decorre de seu poder de acumulação e de competição numa estrutura de mercado.

Apesar da crise que passa o setor calçadista municipal, a sua produção já obedece a uma certa diversificação, tendo em vista que a demanda por estes produtos tem conseguido um bom crescimento do setor, não só da parte formal como da parte informal. A maior parte da produção é de tênis cuja aceitação é favorável e com demanda crescente, por causa das facilidades de matéria-prima utilizada na sua confecção, tais como o *nylon*, solado PVC, lona, etc e por couro ser escasso e caro na região. Por isto, é necessário um apoio mais intensivo ao setor para que ele possa retornar a sua época áurea na produção e comercialização local e regional. Esta economia é imprescindível pelo volume de empregos e pela produção que atende ao mercado.

A ECONOMIA INDUSTRIAL DOS CALÇADOS II

Campina Grande foi invadida por calçadistas mais poderosos que procuram, a todo custo, açambarcar o pequeno mercado Municipal em detrimento aos pequenos e micros industriais que têm a sua sobrevivência neste pequeno negócio. Com isto, implantaram-se aqui em Campina Grande a BESA, a AZALÉIA, a PARC. E, a produção Centro-Sul já abunda na região. Isto fez com que, a produção gerada no município não atendesse à demanda interna e, sim, procurasse outras plagas, exportando todo o produto campinense para Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados da Federação. É lastimável que se deixe exportar uma produção de excelente qualidade, para dar guarida à manufatura processada em larga escala, conseqüentemente, de má qualidade.

A indústria do calçado campinense, se tivesse um programa de apoio, pautado numa política de crescimento equilibrado, seria um distrito industrial de grande respeitabilidade em todo o território nacional. Apesar de ser um trabalho com base no empirismo, as micros e pequenas indústrias do calçado, respeitam a qualidade de sua produção e podem concorrer de igual para igual com as grandes indústrias dos grandes centros do país. O processo inflacionário fez falir as micros e pequenas indústrias e pôs em inadimplência aqueles que avançaram em busca de um pequeno capital para implementar o seu ativo circulante, tentando, desta forma, uma produção de maior escala. Essa euforia durou pouco e, ao invés de desenvolvimento, deparou-se com uma recessão sem precedente na história dos fabricantes de fundo de quintal.

Um fato importante a salientar, é que a formação da mão-de-obra própria para o trabalho no setor calçadista é adestrada na própria indústria, começando-se como ajudante, depois como aprendiz e, em seguida, como trabalhador especializado, empiricamente, no ramo dos calçados. Como se sabe, existem

alguns órgãos de aprendizado e que se encarregam dos ensinamentos que deixam o trabalhador que tem potencialidade, pronto a exercer a sua profissão, contudo, é sabido que o aluno que sai dessas escolas não têm condições de executar a sua tarefa no campo profissional, em todas as profissões e, em especial, no ramo de fabricação de calçados. Aqui em Campina Grande, esses ajudantes, muitas vezes, são meninos pobres e outras vezes meninos de rua, que são recrutados para exercerem este tipo de atividade, cujo resultado, têm a sua profissão.

E como é feito esse processo de aprendizado na micro e pequena indústria de fundo de quintal? Inicialmente, o aprendiz começa executando trabalhos muito simples com a orientação do mestre; desta forma, ele vai aprendendo gradativamente esses primeiros ensinamentos durante anos, até atingir a experiência necessária para se tornar um mestre. Essa maneira de adestramento é muito importante para as micros e pequenas indústrias, tendo em vista a mão-de-obra barata na sua produção, bem como, um profissional que vai lhe servir no futuro muito próximo. Além disto, aqui no município, não existem escolas dirigidas para esta atividade, o SENAI poderia se encarregar deste tipo de formação profissional. Já que se forma técnicos em mecânica, costura, secretárias, em marcenarias, tipografias e muitas outras profissões.

Mesmo com as dificuldades na obtenção de mão-de-obra qualificada para exercer efetivamente o processo produtivo, o setor industrial dos calçados caminha e caminha de acordo com as possibilidades que lhe são peculiares. Quando se fala em ciclos econômicos e como em qualquer sistema capitalista, o setor calçadista participa também desta Lei natural, pois em momento de prosperidade, onde a demanda é crescente, a produção cai, justificada pelos industriais como sendo outubro e dezembro, os meses em que alguns trabalhadores do setor deixam seu ambiente de trabalho e criam a sua própria indústria. Isto ocorre como influência do aquecimento do mercado que aparentemente vai dar condições de melhores rendimentos para os novos industriais, mas,

esquecem-se de que seu começo é como micro industrial, sem condições favoráveis em desenvolver e, conseqüentemente, crescer.

Depois desta fase de superaquecimento da economia em busca de suprir suas necessidades de calçados, que aliás não ocorre unicamente com calçados, mas também com vestuários, produtos de presentes e muitos outros produtos próprios de demanda crescente nos meses de outubro e dezembro, esses trabalhadores que deixaram seus afazeres em busca de uma atividade para viverem por conta própria, não resistem às dificuldades de sua posição e voltam a demandar emprego a um salário talvez menor do que recebiam antes. Vale salientar que o trabalhador deste setor trabalha normalmente de 8:00 a 10:00 horas diariamente e de segunda a sexta-feira. Na verdade, as segundas-feiras muitas vezes são sacrificadas em favor do trabalhador que não comparece ao trabalho, causando problemas ao bom andamento da indústria.

Um ponto interessante e que merece grande preocupação por parte das autoridades governamentais é que este setor tem uma atividade totalmente informal, tendo em vista os altos encargos que tem que assumir junto aos governos estadual, municipal e federal e isto faz com que a sua folha de pagamentos seja reduzida a uma quantia insignificante com transtornos ao andamento da empresa. Como se vê, o setor formal caminha com mais dificuldade do que o setor informal, apesar de que a sua vida é limitada e antecipadamente contada. Algumas que conseguem sobreviver, trazem em sua trajetória de vida uma dependência gritante, imposta pelo capital maior da Nação e até mesmo internacional, como é o caso das compras a crediário que aparentemente são um benefício ao industrial, mas, em verdade, são uma maneira de subordinação e vínculo.

O setor das micro-indústrias em Campina Grande, e por que não no país, é o mais explorado pelo grande capital, pelos agiotas e setor financeiro nacional, tendo em vista a sua premente necessidade em adquirir capital de giro para dinamizar sua indústria local. Neste sentido, nota-se a impossibilidade de um micro ou mesmo pequeno industrial se submeter à burocracia dos bancos

oficiais e particulares para adquirir recursos para obedecer ao planejamento da indústria e a maneira mais fácil de conseguir esses recursos é o agiotamento com juros quatro ou sete vezes maiores do que os juros oficiais ou de mercado. É neste nível de exploração que se infiltra o micro ou pequeno industrial que não agüenta por muito tempo esta situação e o resultado é falência ou a corrupção desenfreada.

Em fevereiro de 1986, com a instalação do Plano Cruzado, pensou-se que as coisas fossem melhorar, mas o que aconteceu foi o contrário. No começo melhorou e quando a economia se desenfreou, o caos foi maior do que a política econômica implantada durante a permanência do governo militar. Não é que o Plano Cruzado não desse certo, é que o sistema de dependência em que vive a economia brasileira não deu condições para que o governo exercesse qualquer poder sobre o poderio econômico que aqui está instalado, todavia, o resultado foi uma ampliação da crise, níveis de inflação cada vez maiores, e o desemprego assumiu proporções nunca vistas em outro programa, onde os micros e pequenos industriais foram à "banca rota".

A situação é catastrófica, sem condições de num curto e talvez no médio prazo, ser resolvida eficientemente. O débito dos micros e pequenos industriais é tão problemático que esses mutuários encontram-se hoje em situação muito difícil, inclusive comprometendo o pequeno capital particular que foi construído. Desta forma, esses pequenos industriais passariam imediatamente a ser empregados de uma outra indústria qualquer, mas o que ganhariam seria para sua sobrevivência e para pagar os débitos contraídos quando eram industriais. É claro que os micros e pequenos industriais fazem parte da expansão da crise, onde naturalmente eles conseguem por si só, diluírem-se no tempo, no entanto, a situação em que se encontram esses industriais hoje é um pouco diferente, por que não só se diluíram, mas se suicidaram.

Além dos débitos excessivos que contraíram os micros e pequenos industriais do setor de calçados, surgiu um outro problema bem mais forte, que foi o desaparecimento da matéria-

prima dos calçados, isto é, o couro e alguns outros insumos necessários à confecção dos calçados. Com isto, a economia brasileira como um todo, entrava num colapso incomensurável e sem solução, ao prevalecerem as condições impostas pelo Plano Cruzado I, fortificadas pelo Plano Cruzado II e outras medidas do governo que visassem segurar a economia contra os poderosos do sistema e como eles são fortes, o governo federal falhou e o povo agora é quem paga esta dívida social que se avoluma. Não há condições de sobrevivência, num sistema onde os oligopólios é que mandam e os pequenos e micros industriais que não estejam em consonância com os grandes, devem falir.

Finalmente, o que é que se propõe para se sair da crise, que os micros e pequenos industriais passam hoje em dia? Uma idéia que surge no momento, é a criação de um fundo, com a participação de um número X de industriais pequenos e micros e conservando um período de tempo, isto é, dois (2) anos de filiado, possa-se recorrer a esse fundo para sanar seus débitos de curto prazo ou emergenciais. Os micros e pequenos industriais, sem uma união de classe, sem um trabalho de base muito bem feito, jamais terão condições de sanar seus débitos com os financiamentos que foram contraídos no passado. Não é idéia marxista, mas é uma maneira de se escapar dos monopólios e oligopólios que dominam o mundo capitalista. Para isto, é preciso que os micros e pequenos industriais abandonem a idéia burguesa de lucros exorbitantes e persigam a união de classe.

A FORMAÇÃO DA ECONOMIA CAMPINENSE

Os primeiros passos de Campina Grande datam dos primórdios do descobrimento do Brasil. Foi em 1697 que se concretizaram as origens de Campina grande, hoje Rainha da Borborema. Entretanto, constata-se que em 1670, Antonio de Oliveira Ledo fundara a aldeia de Boqueirão, e, alguns anos mais tarde convidara seu sobrinho Teodósio de Oliveira Ledo à região para comandar o aldeamento dos índios Ariús. Foi a partir deste momento que Campina Grande deu seus primeiros passos, até os dias de hoje. Entretanto, sua topografia plana, com muitas baraúnas, pau-d'arcos, aroeiras, angicos e mulunguzeiros que caracterizavam uma extensa campina, é que gerou este cognome que ainda hoje perdura.

Conta-se que em 1698 chegou à aldeia um frade do Convento de Santo Antônio, sediado na capital da Paraíba, com objetivo de dar início à catequização dos silvícolas, por ordens do governador da capitania, Manuel Soares Albergaria. Disto originou-se a Carta Régia de 13 de janeiro de 1701 que mandava levantar uma capela e pagar ao capelão vinte e cinco mil réis de cômputo, e doze mil réis pelo fabrico e guisamento de hóstia e vinho, isto com o pagamento pelas reuniões com os índios para ensinamentos. Esta foi a formação da igreja no aldeamento. Com isto, a colônia cresceu rapidamente e muitas pessoas acorreram para este local, que apresentava boa terra para plantação de mandioca, milho e outros produtos cereais.

Não foi a partir desta época que surgiu o termo Campina Grande, todavia em 1769, o povoado foi elevado à paróquia de Nossa Senhora da Conceição com sede em São João do Cariri de Fora. Mas, data de 1790 a sua transformação em Vila com o topônimo de Vila Nova da Rainha, através da Carta-Régia de 22 de julho de 1766. O povoado, agora Vila, era ponto obrigatório entre o litoral e os sertões, pois as duas estradas da época, a do Seridó e a

de Espinharas, convergiam à Vila, criando um entreposto de comércio de gado e farinha. Neste preâmbulo, as condições naturais incentivavam a formação de uma estrutura agrícola plenamente satisfatória e um comércio decorrente desse entroncamento dos diversos pontos da capitania.

Na verdade, o termo Campina Grande surgiu em 1854 com a Lei Provincial de número 27, de 06 de julho do ano corrente e anexado à comarca de Pilar. No entanto, foi elevada à categoria de cidade em 11 de novembro de 1864, por força de Lei Provincial número 137; em seguida, pela Lei número 183, de 03 de agosto de 1865, foi criada a comarca de Campina Grande. Neste transcorrer histórico, a economia da cidade, no que diz respeito à agricultura ia cada vez mais se desenvolvendo e com ela crescendo o comércio que tomava proporções internacionais, apesar de em sua grande parte coexistir uma economia de subsistência que serviria apenas para o autoconsumo, como o milho, o feijão, a mandioca, etc.,.

A agricultura campinense nunca foi considerada latifúndio produtivo, apenas alguns produtos se destacavam como culturas de expressão na economia do município. O que preponderava era o minifúndio. A terra emprestada e a terra alugada. Neste contexto, a agricultura de subsistência era o comum. O pequeno produtor não tinha, como não tem, condições de implementar seu processo produtivo a uma alta escala. Falta-lhe crédito, pois o pequeno produtor agrícola não tem acesso ao sistema bancário para poder intensificar uma tecnologia que leve o pobre homem do campo a uma produção sem muitos sacrifícios. Com isto, somente a produção de subsistência e em pequena escala é quem predomina.

Todavia, não se deve esquecer que alguns produtos se sobressaíram na economia campinense, como foi o caso do algodão e do sisal. Apesar disto, não se teve um apoio que desse à agricultura a principal atividade econômica municipal. A época do algodão foi uma era de glória, que deixou o Município de Campina Grande em plena evidência no contexto nacional, mas não se soube criar uma situação em que a agricultura campinense se estruturasse e crescesse. Inegavelmente esses produtos que eram produzidos em

grande escala, elevaram a cidade ao contexto internacional, trazendo ao município grandes somas de rendas, chegando a ser a maior renda do Estado da Paraíba, mas a tecnologia pouco se desenvolveu continuou no que era.

Com a estruturação da agricultura campinense, com as famigeradas feiras de gado no município e nas circunvizinhanças e com a vinda de pessoas para esta cidade, começa-se o processo de beneficiamento de alguns produtos de importância para o Estado. Com isto, surgiram as primeiras fábricas em Campina Grande, como foi o caso das fábricas de beneficiamento de algodão e de sisal. Com o advento do setor de transformação, surgiram a SANBRA, a ANDERSON CLAYTON, Zé Marques de Almeida, e poucas outras empresas que tinham a finalidade de beneficiar produtos da terra para uso doméstico e até mesmo exportar. Foi desta forma que apareceu a indústria campinense, mas sem esquecer a sua vocação comercial que sempre teve.

A indústria de transformação cresceu e com ela cresceram também as oportunidades de emprego, de investimentos na atividade econômica Municipal. As fábricas foram surgindo e com elas os cursos técnicos profissionais, as escolas de aperfeiçoamento e as universidades para capacitar a mão-de-obra e dinamizar a economia. Foi desta maneira que rapidamente a tecnologia começou a desenvolver o parque industrial campinense e proporcionar ao município uma estrutura de cidade de porte médio. Isto fez gerar a WALLIG, a BESA, a BENTONIT, a CANDE, as empresas SÃO BRAZ, as empresas REUNIDAS SÃO LUIZ, a AZALÉIA, a SANCA, o COTONIFÍCIO CAMPINENSE e muitas empresas de importância fundamental.

A evolução campinense gerou não somente as médias e grandes empresas, mas também as pequenas e as micro-empresas produtoras de produtos básicos para a região. Muitas vezes, levam-se em conta as empresas formais, que são protegidas pelo Estado, entretanto, os produtores informais são de relevância número um, tendo em vista que são empresas que lutam com dificuldades, mas empregam um número significativo de trabalhadores, têm uma

produção apreciável e constituem um número expressivo na economia de transformação de bens necessários e exportáveis. É nesse clima que o setor de transformação campinense, tem demonstrado ser de fundamental relevância para toda a região do compartimento da Borborema e adjacências.

O setor de beneficiamento gerou-se e com ele vieram momentos de *boom* e de crises. Momentos de *boom* que fizeram crescer a economia, que trouxeram mais empregos, e momentos de *boom* que abriram as portas aos investimentos nacionais em Campina Grande. Momentos de crises que deixaram marcas profundas no parque industrial do município, momentos de crise em que abalaram a renda municipal e momentos de crise que se viu muitas e muitas empresas fecharem suas portas, trazendo prejuízos incalculáveis. No entanto, não se pode esquecer que foi a industrialização que fez expandir-se o setor comercial campinense, classificando Campina Grande como o maior pólo comercial de cidade do Nordeste.

O comércio de Campina Grande foi o mais eficiente que aconteceu em cidade de interior. Sua formação data da origem da cidade, com os famosos tropeiros e viajantes que saíam do sertão ao litoral, ou vice-versa. Disto resultou o comércio campinense, tanto de produtos de subsistência como de produtos de exportação. Para melhor justificar este estado de coisas, verifica-se que Campina Grande foi, em determinada fase da história paraibana, o município de maior renda do Estado, por muito tempo. O brilhantismo de seu sucesso decorreu da criação de uma infra-estrutura que facilitou um melhor escoamento de seus produtos aos longínquos recantos do país. Isto deveu-se à construção de estradas rodoviárias e ferroviárias ligando todo o Estado.

Sabe-se que o comércio de Campina Grande é quem conta a história da cidade. Comércio caracterizado pela pluralidade de produtos vindos de diversos estados da Federação, desde produtos artesanais a produtos manufaturados de excelentes qualidades. Neste comércio, sobrevivem também, e com bastante eficácia, os micros e pequenos negócios dentro de uma estrutura de mercado

formal e informal. A formação desses pequenos vendedores informais, ou não, é mais um afilhado das crises que desempregam mão-de-obra qualificada e esta, por sua vez, cria seu ponto de comércio. Ainda hoje o comércio é o forte da economia campinense devido a abastecer a economia de 57 municípios circunvizinhos e também de ser abastecido por tais municípios através do CEASA.

Hoje, Campina Grande já não é aquela cidade com uma economia que crescia de maneira espantosa, tanto no setor agrícola, de manufatura, como comercial. As crises que maltrataram o país afetaram o município campinense de maneira violenta e sem cura a curto ou médio prazos e justamente foram estas crises que fecharam muitas casas comerciais da cidade. Um outro fator da decadência comercial, foi o arrocho fiscal aos comerciantes, que aconteceu na década de sessenta fechou diversas casas de alto porte. Mas, qual é a solução para isto? A curto prazo é difícil. Entretanto, a um maior espaço de tempo dever-se-á procurar reestruturar essa economia, a um nível em que se retome a hegemonia que teve na década de cinquenta deste século.

A ECONOMIA DO FORRÓDROMO

O maior forró do mundo não veio somente proporcionar alegria aos forrozeiros do São João/São Pedro de Campina Grande. Ele fez muito mais do que se esperava: levou aos desempregados e subempregados do município uma fonte para garantir sua sobrevivência, como também um incremento da renda familiar daqueles que já têm seu emprego garantido. A alegria dos campinenses foi completa, porque se viu a participação de seu povo nas festividades de junho. Foi um instante onde não houve discriminação entre o preto e o branco, o pobre e o rico e as regiões do país. Todos participam. Todos dão sua colaboração para o brilhantismo do maior forró do mundo.

O Parque do Povo chegou na hora certa. Foi lá onde todos os forrozeiros que estavam em Campina Grande puderam extravasar suas tristezas e desesperos em prol de uma alegria que ficará na história, porque quem esteve no Forró dromo este ano, virá sempre. O Parque do Povo abraçou gente de toda parte do Brasil. Gente que veio do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Recife, de Fortaleza, do Maranhão, do Amazonas e de outros Estados da Federação brasileira em busca de um festival de coisas tipicamente da terra (regionais), o forró, o xaxado, o xote, etc. É esta a festa que corre no sangue do povo brasileiro, em especial, do povo nordestino e, em particular, do povo paraibano.

Com a festa junina, a economia campinense reviveu um aquecimento diferente. Os comerciantes correram para o Forró dromo e lá se instalaram em suas barracas em busca de um certo faturamento. Lá estavam as barracas sofisticadas, oferecendo whisky, vodka, cerveja, caipirosca, comidas típicas, artesanatos, cachaças (pinga), churrascos, galeto assado, etc.. Estas barracas eram da classe que tinha certa posse financeira. A sofisticação desfilou, deu seu recado e faturou como se esperava. Foi um sucesso nunca visto em festas populares. Este ano, o São João/São

Pedro superou as expectativas com tantas brincadeiras, gerando muito mais seriedades, porque as músicas pornôns deste São João/São Pedro melhoraram a renda de muita gente.

O importante deste São João/São Pedro não foram as esplêndidas barracas sofisticadas das avenidas principais do Furródromo. O comovente, é que, os comerciantes marginais que puderam faturar, e relativamente alto, o seu pão de cada dia. As barracas periféricas marcaram presença com seu simples churrasquinho e a famosa cachaça "cana de cabeça", era presença constante com seu caldo de mocotó e o guisado de bode e porco. A concorrência era grande, mas ninguém brigava, porque havia lugar para todo mundo. Numa visita aos arrabaldes do Parque do Povo, verificava-se o comércio diversificado do pequeno vendedor da cidade e até mesmo de novos vendedores que aproveitaram o São João/São Pedro para começar seu negócio.

Foram os pequenos negociantes que mais faturaram nesta grande festa. A todo lado se viam vendedores de rolete de cana, de churrasquinhos populares, vendedores de pipocas, de lã de açúcar e de balões de festa, de bandeirolas, de amendoim, de mamulengos, de bolos e de muitas outras coisas feitas por vendedores populares que não tinham condições de montarem suas barracas para um negócio melhor estabelecido. Isto garantiu um bom faturamento para este tipo de atividade, visto que não pagava nenhum encargo social ou imposto à Prefeitura; o ganho bruto se confundia com o ganho líquido. Neste sentido, o Furródromo veio trazer alegria para os dançantes e para aqueles que faturaram.

Além destes pequenos batalhadores pela vida, houve ganhos em um nível mais elevado. É incontável o lucro que ficou nos hotéis. Todos superlotados, não tinham condições para suportar tamanhos pedidos que constantemente eram feitos pelos telefones e pelas cartas enviadas aos seus gerentes. Porém, vale salientar que faltou um pouco de visão dos organizadores que não enxergaram as centenas de casas abandonadas pela Caixa Econômica Federal e de propriedade de bancos particulares que poderiam, com a permissão dos gerentes, ser aproveitadas, alugando-as aos visitantes. Mesmo

assim, foi bom, pois, os fogueteiros tiveram sua produção aumentada e vendida. Os taxis se movimentaram de maneira surpreendente. O São João/São Pedro melhorou.

Todos ficaram satisfeitos. Foram trinta dias de festas, de trabalho e de satisfação. A tristeza que denegriu o povo nordestino durante vinte anos de ditadura, começa aos poucos tendo que partir para sempre. Só a alegria tomará conta de agora por diante, de todos os minutos que passam pela vida do morador da região mais sofrida do país, o Nordeste. É o São João/São Pedro, a festa máxima dos nordestinos, pois, um copo de cachaça e uma mulher ao lado, completam a festa daqueles que só vêm tristeza, de falta d'água, de falta de emprego e de alimentação, etc. Mesmo assim, o homem do Nordeste não perde a esportiva e procura a sobrevivência à sua maneira, saindo da formalidade ao mercado informal.

Mesmo com todo o sucesso do São João/São Pedro, as festas juninas não chegaram à perfeição. Existem falhas contornáveis: uma primeira, é quanto ao aspecto musical; os organizadores deveriam, pelo menos na semana do São João/São Pedro, trazer um cantor de forró e, em particular, da terra paraibana. Um segundo problema é quanto à estada dos turistas, pois existem muitas e muitas casas vendidas pelo Sistema Financeiro de Habitação que foram abandonadas; poderiam ser aproveitadas como alojamentos para quem procurasse, isto é, a Prefeitura entraria em contato com o gerente responsável pelo imóvel (Caixa Econômica, Banorte, Bradesco, etc) equiparia a residência e alugaria. Desta forma, este problema seria sanado.

Com o sucesso do São João/São Pedro, crê-se que aquele parque de diversões não parará de funcionar. É necessário que o Senhor Prefeito Municipal mantenha um serviço de som potente sempre funcionando, para continuar o trabalho simples daqueles pequenos trabalhadores e que, uma vez por mês, faça uma apresentação com cantores ao vivo. O sistema de barracas deverá ser melhor organizado, porque havia mais barracas do que freqüentadores e, na medida do possível, um pequeno parque infantil, onde os pais e filhos se divertirão com plena harmonia.

Tudo isto dinamizará dentro de seus limites a economia subterrânea da cidade em busca de proporcionar a esses agentes a sua sobrevivência, pois, se continuar de ano em ano a participar do sistema de desenvolvimento municipal, é apenas mais um contribuinte.

O desafio da economia do Forró-dromo foi lançado e, creia-se, veio trazer condições satisfatórias, tanto aos pequenos, como aos grandes comerciantes que aumentam seus lucros em cima de festividades tipos bares e festas noturnas. O São João/ São Pedro, dinamizou o mês junino do município e criou um elo de ligação entre Campina Grande e as cidades circunvizinhas tais como: Santa Luzia, Patos, Cajazeiras, Pocinhos, Esperança, Monteiro, assim como, algumas outras cidades do interior nordestino, como Garanhuns, Altinho, Caruaru e outras mais. Mesmo que Campina Grande não forme um bom futuro, devido à visão dos dirigentes municipais, quanto a este assunto, entretanto, foi um grande arranco (*take off*) para a cidade turística das festas do mês de São João/São Pedro, consideradas festas matutas do interior nordestino brasileiro.

Um outro problema que pode acontecer nos meses de junho e julho é a forte evasão de recursos da população nordestina, ou em especial, de Campina Grande para o Centro Sul, quando alguns empresários do meio cultural, inescrupulosos, contratam artistas que não são forrozeiros por milhões de cruzeiros que são carreados para outras plagas. Isto é prejudicial para a economia paraibana/campinense que deixa de fazer as suas aplicações na economia doméstica, para dar condições de empresários sulistas engordarem cada vez mais uma economia já próspera do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os ritmos baianos e o rock têm avançado muito no interior do Nordeste, contudo, os empresários querem aproveitar o sucesso dessas bandas e as contratam em detrimento dos cantores e músicos da própria terra, que vão se aventurar em lugares distantes para conseguirem seus sucessos.

Em resumo, o Maior São João do Mundo veio para ficar e parece que ficou, considerando que suas primeiras programações foram coroadas com pleno êxito, proporcionando a todo mundo

ganhar seu dinheirinho para sobreviver. Todos se divertem, todos brincam e todos faturam dentro de um clima de festividade e participação, pois o importante é que a cidade tomou novos rumos nestes dois meses, tendo em vista a invasão de turistas nos quatro cantos do Estado e, de maneira particular, na cidade de Campina Grande. Dentro desta conceituação, pode-se dizer que Campina Grande possui, além de sua economia natural, advinda de seus primórdios, uma economia do Forró-dromo, que trouxe para a cidade um novo modo de vida, dentro dos princípios da economia informal, mas numa harmonização onde todos ganham os seus dinheiros no mês de São João/São Pedro, com grande festa, grande comemoração e trabalho para os agentes econômicos locais.

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Aproximam-se as eleições para Prefeito e Vereadores de todas as prefeituras do país. O Prefeito significa o coordenador dos anseios dos comunitários e, como tal, deve ouvir a comunidade pela qual trabalha, quer dizer, todas as necessidades prementes no município devem ser discutidas e aprovadas pelas representações dos bairros do município. Nesta mesma ótica, estão os vereadores que são os legítimos representantes do povo do município na Câmara municipal, procurando sempre obedecer aos princípios do partido, ao qual estão filiados. O processo de conscientização dá-se todos os dias e em todos os recantos onde esteja uma comunidade que precise de informar-se, de conhecer seus próprios *leaders* e, sobretudo, dos deveres e direitos facultados a todos aqueles que participam da sociedade prestes a escolher seus representantes.

As eleições de quinze de novembro são mais um momento para reflexão e atuação mais intensiva dos *leaders* de bairro, dos Sindicatos, dos Clubes de Mães, das Associações de qualquer espécie que visem ao bem-estar (*well faire*) de sua comunidade, pois é neste momento que surgem as pseudo-lideranças para tentar ludibriar a sociedade e conseguir faturar suas somas monetárias em cima de uma coisa tão séria, que é o voto popular e sagrado dos comunitários. Pense um pouco e veja que a sociedade está cheia destes vivaldinos forasteiros em busca de se locupletar com as consciências alheias, todavia, uma comunidade desinformada, deixa levar-se facilmente por pessoas deste quilate, sem as mínimas condições de realmente representarem os interesses comuns, pois é isto que se vê constantemente nos movimentos daquelas organizações que querem avançar no meio político.

O ambiente político não significa dizer um trabalho com Prefeitos, Vereadores, Deputados, Senadores, Governadores, ou simplesmente falar em nomes deles, é muito mais do que se imagina, isto é, é um trabalho de condução da sociedade, é um

trabalho de conscientização das massas e, sobretudo, é um trabalho onde a comunidade deve reivindicar seus interesses àqueles que são seus legítimos representantes. São estes representantes que devem ser bem escolhidos a ponto de não se venderem por quaisquer empreguinhas, ou quaisquer benesses que as autoridades municipais, estaduais e/ou federais possam oferecer de maneira pessoal, em detrimento de sua vocação maior que é a de servir à comunidade como um todo. É neste sentido que as comunidades devem se reunir para abraçar a política e não os políticos, porque estes passam e a política fica para sempre.

Observa-se, nos encontros de bairro ou de qualquer "meeting" que envolva faturamento político, que se encontra um Vereador na demanda de votos. Não se quer aqui negar que os Vereadores devam buscar votos. O que se quer esclarecer é que o trabalho de um político deva ser o de participar na sociedade e com ela, mas não um aparecimento em tempos de campanha política ou mesmo somente buscar um comprometimento desta comunidade com o candidato ou pretendo candidato a qualquer coisa. Não deve existir este compromisso formal entre o *leader* comunitário, que é, por consequência, um *leader* político, com qualquer Vereador ou Prefeito do município. O que deve ficar claro, é um compromisso do político partidário com a comunidade e as portas de quaisquer associações que devem estar sempre de braços abertos para qualquer político, quer seja do partido que está no poder ou quaisquer outros adversários.

A comunidade tem que acabar com os *leaders* comunitários que tomam partido por A ou por B político. O *leader* comunitário deve ter uma política imparcial, mesmo sabendo das suas condições de vida. É claro que todo ser humano tem suas tendências em apoiar um determinado candidato, ou quem já exerce determinado mandato, todavia, sua posição dirigindo um órgão de classe é representar os anseios de todos os seus liderados, sem discriminação de raça, religião ou classe social. Mas, foi com o golpe de Estado dado em 1964 que a coisa tomou outro rumo, quer dizer, expandiu-se a corrupção, alastrou-se a pobreza, ampliaram-se

os Odóricos Paraguaçu da Vida, iludindo comunidade, comprando eleitores e, sobretudo, corrompendo a justiça das cidades do interior brasileiro. Não é num instante que se vai demolir este estado de coisas, mas todo um processo de conscientização urgente urgentíssima.

A abertura que se tem com a queda dos governos militares não acabou com os Odóricos da vida, e, hoje, quando não se vê na figura de Prefeitos, o Odórico, está claramente no coração de muitos Vereadores desinformados e inescrupulosos da era moderna. O fato, é que já estão nas ruas os Vereadores dos diversos partidos e nenhum passou por um processo de discussão nos bairros ou pelo menos no bairro onde reside. Passou na verdade, foi no afã de ter um emprego rentável por quatro anos ou mais, dependendo do nível de alienação que estes pretensos Vereadores desejam passar aos seus eleitores, oferecendo-lhes quaisquer bugigangas, e, além do mais, oferecendo aquilo que ele não tem condições de cumprir, se é que existe uma certa independência no pretense representante do povo que o vai escolher para a Câmara Municipal.

Pensa-se que ser Vereador é somente uma maneira simpática de tratar as pessoas do bairro, onde reside, ou de fazer qualquer benefício a alguns que estão precisando de uma esmola para dar de comida a seus filhinhos que estão passando fome, ou de algum remédio a qualquer doente que não tem condições de comprá-lo. Ser Vereador é uma coisa séria. É não enganar o povo de sua cidade, com doações fúteis e desnecessárias. É reivindicar o bem-estar para o seu povo, não importando o Prefeito municipal ser partidário ou não. É, finalmente, lutar pelos princípios da moral que o capitalismo internacional intenciona acabar e o povo desinformado recebe aquela mensagem de degradação da família e proliferação da prostituição como um momento de descontração, de lazer e de felicidade, cuja verdade é a escola para o filho e a filha adolescentes ou não, do trabalhador de baixa renda.

Uma cadeira na Câmara Municipal hoje em dia, já se constitui num emprego para filhos de políticos que, em idade de trabalhar, não conseguiram a sua colocação no mercado de trabalho

tradicional, ou então numa maneira de aumentar a sua renda familiar, pois com uma remuneração de mais de 300 mil cruzeiros ao mês, quem é que não quer ser Vereador? O emprego é tão bom que em qualquer mesa de bar surge ou surgia, até a convenção dos partidos, candidato a querer fazer parte de uma Assembléia Legislativa Mirim, quer dizer, municipal. Quase 400 candidatos estão, pelo menos inicialmente, concorrendo para a Câmara Municipal de Campina Grande e se pergunta, quantos participam de um trabalho de base nos bairros campinenses? Trabalho de base sério. Sem aliciamento de ninguém, sem maneiras corruptivas. Trabalho sério de organização, de mutirão, de conscientização e, acima de tudo, de irmandade mútua.

O povo campinense tem bons candidatos no processo de competição, como também possui nos quadros de Vereadores já existentes, inegáveis nomes de fibra que sempre estiveram à frente de um processo democrático de atuação de Vereadores que representem realmente os anseios deste povo ordeiro e trabalhador por uma Campina melhor, para todos, indistintamente de cor partidária, pois o Vereador eleito deve obedecer aos princípios do partido, mas ser fiel ao povo de maneira geral. É uma batalha dura, mas não difícil de se conseguir avançar no processo de busca dos verdadeiros *leaders* comunitários municipais e cabe a todos que tem lideranças não se impressionar com palavras bonitas de candidatos a Vereadores e a Prefeito, pregando aos seus liderados o verdadeiro caminho do povo ser ouvido e participativo de uma prefeitura popular e democrática.

E quanto aos prefeitáveis para o município de Campina Grande? Não se precisa discutir muito qual será o perfil do melhor candidato a Prefeito do município. É necessário somente averiguar o seu passado histórico. É imprescindível observar a sua participação nos movimentos comunitários da cidade. E, é indiscutível tudo aquilo que já foi feito por Campina Grande e que contou com a participação deste prefeitável de que a cidade necessita. Um bom Prefeito não é aquele que faz uma pracinha aqui e acolá, ou que faça todas aquelas de que a cidade precisa. Um bom

Prefeito, não é aquele que calça as ruas da cidade, porque é sua obrigação fazer as benfeitorias de que se necessita. Um bom Prefeito não é aquele que bate nas suas costas, ou que o recebe bem em sua mansão. Mas, aquele que faz a cidade crescer, progredir em renda, emprego e bem-estar social.

Inegavelmente, os nomes a Prefeito da cidade de Campina Grande não devem ser tomados de maneira pessoal e pejorativa, tendo em vista que são pessoas bem conceituadas e merecem o maior respeito da população, todavia, as questões pessoais à parte, o que interessa é a sua participação política em todo o processo de atividade econômico-social que a cidade tem passado ao longo de sua história. E Campina Grande precisa de austeridade, muito esforço e dedicação para serem supridos os grandes problemas que hoje em dia enfrenta em termos de educação, de saúde, de transportes, de emprego, de produção industrial e agrícola e, mais ainda, de se voltar ao desenvolvimento municipal que há muito tempo não se vê. Campina precisa de infra-estrutura. É claro que nestes últimos 6 anos se deu um avanço muito grande, mas se necessita de muito mais para o arranco econômico (*take off*).

Este é o quadro que se depara no âmbito da política municipalista, onde se precisa de um foro de debate sério, para se ter os verdadeiros representantes nos legislativos mirins e nas prefeituras municipais. O momento é sério e precisa de que se deixem de lado as amizades pessoais, para se fazer uma análise calma e fria sobre a realidade dos candidatos que se têm na pauta da eleição de quinze de novembro, para depois a coisa não piorar, bem mais do que se espera. Colocou-se que se deve acabar com os Vereadores carreiristas e partir para uma representação que saia das bases reais, talvez numa eleição prévia partindo dos Sindicatos, das Associações, das Sociedades de Amigos de Bairro, para tais candidatos passem pelo crivo de uma discussão mais ampla, quer dizer, no município como um todo, para se ter autênticas representações do povo do município.

CAMPINA CANTADA E ENCANTADA

Campina Grande, filha do acaso. O tempo se incumbiu de aperfeiçoar tua experiência e tua sabedoria. Aqui na região do Piemonte da Borborema tu eras apenas campina muito extensa, isto é, muito grande. Foste a porteira para o interior paraibano e quando os retirantes passavam, levavam a saudade e deixavam a beleza de um campo que brotava amores e exalava o perfume que só a natureza doa. Porém, neste passa-passa de gentes que vão e voltam, poucos ficam, somando-se aos que já estão trabalhando no solo fértil dessa campina. Com isto, formaram-se os povoados e, aos poucos, formou-se um povoado só, a Vila Nova da Rainha. Para se chegar a este estágio, foram longos anos de muita labuta e perseverança.

O tempo passou e Campina Grande cresceu. Quando criança aprendeu muito bem sua lição de abraçar seus visitantes e amá-los como se fossem seus filhos bem amados por esta terra e seu clima de fraternidade e de pureza. Quando adolescente, soube ser menina e cultivou o amor genuíno de uma época de Romeu e Julieta, onde o perfume das rosas é a tensão de juventude apaixonada, à procura de seu príncipe encantado. Foi nesta época que encontrou o romantismo dos poetas prosadores e dos poetas dos versos. Com a junção dos versos e da prosa, subeste cantar e encantar o amor de quem vem e de quem vai, porém, se vai, logo volta, porque aqui ficou o amor e a emoção de uma alma boêmia, embevecida das coisas bonitas da serra da Borborema.

Hoje não se diz que Campina Grande é uma cidade velha, mas que tem idade suficiente para entender a sua formação e a sua trajetória de vida, numa dinamização nunca vista em outra cidade do mesmo porte. Na evolução de cidade, muitas fases de prosperidades, Campina Grande presenciou. à época áurea do algodão, Campina Grande tornou-se a de maior comércio do interior paraibano e, em seguida, do Nordeste, no que respeita a

cidade de interior. Foi por causa deste comércio que se conseguiu que passasse nesta cidade a estrada de ferro que chegara até Itabaiana e não se pretendia que fosse estendida a Cajazeiras, passando por Campina Grande, por questões políticas, mas entre brigas e conchavos, Cristiano Lauritzen alcançou seu desejo.

Com o desenvolvimento que a cidade ganhou, a invasão foi mais rápida e forte. Nesta leva, a cultura da cidade se intensificava, aprimorando os deixados indígenas e completando com as invasões dos tropeiros, a cultura campinense consolidava-se, adquirindo uma estrutura própria, de um povo simples e independente. A dança regional estava nas veias dos nativos e imigrantes que escolheram essa terra para formarem o seu torrão natal e o berço de sua eternidade. Foi aqui onde surgiram grandes forrozeiros da atualidade e em outras épocas. Foi aqui que se levantou o movimento de apoio ao folclore nordestino, apesar de inconsciente, mas com amor. E foi aqui onde surgiram grandes poetas que enalteceram a cidade e cantaram sua gente.

Quem não conheceu o forró de Alcatrão ou pelo menos ouviu falar? Quem não conheceu o forró de Zé Lagoa? Quem não conheceu o forró da Coréia? Quem não conheceu Zefa tirbutino? Foi daí que surgiu Jackson do Pandeiro. Que inspirou Rozil Cavalcante. Que deu sucesso a Elba Ramalho, Geraldo Azevêdo e muitos outros cobras da música sertaneja. Os forrós marcaram época e deixaram a mina da fortuna para muita gente. Também com os forrós inspiraram-se alguns poetas que ainda hoje marcam o cancionário da poesia popular do país, a começar por Raimundo Asfóra, que criou a maravilha de "Tropeiros da Borborema" em sua inspiração poética e em homenagem à terra que o fez filho e muito bem desempenhou seu papel de mãe.

Nas noites do passado, eram comuns as cantorias de violeiros nas residências dos fazendeiros e até mesmo de qualquer cidadão popular. Com uma bandejinha no centro da sala, todos os presentes cooperavam com os cantadores que cantavam a noite toda, criando as mais belas poesias de improviso. Era a obra-prima da natureza que encantava os habitantes da Rainha da Borborema e

circunvizinhanças. Bons poetas nasceram com a certeza de que grandes contribuições teriam que dar à poesia popular e com isto se destacam: Zé Laurentino, Ivanildo Vilanova, Apolônio Cardoso, Cícero Bernardes, Rozil Cavalcante, Raimundo Asfóra, Ronaldo Cunha Lima e muitos outros do passado que não se conseguiu lembrar no momento.

Esta é Campina Grande de ontem e de hoje. Sempre charmosa. Sempre bonita. E sempre cheia de amor e intelectuais que, mesmo alguns não sendo seus filhos, têm-na como mãe que traz em seu clima frio e aconchegante o riso de uma criança. Qual o imigrante que chegou a Campina Grande e não a adotou como seu solo querido? É como se diz popularmente "quem bebe da água da CAGEPA pode ir embora, mas logo volta". Todavia, essa assertiva diz respeito ao amor e à paz que se consegue nesta cidade de gente simples, amável e hospitaleira. Campina Grande sempre encantou seus visitantes com as suas coisas típicas, trazidas de seus ancestrais e que se perpetuam por muitos séculos e séculos, dada a sua beleza e seu ar poético de encantar a natureza.

E por falar em poesia, vejam só o que Raimundo Asfóra legou, encantado com as coisas desta cidade que lhe deu a bênção de mãe e a evolução natural de seu intelecto. Em homenagem à sua mãe querida ele disse: Estala relho malvado/ recordar hoje é meu tema/ quero é rever os antigos/ tropeiros da Borborema. São tropas de burro/ que vem do sertão/ trazendo seus fardos/ de pele e algodão. O passo moroso só a fome galopa/ pois tudo atropela/ os passos da tropa. O duro chicote/ cortando o seu lombo/ Os cascos feridos/ nas pedras aos tombos/ A seca, a poeira/ o sol que desaba/ óh! Longo caminho que nunca se acaba. Assim caminhavam/ as tropas cansadas/ e os bravos tropeiros buscando pousadas/ nos ranchos de aguada/ nos tempos de outrora/ saindo mais cedo/ que a barra da aurora/ Riqueza da terra que tanto se expande/ e que hoje se chama de Campina Grande/ foi grande por eles/ que foram os primeiros/ óh tropas de burros/ óh! Velhos tropeiros.

O amor dos campinenses por Campina Grande é tão grande que faz os quatro cantos do país gritarem o nome desta cidade. Isto

se vê no fanatismo pelo Treze e Campinense, as maiores equipes futebolísticas da cidade e que devotam toda a tensão da população da cidade, com os entusiasmos próprios de um bairrismo exagerado de quem ama com afinco seu torrão natal. Neste contraste de fanatismo e ceticismo, de pobres e ricos e de analfabetismos e intelectuais, Campina sedia a Academia Campinense de Letras, a Associação de Poetas e Repentistas, a Associação de Poetas e Escritores da cidade e algumas Entidades que enaltecem e glorificam este belo lugar.

11 de outubro de 1987, com simplicidade Campina Grande completa 123 anos de muita labuta, muitas glórias e sobretudo, muita felicidade por ser esta cidade bela e formosa. Neste clima de muita alegria é que se diz: Parabéns Campina, Rainha da Borborema/ É mais uma data em tua feliz vida/ É mais uma festa nesta tua lida/ A mais brilhante que virou poema. Poema de amor, símbolo de esperança/ Teus poetas remontam fácil tua história/ Eles próprios organizam na memória/ As glórias que hoje são lembranças. Campina, esta é tua data vibrante/ que invoca a Rozil Cavalcante/ Para cantar tua maior alegria. Porém, os forrós das noites tão meninas/ Relembra as praças alegres de Campina/ com um toque de amor e melodia.

É nesta data que os sinos tocam mais fortes. Que as flores desabrocham mais cedo. Que as crianças pulam mais do que nos outros dias e riem de alegria, inconscientes de que Campina Grande é a mais bela cidade do interior paraibano. Campina Grande é a mãe mais apaixonada por seus filhos legítimos e adotivos, quando abre seus braços e acolhe numa igualdade inconfundível de uma mãe que aguenta tudo, para não ver seu filho sofrer. Assim tem sido Campina Grande, ao abraçar diuturnamente pessoas e mais pessoas que chegam a participar deste sólo e clima, um dos mais aconchegantes do país onde não há discriminação. Todos são filhos de igual por igual, quer seja rico ou pobre, religioso ou ateu, ou preto ou branco. Todos são gente.

Por isso, campinenses da Paraíba, Campina Grande não só merece estas festividades que são levadas a efeito, mas ela merece

uma festividade eterna, nas ruas da cidade e nos corações daqueles que amam de verdade este solo cheio de amor, de pureza e de júbilos hoje e sempre. Campina não tem estação predileta. Outono, verão, primavera e inverno se confundem com uma só a das flores, porque os perfumes que exalam nos quatro cantos da cidade, são o perfume eterno de muitas felicidades, por isso, a primavera está sempre presente em todos os meses do ano. Campina, tu és flores. Tu és encanto. E tu és, acima de tudo, o berço mais querido que a Paraíba pode ter. Por isto, campinenses, parabéns Campina, tu ainda és menina que muito, muito se expande.

O PERFIL DE UM LEADER

A missão do ser humano aqui na terra é muito diversa, pois de tudo se pratica dentro dos contactos do homem com o próprio homem. A missão mais importante e de excelso significado é a de liderar como Fez Jesus Cristo, Karl Marx, Buda, Brahma, Abraham Lincoln, Fidel Castro, Mao Tse Tung, Lech Walessa, e muitos e muitos outros que ficaram na história. Liderar é a arte de congregar ao redor de si as mais diferentes idéias em torno de uma só, a do *leader*. Não que imponha, mas que una todas, numa consensual. *leader* convoca e invoca todos ao seu lado e, a partir de então, tudo gira em seu redor, na mais completa harmonia política, fanática ou mística. A história relata muito bem a formação e a perpetuação de um *leader*.

A formação de uma liderança muitas vezes começa na escola e ali mesmo morre. Outras vezes ela prolifera e se perpetua para sempre no seio de muitas gerações, pregando seus pensamentos e arrebatando multidões em busca de seus princípios cientificamente bem estruturados. Jesus Cristo, indubitavelmente, foi a maior liderança que pairou neste mundo. Há quase dois mil anos e suas palavras dirigem os destinos de milhares de milhões de habitantes do planeta terra e se perpetuarão até os fins dos séculos dos séculos. Karl MARX (1867) conseguiu reverter a história das ciências políticas e econômicas há cem anos. Muitos outros arrebatam multidões seguindo suas pregações de fé e de fidelidade. Uma liderança é uma iluminação divina, com poucos contemplados.

Os escritos são as provas de que uma liderança vai se perpetuar para sempre no seio dos fanáticos, dos cientistas ou dos políticos. Alguns se perpetuaram na poesia, outros na política, outros nas pregações religiosas e alguns mais nas seitas fanáticas que proliferaram no mundo inteiro. A verdade, é que os *leaders* são poucos e iluminados na busca de um mundo melhor. É o incansável procurador das verdades que o mundo não lhe dá. E como buscá-

las? Somente as forças de um povo mostrarão os caminhos para conseguí-las e assim fizeram as maiores lideranças que habitaram este mundo. Não pensem que só existem lideranças para o bem. Os protagonistas do mal têm os seus princípios e os cumprem fielmente, como Lampião, os guerrilheiros e muitos outros.

No Brasil, houve grandes lideranças, tanto no mundo da literatura como da economia e da política. Na literatura, figuras ilustres participaram do acervo bibliográfico da história nacional, tal como Gilberto Freire, Jorge Amado, Humberto de Campos, Castro Alves, Carlos Drummond de Andrade e muitos outros escritores famosos. Na política, grandes oradores arrastaram multidões, como Alcides Carneiro, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Getúlio Vargas. Entretanto, na economia, nomes brilhantes estão na galeria de famosos homens da arte de administrar a coisa pública como Celso Furtado, Eugênio Gudin, Mário Henrique Simonsen, Roberto Campos, Conceição Tavares, Delfim Neto e uma lista farta de pessoas ilustres no campo da ciência econômica.

Essas pessoas fizeram e fazem a história do Brasil de hoje e do amanhã, com seus trabalhos que merecem destaques no acervo intelectual de homens que lideram posições e defedem pontos de vista que foram aceitos pela classe pensante da época. Ainda mais, a Paraíba lançou ao mundo uma plêiade de grandes *leaders* que nunca se apagarão das páginas da história do Estado da Paraíba, tais como José Lins do Rêgo, José Américo de Almeida, Augusto dos Anjos, Pedro Américo, Argemiro de Figuerêdo e finalmente, alguns da juventude cotidiana que vem despontando, não só como *leaders*, mas como um mito na história daqueles que arrastaram multidões, na eloquência de seus discursos e na beleza de suas poesias à Castro Alves e Augusto dos Anjos dos Anjos.

Fala-se de Ronaldo José da Cunha Lima. Ele nasceu em Guarabira, cidade muito próxima da capital do Estado da Paraíba. Desde pequeno já exercia um alto poder de liderar seus colegas nas escolas primárias que frequentou. Contudo, seu maior desempenho de *leader* foi nos movimentos estudantis no Colégio Estadual da Prata quando fazia seus estudos secundaristas. Nesta época,

Ronaldo já desenvolvia seus discursos inflamados e congregando ao seu redor grande multidão de adeptos aos seus estilos românticos de conversar com seu semelhante. Filho de Demóstenes Cunha Lima e Nenzinha Cunha Lima, Ronaldo nunca escondeu o seu amor por seus genitores que lhe deram a vida e purificaram a alma de gratidão, de fraternidade e de calma.

Como romântico, Ronaldo sempre procurou enfeitiçar os amantes da arte literária na poesia. Neste tempo de colegial, os encontros poéticos foram o seu "hobby" e o linguajar afinado em cantar o amor e decifrar a natureza constituíram os bate-papos de quem sonha. Já nesta época, Ronaldo era o porta-voz de seu coração com os cantos e encantos que seus adeptos armazenavam. Era a rapidez de seu raciocínio que brincava com as palavras que só um artista da literatura podia jogar. Foi neste momento que despontou o poeta, o *leaders*, congregando ao seu lado toda uma juventude que lia os clássicos das letras e discutia o aprimoramento de um intelecto superdotado de poucos privilegiados que canta os sonhos e penetra no infinito do transcendental.

Ronaldo sacudiu a Paraíba na literatura e assegurou a sua vereança na política, pois era sua gente que exigia de seu novo leader, e isto aconteceu em 1959, quando foi eleito pela primeira vez, numa consagração de seu poder de falar a linguagem do povo. Estava consolidado o novo *leaders*, quando foi Deputado Estadual por duas legislaturas, quer dizer, em 1962, com reeleição em 1966, sem muito esforço. Ronaldo já era mito que seu povo consagrava, até que em 1967 consegue sacudir Campina Grande com sua mensagem política e poética nas praças públicas, duelando com violeiros afamados do Nordeste e até mesmo com o famoso cantor folclórico do Rio Grande do Sul, Teixeira. Foi o delírio que o seu povo nunca esqueceu e ainda hoje perdura.

Na campanha para Prefeito de Campina Grande, em 1968, Ronaldo foi eleito, mas só assumiu por poucos dias. Foi o dedo de um ganancioso quem lhe arrebatou seu mandato e Ronaldo foi cassado e deposto como comunista para honra e glória de sua poesia. No exílio, Ronaldo brilhou muito mais. Trabalhou como

advogado e brilhou também. Participou de um programa de televisão, respondendo sobre Augusto dos Anjos, chegou ao seu ápice, pois, foi o "Céu é o Limite" de J. Silvestre em 1970, quem deslimitou o céu e lhe abriu o espaço sideral para a glória de um mito que a Paraíba jamais conheceu. Não era Ronaldo, o Prefeito, mas, nascia o mais perfeito poeta conhecedor de Augusto dos Anjos e de si próprio como poeta e intelectual da literatura.

O tempo passou e, em 1982, o povo delirou com a volta de Ronaldo José da Cunha Lima às fileiras da política do MDB, quando facilmente foi eleito, contra tudo e contra todos os potentes homens do poder que queriam lhe arrastar sua popularidade de maior *leader* municipal. Foi eleito. Trabalha incansavelmente pelo município. Todavia, seu maior sonho seria governar o Estado da Paraíba, quando por falta de estrutura não conseguiu ser indicado pelo partido para ser seu candidato. Já pensa nas eleições de 1990, não vai ser muito diferente das eleições passadas, pois a participação do Prefeito Ronaldo da Cunha Lima no Diretório Regional do PMDB ainda é mínima, sem perspectivas de melhorar, tendo em vista que este trabalho é longo, lento e o poeta ainda não começou.

Ronaldo é um mito. Por mais defeitos que tenha, consegue suplantar com a sua popularidade e poder de invocação carismática. Entretanto, o que se passa com a política é bem diferente. O fanatismo popular não se conta, para as decisões de cúpula diretoria. O povo não pesa na escolha interna do partido, na busca de escolher qual será o candidato para qualquer pleito. O que realmente conta são as armações políticas. É ter votos no Diretório dentro de um esquema bem montado, estudado e seguro. Sem esta participação no Diretório, nenhum pretendente sairá candidato, porque, do jeito que se deve ter voto no meio popular, é necessário também saber armar esquema para assegurar uma participação nas fileiras da estrutura maior do partido.

Ronaldo é mais do que um mito. É um semi-deus dos paraibanos. É um homem carismático. Ninguém consegue ter raiva do homem, do semi-deus. No entanto, dentro das hostes políticas,

Ronaldo não pode esperar por voto de povo, sem a devida liderança no partido. Deve esquecer desse populismo e partir para armar esquema nas fileiras de um partido. O povo o tem como um ídolo e Ronaldo quer corresponder a esta situação. Por isto, é preciso criar estratégias políticas. Cercar-se de lideranças e criar situações com um trabalho fecundo por este povo que tanto o quer como seu leader maior. Ronaldo hoje é um Frei Damião da Paraíba. É um Antonio Conselheiro do Estado. E é um homem que tem um poder indecifrável de arrebatar ao seu redor o povo paraibano de todas as idades. Por isso, Ronaldo é um ídolo ou um *leaders*?

PREFEITURA POPULAR E DEMOCRÁTICA

Não é de se estranhar a utilização do termo democracia pelos mais relacionados políticos da atualidade. Parece que o termo pegou bem, pois nos discursos de 15 de novembro de 1986, a democracia era o prato do dia dos candidatos, até mesmo dos reacionários, palavra até então desconhecida por tais candidatos. A palavra vulgarizou-se de tal maneira que é necessário não só um conceito mais preciso, como também uma aplicação mais sincera no cotidiano da política. Sem isto, a democracia vai viver sempre nos lábios dos festivos e nos discursos inflamados das oposições. Portanto, deve-se extrair dos dicionários a pureza da palavra e fazer com que funcione na ingenuidade dos comunitários.

Democracia é um governo com a participação de todos, não importa de que forma, se através de representação de comitês comunitários ou de Sociedades de Amigos de Bairros. O importante é que em um sistema democrático, a participação do povo é salutar, pois seus resultados têm sido, até hoje, onde se tem aplicado um trabalho comunitário, o mais proveitoso possível. Neste contexto, dever-se-ia abandonar as idéias autoritárias, onde uma pessoa decide só e partir para um trabalho de consenso, para que todos participem da atividade em que estão envolvidos. Tem-se hoje em dia, diversos exemplos de trabalhos com a participação de todos em gestões que deram certo, como é o caso do Japão, *leader* isolado com trabalhos participativos.

No contexto industrial em que se vive hoje em dia, é necessário que se acabe de uma vez por todas com os *makers decisors* individualistas, os padrões militaristas do século XX e, acima de tudo, o dono das idéias, mas se proclame a participação conjunta nos erros e acertos. A democracia é própria ao desenvolvimento harmonioso e equilibrado, sobretudo quando se usa com o objetivo de um bem-estar indiscriminado, entre padrões e trabalhadores, cada um em sua escala hierárquica, trabalhando em

igual nível. Num trabalho democrático, não existe a busca incessante pelo lucro, existe sim a caça pela eficiência, pelo desenvolvimento e, desta forma, serão eliminadas perdas e incorporados ganhos de produtividade e solidariedade.

Se a democracia fosse a *praxis* da sociedade brasileira, não existiria a busca incessante pelo poder, simplesmente pelo prazer de ser mandatário, a busca pelo poder seria somente o desejo de ver aplicada suas idéias que passariam pelo crivo da crítica popular. Neste contexto, os políticos apresentariam um programa governamental que devesse necessariamente ser posto em prática, ou na impossibilidade, ser levado ao julgamento popular, tal meta conseguir-se-á com uma espécie de debate popular. O que se vê é um linguajar eloqüente em tempos de eleições e, em seguida, já em seus gabinetes, não se recorda mais de suas propostas eleitorais, pois já que está em época da Constituição, dever-se-á votar um dispositivo cujo Deputado que não cumprisse suas propostas, deveria ser deposto, sem direito a nova eleição.

Em 1982, o então candidato a Prefeito da cidade de Campina Grande, prometia uma prefeitura popular e democrática. Em todos os pronunciamentos que fazia sobre seu programa de governo, Ronaldo Cunha Lima sempre foi incisivo em trabalhar com as comunidades de bairro, com os Sindicatos, com as Associações de Moradores e com todos os órgãos classistas que tenham legitimidade na defesa de seus direitos. A campanha terminou, as sociedades foram preteridas em suas reivindicações maiores, sobrando-lhes pequenas fatias que não têm nenhuma expressão política para as comunidades, as sociedades não tiveram vez e nem voto, somente são ouvidas as suas pretensões que não são postas em práticas.

Aqui não vai nenhuma crítica específica ao Prefeito Municipal Ronaldo da Cunha Lima, porque ele teve boas intenções, seus assessores talvez não tiveram condições de executar um trabalho tão bonito como foi programado. Quanto aos *leaders* de bairro pode-se enumerar uma extensiva lista de vícios que os movimentos comunitários sempre trouxeram em suas veias e não é

para menos, pois foram vinte anos de amordaçamento, de pressão, de terror e de medo, que fizeram com que os comunitários do país e, em especial, de Campina Grande, não acreditassem em seus *leaders* e estes com todo o poder emanado dos Prefeitos da época, fizeram o que bem quiseram, descompromissadamente dos comunitários e são estes que continuam até hoje.

Sabe-se que nem tudo está perdido. Uma prefeitura comunitária pode ainda nascer e prosperar, mas dentro de princípios verdadeiramente comunitários, sem bajulação a governos quaisquer. Uma Prefeitura Comunitária partiria do seguinte: os Secretários municipais existiriam normalmente como assessores do Prefeito Municipal. Todos exercendo as funções estipuladas pelo Prefeito, sem ter que cada SAB ir procurar resolver seus problemas com o respectivo Secretário e ser mal atendida. Os problemas dos bairros devem semanalmente, ou quinzenalmente, ou mensalmente, ser discutidos em reunião comunitária com o Chefe da Edilidade, para as suas devidas providências.

A viabilização da Prefeitura Comunitária partiria do princípio de que cada Sociedade de Amigos de Bairro funcionaria como uma mini-prefeitura, com todos os poderes de Prefeitura matriz, isto é, as atividades dos bairros seriam de competência da Diretoria da SAB. Os Diretores teriam um pagamento pelo seu trabalho frente à atividade comunitária para que não fique nenhuma vinculação com a Prefeitura, para evitar dependência política. Essa direção teria uma vigência de dois anos para dar oportunidade a uma nova diretoria, caso a vigente não estivesse atuando. Nesta dinâmica, nenhum comunitário deveria ser atendido pelo Prefeito Municipal e sim pelo Presidente da SAB. O Sr. Prefeito só iria ao bairro visitar o Presidente da SAB e/ou inaugurar empreendimentos executados.

Para dar certo uma SAB Comunitária, são necessários alguns princípios de suma importância, quais sejam: a) A Diretoria da SAB não pode ser candidata partidária; b) A Diretoria da SAB tem que ter pelo menos cinco anos sem participar de campanha política como candidato a qualquer cargo eletivo; c) A Diretoria da

SAB deve ser paga pela comunidade de acordo com seu nível de especialização como qualquer empresa; d) A Diretoria da SAB tem a obrigação de fazer o planejamento de seu bairro para discussão conjunta com as outras SABs em reunião com o Prefeito; e) Os problemas da SAB devem ser discutidos diretamente com o Prefeito Municipal e Diretoria de cada SAB; f) A lista de problemas enviada ao Sr. Prefeito deve ser seguida em ordem de urgência, escolhida pela comunidade e g) Os Secretários Municipais tem a única obrigação de servir como assessor do Prefeito e não intervir nos problemas municipais.

Um trabalho deste tipo não tira os poderes do Prefeito Municipal, mas fortifica-o e faz crescer. Diz um adágio popular que duas cabeças pensando valem mais ou pensam melhor do que uma, porque é no processo de discussão que se aprimora a idéia e, portanto, a possibilidade de erro é minimizada. Com este trabalho, deve-se eliminar a infiltração extra comunitária nas atividades políticas, para não perturbar os andamentos comunitários, pois os meteoros de qualquer ideologia política devem ser banidos desse meio. A partir de então, a comunidade não tem condições de reclamar de coisas que ela mesma fez. Ao existirem erros, a culpa é mútua e não exclusivamente do Prefeito, pois o planejamento foi feito em trabalho comum e não exclusivamente de um agente.

A idéia de uma Prefeitura trabalhando com as mini prefeituras, quer dizer sub prefeituras nos bairros não é coisa nova, entretanto, a sua prática não passou pela normalidade. Em alguns municípios brasileiros, tem-se aplicada tal idéia e se tem conseguido algum sucesso, entretanto, a figura autocrática do Prefeito continua impondo seus pensamentos e a participação comunitária não é totalmente aceita. Mesmo assim, a participação dos comitês de bairros, buscando a atuação dos comunitários têm sido sucesso, apesar de ser uma atuação apenas em mutirões e ajudas isoladas. É preciso deixar de lado o uso da comunidade para esta atividade e partir para um trabalho mais sério de planejamento e de decisões na Prefeitura municipal, como um Prefeito de bairro.

A inspiração de uma Prefeitura Comunitária é um anseio de muito tempo das comunidades de base e que nunca foi posta em prática, tendo em vista que as dificuldades encontradas pêlos Prefeitos poderiam ser sanadas pelas comunidades de bairro, Sindicatos e Associações. Não é só preciso que se implante esse tipo de trabalho, é necessário que o povo esteja conscientizado de suas atividades como membro de um bairro qualquer. Inegavelmente o Prefeito de Campina Grande tentou implantar uma Prefeitura comunitária, entretanto, os vícios das entidades vigentes não deixaram que este trabalho saísse a contento e a idéia faliu. É necessário que se inicie uma atividade de conscientização para depois se implantar uma idéia dessa natureza, pois uma comunidade conscientizada terá condições de conduzir a experiência de uma Prefeitura. Nunca é tarde para se conseguir tal objetivo.

Finalmente, a democracia não deve ser vocábulo de políticos partidários ou não. Deve ser um termo de ação, pois sem isto, as oligarquias vão continuar sempre mandando. A palavra de ordem é demolir o autoritarismo e partir para um trabalho de seriedade e irmandade. Hoje não se avança sem um trabalho conjunto, entretanto, essa congregação de esforços deve ser consciente e amplamente debatida para se conseguir a eficiência, o equilíbrio. Portanto, companheiros, levantem-se as armas do saber. Conscientizem-se as mentes solidárias e empunhem-se os ideais de democracia para que se possa transformar o país. Só com as comunidades de bairro, com as Entidades de Base, com os Sindicatos, com as Associações é que se conseguirá um desenvolvimento com equidade social.

A FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES DE AMIGOS DE BAIRRO

Os movimentos comunitários têm suas origens muito antes do século XIX com os países europeus, onde eclodia a "Revolução Industrial". As migrações se intensificavam. Os desempregos cresciam absurdamente e as condições de vida ficavam, cada vez mais, piores para os nativos do campo e os desempregados surgidos com o advento da máquina substituidora do trabalho manufatureiro das indústrias têxteis da época. Tudo isto, juntou-se em ideologias e práticas revolucionárias contra aquela situação que massacrava o povo daquele momento. Diante disto, o povo sentiu a necessidade de união, de uma liderança que lutasse em favor de seus direitos, portanto, nasceram as associações de classe.

No caso brasileiro, as associações de classes surgiram com os migrantes europeus por volta de 1930. A primeira entidade de classe fundada no Brasil foi a Sociedade de Amigos da Cidade-SAC, que tinha como objetivos a construção de metrô e a abertura de grandes avenidas na grande São Paulo. A SAC foi fundada mais exatamente no ano de 1934, com grande participação na emancipação política da capital paulistana, isto no final de 1940 e início de 1950. O primeiro regimento interno da SAC tem sua data de 1936. A SAC pretendia, além do mais, participar do plano geral da cidade que crescia a uma taxa muito rápida e desordenada.

Diante deste emaranhado de dificuldades que passava o povo paulista, a necessidade de uma integração comunitária crescia e a SAC já reunia um número bastante significativo de filiados capazes de exigir das autoridades governamentais um maior empenho naquilo de que o povo precisava para uma melhora no seu bem-estar social. A primeira reivindicação do povo paulista liderado pela SAC foi a preservação do Parque da Mooca, no ano de 1936. A SAC foi inspirada no modelo que estava em voga em Buenos Aires, capital da Argentina. É importante lembrar que o

primeiro Presidente da SAC foi o ex-Prefeito de São Paulo, Prestes Maia, com grande participação no soerguimento do movimento popular reivindicatório no país.

Não sabe o fato exato da extinção da SAC, mas afirma-se convincentemente que em 1942 criava-se a Sociedade de Amigos do Bairro de São Bernardo do Campo, com uma participação tão ativa que no ano de 1948, São Bernardo do Campo conseguia a sua emancipação política municipal, vindo a constituir-se num Município livre e obviamente independente. A SAB de São Bernardo do Campo passou a ser um recurso poderoso para o povo fazer as suas reivindicações e exigir das autoridades os melhoramentos necessários de que a cidade estava carecendo, isto é, maior apoio ao migrante do campo, ou da cidade; melhores condições de vida; arborização da cidade; abastecimento d'água; em fim, estruturar a cidade condigna de sua população.

O movimento comunitário no Brasil crescia e com ele a formação de Sociedades de Amigos de Bairro, até que, com o processo de redemocratização do país, em 1945, as SABs tiveram uma participação nunca vista na história das comunidades brasileiras. Sabe-se de antemão que uma boa parte das SABs, constituía-se num ponto de apoio aos políticos que mantinham o poder, transformando essas SABs em currais eleitorais, ou movimento populista/clientelista, coisa que até hoje ainda ocorre. Na medida em que se possa influenciar, jamais se deve permitir que as SABs tornem-se redutos eleitorais de qualquer político, mas sim um movimento reivindicatório da população dos bairros.

Foi na percepção de que as SABs formavam-se por pessoas de baixa renda e com pouco grau de conscientização reivindicatória que surgiram os interessados em tomar partido por estes movimentos, mas na esperança de que suas bases eleitorais estariam sendo formadas para a sua carreira de político partidário. O primeiro a receber o valor desses conglomerados ou associações nos bairros foi o Senhor Jânio Quadros, conseguindo, entretanto, grande popularidade e até mesmo eleger-se Governador de São Paulo, através de um apoio clientelista que sempre proporcionou às SABs

existentes na capital paulista. Não só o ex-Presidente Jânio Quadros congregou-se às SABs para o seu reduto eleitoral, mas, uma infinidade de políticos fez dessas Sociedades um ponto de apoio para a sua ascensão de políticos carreristas.

O ano de 1964 foi o final de um trabalho que as SABs vinham desenvolvendo dentro de um prisma de pressão e revolução, passando-se a um princípio de subordinação e atrelamento, não a políticos em si, mas, ajustando-se a uma filosofia educacional imposta pelo regime, para aceitação daquele *status quo* que passava a dominar o país. Neste momento, as SABs passaram de pressão social a integração social, mais especificamente, os movimentos comunitários passaram a servir como órgãos de prestação de serviços à comunidade. De lá para cá, os Presidentes de SABs passaram a servir como emissários de governos municipais, mais claramente, floresceu o peleguismo e acelerou-se o puxa-saquismo aos que vestiam as camisas da tão propalada Revolução de 1964, tão bem intencionada pelo Marechal Castelo Branco.

Esse foi o ano de início da repressão, de cassa aos bravos companheiros de luta e de proibição a que se dissesse a verdade que deveria ser escondida e esquecida pelo sistema agora imposto. Os lutadores sindicalistas foram presos. Os Presidentes de SAB, mais moderados, foram cassados indiscriminadamente e a população que participava daquele movimento foi arduamente vigiada e traumatizada pela repressão que fez deste país um palco de torturas e sofrimentos. Não se escandalizem com o número de mortos encontrados na Argentina. Aqui no Brasil, também aconteceu o mesmo, ou talvez em escala bem maior. O governo da repressão passou vinte anos ditando normas. A antiga ARENA, depois PDS e PFL que neguem os avanços que a sociedade conseguiu e a consolidação da democracia brasileira que aconteceu.

Entretanto, quanto aos movimentos comunitários de Campina Grande, verifica-se que datam de 1958, os primeiros movimentos comunitários nesta cidade, coordenados pela irmã Angela Beleza. Neste período, existia uma espécie de Conselho Comunitário que tinha a finalidade de reivindicar os melhoramentos

dos bairros. Com este princípio de organização comunitária, formou-se aqui nesta cidade, a primeira SAB que foi a de José Pinheiro em 1962. Com José Pinheiro, nasceram outras e, em 1964, fundara-se a União Campinense das Equipes Sociais - UCES, da cidade, tendo como primeiro Presidente o Senhor João Basílio que pertencia à SAB de Monte Castelo e congregava neste movimento campinense oito (8) SABs. Não se nega que 1964 foi o ano em que as SABs tiveram cortadas a sua autonomia, mas não se esquece que nem todos os Presidentes de SABs, a partir desta data, tiveram o pensamento militarista exigido pelos integrantes do golpe de 64.

Hoje se tem um movimento em Campina Grande com uma certa independência. Hoje se tem um movimento de bairro consolidado, onde o povo participa, lutando constantemente com os poderes públicos na busca de melhores condições para os bairros da cidade. É inegável que se tenham conseguido alguns benefícios. É-se bem recebido em todos os órgãos públicos a que se recorra, com raras exceções. A Prefeitura Municipal tem prestado irrestrita solidariedade aos problemas que se enfrentam. Os serviços de terraplanagem, de energia elétrica, de coleta de lixo, de contenção dos preços das passagens dos coletivos e muitos outros que beneficiaram a comunidade campinense e, em especial, a mães batalhadoras.

Existiram algumas perdas, como foi o caso do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, onde se reivindicou alguma anistia e não se conseguiu nada. O Prefeito municipal, em reunião na Associação Comercial do dia 17 de junho de 1983, promovida pela UCES, comunicava que as Vilas teriam direito à isenção de seu respectivo IPTU, mas isto não se concretizou como um fato real, foi negativo com letras garrafais salientando, entretanto, que o Conjunto Presidente Médici teve seu IPTU isentado no governo anterior (Enivaldo Ribeiro). Não se colocaria como perdas, mas reivindicaram-se alguns outros benefícios e não se conseguiu, como foi o caso do prédio do grupo escolar Prof. Antonio Oliveira para sede permanente da SAB do Jardim Paulistano e até agora, não se foi atendido, embora um novo grupo escolar se encontre em

funcionamento. Tem-se lutado muito pelo melhoramento dos bairros, reivindicando aterramento de lagoas localizadas em zonas centrais do bairro e também não se foi atendido, sem falar em questão calamitosa tipo fossas sépticas de antigas Vilas, onde já morreram crianças e continuam na mesma situação, sem nenhuma providência dos poderes públicos.

As reivindicações dos bairros deverão ter a participação de toda a comunidade, para que se tenha coragem e força para exigir dos governantes o de que se necessita. Quer-se a participação de toda a comunidade em todos os trabalhos que se tenha de realizar. A população deve se conscientizar de que o trabalho da SAB é um trabalho que deve ser executado por todos e não especificamente pelos seus Diretores, pois todos juntos constituem-se os organizadores do movimento. A SAB é intermediária entre as reivindicações comunitárias e os órgãos públicos e não se devem assumir determinadas tarefas que a comunidade não delegou poderes para poder resolvê-las. A SAB é a vossa porta-voz e vós sois, em união, a força máxima do bairro. Portanto, comunitários, é preciso união e com uma só voz e força, exigir dos governantes o melhor para os bairros da cidade!

ONDE ESTÃO NOSSOS ECONOMISTAS?

Em mil novecentos e sessenta, nascia a idéia de se ter em Campina Grande, o Curso de Economia. Não se sabe precisamente o principal inventor desta iniciativa, mas tem-se como arquiteto, um grupo de intelectuais que sentou ao redor de uma mesa e estudou a possibilidade de se iniciar o curso de economia. Nesta mesa estavam Agassiz Almeida, William Arruda, Edvaldo do Ó, Lopes de Andrade e outros. Pelo Parecer de número 525 do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 04 de novembro de 1960, nascia o Curso de Economia da Escola Técnica de Comércio Municipal de Campina Grande. Esta Escola de nível Superior funcionava na Av. Getúlio Vargas, 44, no Centro da Cidade, onde hoje está a Faculdade de Administração e Contabilidade da Universidade Regional do Nordeste.

Entre os muitos objetivos que pretendia esse grupo de lutadores da causa de Campina, estava o de que o Curso de Economia iria prestar grande colaboração ao desenvolvimento da atividade econômica do Município e do Estado. Esses objetivos foram concretizados porque já existem, nos mais diversos recantos do Estado, economistas formados pela Faculdade de Economia de Campina Grande - FACE, prestando os mais inestimados serviços à economia regional. Coloca-se em termos de FACE, porque a primeira turma de concluintes em Economia de Campina Grande, formou-se em 1964 e já funcionava em Bodocongó, na famigerada Faculdade de Ciências Econômicas, na oportunidade colaram grau 12 concluintes, sendo 10 homens e 2 mulheres.

Naquela época, o Curso de economia era um refúgio para os reprovados dos vestibulares de Engenharia e de Medicina, ou daqueles, que sentiam deficiências em Matemática, Química, Física e/ou Biologia. Isto significa dizer que esses alunos que criaram certos temores em relação a estas disciplinas recorriam ao chamado Curso Clássico ou supletivo (também chamado - de 99) e, segundo

imaginação individual, a única opção que lhes restava seria cursar o Curso de Economia. Numa olhadela a uma pequena estatística histórica sobre os egressos do curso de Economia, nota-se que entre 1964 e 1971, o número de formandos era mais do sexo masculino. Por outro lado, especialmente, no período de 1977 a 1982 as mulheres têm tomado a liderança dos concluintes de Economia e numa porcentagem bastante alta.

Em 1986, existiram mais ou menos 752 formados pela Escola de Economia de Campina Grande, incluindo a ex-FACE, o CCT e agora o Departamento de Economia e Finanças, do Centro de Humanidades. Frente a isto, resta uma pergunta: onde estão todos os economistas formados por Campina Grande? E com esta pergunta surge outra: Será que eles estão exercendo a profissão realmente de economistas ou fizeram um outro curso para sobreviverem como profissionais de nível superior? Vale a pena dar uma parada para uma discussão com os velhos companheiros que tiveram como formação o Curso de Economia e procurar um direcionamento ao profissional, sustentáculo do país. O importante é que não se deixem levar pelo egoísmo de uma profissão de aparente sucesso, mas que se realizem como profissionais.

Na antiguidade, formava-se um profissional em Economia para ser um profissional liberal, com seu escritório, prestando seus serviços à comunidade, tanto patronal como trabalhadora e, muitas vezes, ao governo a serviço da população. Nos últimos anos, a coisa mudou e o economista só serve para calcular custos, fazer algumas projeções estatísticas e preparar relatórios para apresentar ao gerente/administrador. Uma atividade mais comum do economista era fazer projeto de implantação ou expansão industrial, mas os bancos padronizaram esses projetos com formulários próprios e não há necessidade de economistas perderem seu tempo com tal coisa que os bancos já fazem. E aí o economista sobra.

Além destas dificuldades que os economistas enfrentam hoje, verifica-se uma grande invasão de profissionais de outras áreas na atividade do economista, como por exemplo: os administradores, os contabilistas, os advogados e muitos outros que

enveredaram pelo caminho dos economistas, desempregando-os. Precisa-se congrega todos os economistas, não só de Campina Grande, mas do Brasil, em busca de um posicionamento sobre a situação de sua categoria na sociedade brasileira. Neste sentido, surge uma indagação muito importante, o que é que faz o economista? Qual a sua real função nas empresas e na sociedade? Frente a isto, é necessário responder a estas perguntas, para se entender melhor a situação do economista.

Respondendo a estas perguntas que foram formuladas acima, é interessante que se tenha em mente que a função do economista é de um homem engajado politicamente dentro da sociedade, tendo em vista que a economia é a superestrutura na escala social de uma nação. O economista aloca ou propõe que se aloquem os recursos escassos da sociedade, de maneira a satisfazerem os desejos de todas as classes sociais. Os economistas devem lutar por uma melhor distribuição de renda no país, por um melhor nível de bem-estar à a toda a sociedade, por uma dívida externa que não comprometa a soberania nacional e, finalmente, por eliminar de uma vez por todas o nível de desemprego no país. Isto não é fácil, mas não é impossível, é só lutar num nível de conscientização que atinja a todos.

Os economistas formados por Campina Grande estão em todas as partes do país. Alguns com bons empregos, outros não, mas o importante é que os empregados estão contribuindo para o desenvolvimento da nação brasileira. Por outro lado, alguns desempregados são mulheres que não quiseram ingressar no mercado de trabalho, conseguindo facilmente um casamento, onde os afazeres domésticos impossibilitaram um emprego fora do lar, porém existem outros que involuntariamente não conseguiram emprego, especificamente nos últimos cinco anos. Para este tipo de desempregado só existem duas hipóteses, ou o mercado de trabalho está saturado (hipótese improvável) ou o nível de ensino não habilita os estudantes a assumirem uma profissão de um nível desejado por um bom profissional (hipótese mais favorável).

Em 1972 foi implantado o sistema de créditos, isto quer dizer que o estudante paga determinados créditos por semestre a o invés de ser anual. Isto funciona da seguinte maneira: uma determinada disciplina teria duração de um ano e se estudaria em todos os detalhes relativos àquela disciplina e se estabelecería uma certa coerência seqüencial no curso. O sistema de crédito dá direitos ao aluno de cursar a disciplina num semestre, ou mais especificamente, mais ou menos dois meses e, neste tempo, não existem condições de se aprender algo neste curto espaço de tempo, além do mais, não existe uma obediência ao sistema de pré requisitos pré estabelecidos. A verdade é que o aluno quer terminar seu curso de qualquer maneira, não importa o nível de seu curso, entretanto, no mercado de trabalho começam os problemas de qualidade da mão-de-obra empregada.

Nos dias atuais, constata-se a explosão dos mestrados em todos os recantos do país. Buscam-se doutores dentro e fora da nação e os privilégios começam a dirigir-se aos alunos de pós-graduação ou mestrado, deixando de lado a base de toda a formação de um profissional, o curso de graduação. Os doutores e mestres contratados como professores das universidades, retraem-se aos cursos que lhes dão status, ou lhes facultam tempo ao seu repouso pessoal nas praias, ou onde lhes convier, abandonando o curso de graduação, onde poderiam oferecer aos alunos um bom preparo intelectual teórico ou experimental, mas isto não acontece. Os alunos de graduação são rechaçados a um terceiro plano, sem nenhuma orientação e apreço.

As prioridades dadas aos cursos de pós-graduação, especificamente os mestrados, têm posto em dificuldade os cursos de graduação existentes no país. Um exemplo disto, é que uma universidade quer ter um curso de mestrado, faz-se um projeto; sendo aprovado, começa-se o processo de contratação dos profissionais que irão atuar neste campo de trabalho, muitas vezes são profissionais de outras áreas de domínio intelectual, sem a mínima condição de participar daquele trabalho, mas têm mestrado, este serve, embora não entendam daquela atividade. Isto aconteceu

com o mestrado em Economia de Campina Grande que contratou professores e mais professores, os chamados "mestres" e na hora de trabalhar no curso de graduação em economia, eles não conheciam de teoria econômica.

Concluindo, os mestrados sucatearam os cursos de graduação em todo o país e não foi somente o curso de Economia, mas todos os cursos tiveram uma preocupação com os mestrados e esqueceram do melhoramento do curso de graduação e o resultado é a degradação da primeira formação superior. As experiências com os "mestrados" e "doutorados" não devem valer a pena esquecer os trabalhos com a formação acadêmica (graduação), ao considerar que as universidades formam e especializam profissionais e aqueles que têm alguma coisa no intelecto vão para a iniciativa privada, entretanto, os incapacitados e com doutorado mal feito no exterior (salvo exceção) não contribuem bem para a formação dos profissionais de dentro do país.

O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO

No Brasil, especificamente no Nordeste, comemora-se o São João, o São Pedro e o Santo Antonio no mês de junho. Festa que tem atravessado séculos através dos tempos, entretanto, não se tem idéia precisa da origem dessas comemorações. Sabe-se que da França vieram as quadrilhas e dos americanos vieram os forrós que dizem ser uma junção das palavras *for all* que significa dizer "para todos". As comemorações de São João/São Pedro têm atravessado os tempos e se caracterizam como uma festa junina do Nordeste brasileiro, como uma premiação, ou uma louvação pelas boas colheitas conseguidas na plantação de milho e feijão. Pois, nada melhor para comemorar um ano de fartura do que uma boa festa, com muito milho (assado, cozido, pamonha, canjica, etc.) e feijão verde, com os condimentos regionais.

As comidas de milho são típicas do Nordeste do Brasil, criando pratos específicos que até se denominaram de regionais, pela sua característica de produtor hegemônico de tais mercadorias. Inegavelmente, o milho é de produção nacional, mas muitos pratos são específicos do Nordeste brasileiro, daí a sua particularidade na cultuação da produção do milho e do feijão, como alimentos necessários na mesa do nordestino. É com isto que se caracteriza o mês de junho, como o mês da fartura, das festas e de grandes produções de produtos agrícolas, todavia, não se pode dizer que é uma Lei natural no ciclo produtivo regional. Como se sabe, existe mês de junho em que as produções são fracas, mesmo assim as festas de São João e São Pedro são efetivadas com todas as pompas necessárias.

O Nordeste todo se veste para receber as festas do mês de junho, com música de forró e, atualmente, até mesmo, com música de cunho nacional, tipo popular, carnavalesca, e muitas outras que animam os foliões que gostam de fanfarras que massageiam o coração e burilam o espírito. Estas festas há em todo o Nordeste

brasileiro, tal como em Caruaru, Garanhuns, Altino, na Bahia, em Sergipe, na Paraíba e, em especial, em Campina Grande, onde existe o Maior São João do Mundo, cuja duração são trinta (30) dias de festas e muito amor no Parque do Povo. Na semana das festas juninas, são feitas fogueiras, soltam-se muitos balões e fogos típicos que embelezam as noites com muitos brilhos nos céus nas noites de muitas brincadeiras e amizades entre amigos e visitantes.

O embrião do Maior São João do Mundo saiu de um palhoção que existia perto do Centro Cultural, onde funcionou por muito tempo a Secretaria de Educação e Cultura, pois o Maior São João do Mundo teve seu germe lançado pelo ex-Prefeito Enivaldo Ribeiro. O Senhor Prefeito que o sucedeu, o poeta Ronaldo da Cunha Lima, inteligentemente, e, com grande percepção de futuro, formalizou o São João de Campina Grande, como sendo no "Parque do Povo" que na época não existia e criou o Maior São João do Mundo. Isto aconteceu em 1984 com a edificação da Pirâmide e organização de todo o ambiente do "Parque do Povo", nas proximidades do Açude Novo de Campina Grande e de sua circunvizinhança que abrilhanta estas festividades.

As festas juninas estavam com grande declínio na época, pois o São João/São Pedro quase não existia aqui em Campina Grande. Para não dizer que as festas teriam se acabado, eram pequenas as manifestações de festividade na cidade com poucas comemorações nos bairros. A partir de então, foram fomentados em todos os bairros os festejos juninos com quadrilhas e apresentações folclóricas por todos os trinta (30) dias ininterruptos. Com isto, estabeleceu-se o São João/São Pedro de Campina Grande, da Paraíba e, por que não dizer, do Nordeste brasileiro, pois se você analisar direitinho vai verificar que o São João/São Pedro de Campina Grande melhorou as festividades em todo o Nordeste, como se observa nas propagandas que saem nas televisões, nos rádios e nos jornais de circulação local, regional e nacional.

Isto foi muito bom; o folclore nordestino ressurgiu e, desta feita, fez-se ressurgir a vocação natural do turismo que não tinha sido enxergado pelos dirigentes governamentais nordestinos. Não é

preciso tomar partido para se verificar que foi o governo de Campina Grande, na pessoa de Ronaldo da Cunha Lima, exclusivamente, que deu maior ênfase às coisas nordestinas, inclusive determinando que o Maior São João do Mundo não tivesse conotação de mais uma festa, no entanto, preservasse as coisas nordestinas, tais como os violeiros, as publicações folclóricas e populares, as comidas típicas, as vestimentas regionais e muitas outras coisas próprias dessa região brasileira. É deste modo que se passa o São João/São Pedro de Campina Grande, cheio de regionalismo e muitos fogos de artifícios e amor.

O Maior São João do Mundo se processa e com ele é mobilizada a vida social da cidade com o crescimento da economia, com a implementação do turismo e com uma movimentação forte em todos os recantos do município. Com o Maior São João do Mundo, proliferam as casas de "show", como o *Spazzio*, o Forrock, o Vale do Jatobá e muitas casas de pequeno porte ser um número muito grande. Não se pode esquecer também do forró que é praticado na Pirâmide do "Parque do Povo", pois, lá se oferece uma grande opção gratuita para quem é forrozeiro e não tem recursos para as noitadas de São João e São Pedro, bem como serve de esquite para aqueles que vão para as casas de show alta hora da noite e precisam dar um treinozinho para, nos locais certos, desenvolverem bem seu lado dançarino.

Nas casas de "show" é comum virem, não somente, cantores de forrós tipo Jorge de Altino, Alcimar Monteiro, Zé Calixto, Biliu de Campina e muitos outros forrozeiros de primeira linha, mas também rockeiros de fama nacional e internacional como Paralamas do Sucesso, Os *Fevers*, Lulu Santos, Engenheiros do Havaí e alguns outros. Os forrozeiros cantam e encantam as coisas nordestinas desde as mais animadas às mais tristes, como por exemplo, contando a vida e as fugas do homem do campo e da cidade em busca de sobrevivência, devido às secas naturais e provocadas pelas autoridades que se locupletam com este estado de coisas dentro de uma região de terras prósperas e de mão-de-obra abundante que não tem medo do trabalho e das intempéries da vida.

Os finais de semana dessas casas de show são bons com suas capacidades assumindo sua plenitude, isto significa dizer grandes lucros para os seus empresários, sem esquecer de que os conjuntos, ou bandas animadoras, assim como os cantores saem com suas contas bancárias bem desenvolvidas. Isto é muito bom para o povo que tem contato com seus ídolos; dão evasão as suas tristezas e sofrimentos; para a cidade que tem um fluxo bom de turistas visitando o município, entretanto, é ruim para a economia que proporciona pouca alocação de recursos, do mesmo modo que cria uma transferência muito grande de recursos financeiros para os grandes centros do país, notadamente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo-Horizonte onde moram estes artistas e onde estão seus empreendimentos empresariais.

Realmente, espera-se normalmente que no mês de junho a atividade econômica tenha um crescimento muito bom, decorrente do turismo implementado quanto ao Maior São João do Mundo e isto no que diz respeito ao setor informal da economia e ao setor formal. No setor informal, espera-se um aumento no nível de emprego e na produção. Quanto a isto, verifica-se somente um pequeno aumento, poder-se-ia dizer quase insignificante, porque os incrementos concedidos dizem respeito ao comércio de churrasquinhos, queijinhos assados, tira-gosto de maneira geral, milho assado ou cozido e alguns outros. Quanto ao setor formal da economia, segundo levantamentos com pessoas desta área, a produção estagnou neste mês e o emprego da mão-de-obra caiu, ocasionado por algumas demissões.

O setor do turismo é de fundamental importância quando dinamiza o sistema econômico como um todo, gerando empregos, investimentos, produção que tenha uma perspectiva de longo prazo, pois quando da geração de um fato econômico seja de curto prazo, ou de curtíssimo prazo, não se pode confiar em sua eficácia e, portanto, deve-se, pelo menos, buscar algum outro decorrente deste. O fundamental é que toda a economia cresça, deixando todo mundo satisfeito em termos pessoais, bem como os agentes que realmente participam da produção, da atividade econômica como um todo,

fiquem entusiasmados a praticar novos investimentos para implementar fortemente todas as partes estruturais que formam a produção e circulação de mercadorias necessárias ao desenvolvimento econômico municipal.

O mês de junho é um mês de festa e não se tem preocupado em criar movimentação de produção e circulação de produtos criados no município, nem tão pouco na região. Precisa-se inventar feiras de coisas nordestinas e campinenses para conseguir rendas municipais, bem como para os agentes econômicos que dela participarem e até agora não foi feito nada disto, somente as festas é que tem movimentado o São João. Devem-se também implementar locais de visitação pública, com o intuito de conduzir os turistas às compras de produtos da terra ou circunvizinhanças, pois já o bastante o tempo de criação do Maior São João do Mundo, nada o turista leva de recordação do São João que veio para ficar e as autoridades querem que ele não fique dinamizando a economia local.

Ao não fazer uma avaliação precisa sobre os rendimentos que esta atividade oferece, pode-se incorrer em problemas bem maiores do que se passa hoje em dia, isto é, esta festividade tão bela e produtiva, pode se tornar apenas um antro de prostituição e marginalização daqueles que buscam drogas e todo tipo de entorpercentes, para dar evasão às suas frustrações. Pensa-se que isto não é o que pensam as autoridades criadoras e dinamizadoras deste belo trabalho, mas, sim, proporcionar mais um elemento econômico de grande participação no cenário estadual e municipal. O que se reclama, é que o São João não é ainda uma atividade econômica, mas, sim, um desvio da sociedade ao furto, ao crime e às bebedeiras que é o que até hoje tem deixado ao campinense e ao compartimento da Borborema.

Quem ganha com o Maior São João do Mundo? Espera-se que quem ganhe seja toda a comunidade campinense, com a vinda de mais e mais recursos para a economia de Campina Grande em forma de investimentos diretos e indiretos, decorrentes do incentivo causado por esta grande festa. Em verdade, quais ou qual foi o investimento que chegou na cidade? O que se pode observar não é

isto. O Maior São João do Mundo não trouxe nenhum investimento e, por consequência, não houve produção incremental na economia e nem tão pouco, foi implementado o nível de emprego municipal. O Maior São João do Mundo é muito importante; entretanto, é uma festa a mais no calendário dos foliões que se locupletam com os vícios na cidade, ou a cidade oferece uma degradação da vida humana e isto não é bom.

Como se pode ver, investimentos não aconteceram na cidade, nem no que diz respeito a hotéis e motéis para abrigar bem os turistas que chegam à cidade, pois hotéis e motéis são fracos e não houve nenhum empreendimento na rede hoteleira do município e nem tão pouco foi melhorado acima do que já existia. Não há ainda segurança de que o Maior São João do Mundo é uma atividade realmente econômica, todavia, o que existe realmente no mês de junho é uma movimentação na cidade e nada mais. Isto tem gerado alguns ganhos para as casas de "show", postos de gasolina/álcool e barracas, lanchonetes e restaurantes que não inovaram em nada, em especial, aquelas que se localizam nos arrabaldes do "Parque do Povo". Os bairros como é que ficam, o que ganham com esta história toda?

Mesmo que existam ganhos capitalistas, gerados na categoria dos hoteleiros, ainda existem protestos, como é o caso do Presidente do Sindicato dos Hotéis do Município, Jatobá, quando num programa, ou entrevista, a uma televisão local, colocou que o Maior São João do Mundo foi bom, mas tem alguns problemas que devem ser discutidos, como é o caso dos trinta (30) dias de festas. Explicava o Senhor Presidente que somente nos finais de semana, é que as atividades nos hotéis melhoravam um pouquinho, e no meio da semana, o hotel ficava quase vazio e isto não é bom para os hotéis que querem efetivar um investimento profícuo em suas instalações, ou até mesmo, na criação ou melhoramento nas estrelas dos hotéis, entretanto, com estas perspectivas fica muito difícil de serem efetivados.

E por falar em hotéis e motéis, vale salientar que nos trinta (30) dias de festas juninas, verifica-se que todos os

estabelecimentos no "Parque do Povo" ganham, mesmo que seja pouco. O que dizer daqueles que ficam na periferia da cidade, ou nos bairros da cidade, mesmo sendo cervejarias e bares! Observa-se que as cervejarias e bares dos bairros não estão gostando dos efeitos do Maior São João do Mundo, porque neste mês, o negócio em seus empreendimentos é fraco, tendo em vista que os clientes desses ambientes vão ao "Parque do Povo". Isto acontece com o Ceboleiro, com o bar do Cuscuz, com o Lindão, com Batista e com os diversos bares que ficam na periferia da cidade, e o que fazer para dinamizar todos estes estabelecimentos que têm a atividade própria de participação das festas juninas.

Este é um reclamo geral da categoria de pequenos comércios da cidade, cuja atividade se engendra bem no Maior São João do Mundo e não há nenhum trabalho para que sejam incentivados e os recursos turísticos cheguem até estes agentes que participam da economia que não é informal. O setor comercial diz a mesma coisa sobre este grande evento municipal, pois quando se fala com um Gerente ou dono de um ponto comercial da Maciel Pinheiro, João Pessoa e adjacências é todo mundo por uma só boca: o mês de junho foi o pior mês para o comércio. É claro que isto não tem valor científico, entretanto, precisa-se de um trabalho sério para se investigar estas brigas e tomar as devidas providências sobre estas questões que precisam ser analisadas e discutidas pelas autoridades municipais.

Em se falando da parte econômica da atividade do maior São João do Mundo, pode-se mencionar também a questão industrial que faz parte da economia do município. Sabe-se que estas festividades não dizem respeito diretamente à produção deste setor, ao considerar que os produtos industriais não atraem os turistas ao seu comércio, entretanto causam problemas quando nos trinta (30) dias de festas, muitos deixam seu emprego para entrar na farra. Este fato influencia na produção gerada; os gerentes não contam com trabalhadores que por sua livre e espontânea vontade se desempregam, causando diminuição na produção e dificuldades empresariais. Estes são efeitos naturais que acontecem quando os

turistas são incentivados sem uma ordenação da atividade econômica que se desenrola.

Voltando ao "Parque do Povo" propriamente dito, pode-se colocar uma questão de fundamental importância que não foi observada pelas autoridades organizadoras do Maior São João do Mundo, que é uma discriminação existente quanto aos barraqueiros lá estabelecidos. Veja-se que o "Parque do Povo" está dividido em duas partes, isto é, uma parte onde ficam as barracas dos ricos e outra, as barracas dos pobres, assim como, os cantores de nome, pelo menos estadual, só ficam na parte dos ricos e o povão deve se contentar em ouvir pelas caixas de som. A parte dos ricos é constituída de barracas pomposas e grande luxuosidade, tendo até nas barracas "shows" particulares de alto nível, enquanto as barracas pobres não tem condições de arcar com tais apresentações, gerando desigualdades na concorrência.

Não pode numa festa popular acontecer tal fato, cujo objetivo é uma alegria generalizada da população, ao se levar em conta que o São João é uma festa popular, onde todos devem participar de igual para igual e nunca acontecer o que acontece no "Parque do Povo". Não se está criticando as barracas pomposas, pois que, quem tem condições de fazê-las assim, que as faça, contudo, que não se crie o setor dos pobres e o setor dos ricos, cujo estigma cria mais fortemente os problemas que existem nas sociedades tradicionais das grandes e médias cidades do mundo moderno. Pelo fato de no lado dos ricos estarem os desfiles de roupas bonitas e de jovens também bonitos, é que o fluxo é maior de transeuntes e, por consequência, há um chama aos marginais que atuam fácil e livremente.

Diante de tantos fatos mostrados pela passagem das festas juninas que geraram o Maior São João do Mundo, o que se pode fazer, para que não aconteçam tantos problemas e que se possa melhorar esta atividade! Um primeiro ponto de suma importância, seria locar em pontos diversos essas barracas grandes que se apresentam ricas, para que inclusive haja um trânsito generalizado em todo o Parque e nunca localizado, contemplando tanto a parte de

baixo como a de cima de toda a área do Parque. Deste modo, não se criam discriminações e diminui a atenção de marginais nas passarelas dos desfiles, onde os jovens e casais gostam de caminhar observando o que há de bonito e as novidades que são mostradas por aqueles que gostam de novidades para vender e para exhibir.

Um outro ponto de fundamental importância que deve ser colocado é quanto aos dias desta festa, pois, trinta (30) dias é muito tempo e isto tem causado dificuldades ao comércio campinense e nem só ao comércio, mas também na indústria e outras atividades da economia local e até mesmo do compartimento da Borborema. O mais importante é que esta festa fosse somente nos dias normais de São João e São Pedro, ou então na semana em que ocorressem estas festas, isto significa que, quem viesse, voltaria e não causaria problemas à economia local como vem acontecendo atualmente. O objetivo das autoridades foi alcançado, que seria tornar o São João e São Pedro, uma festa campinense e isto já aconteceu com a apoteose que acontece no mês de junho em Campina Grande, na Paraíba.

Uma terceira questão a levantar é que fossem implementadas festas nos bairros, que fizessem movimentar as cervejarias, barracas e lanchonetes que precisam se integrar ao Maior São João do Mundo, com anúncios nas casas de "show" e ambientes onde circulem turistas. Isto não somente para movimentar os bares e restaurantes dos bairros, mas também, criando feiras e exposições nestes locais para uma dinamização generalizada em toda Campina Grande, pois isto é salutar a uma prosperidade desta festa que é nordestina e tem Campina Grande como sua divulgadora maior. Enquanto não se fizer uma estruturação para que toda a cidade participe desta festividade, a tendência natural deste brilhante acontecimento é uma decadência, porque entra no costumeiro e aborrece aos seus participantes.

Com o Maior São João do Mundo, Campina Grande cumpriu o seu papel, pois não se via tanta comemoração do São João e São Pedro em todo o Nordeste brasileiro, bem como no Estado da Paraíba, neste ano, isto é, mil novecentos e noventa e um

(1991). As televisões em rede nacional mostraram as festividades de junho em todo o Nordeste, isto é, na Bahia, em Sergipe, em Alagoas, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Em termos internos no Estado da Paraíba, o São João e São Pedro melhoraram muito em Santa Luzia, Monteiro, Puxinanã, Pocinhos, Esperança, Fagundes e muitos outros municípios onde estas festas eram fracas e sem perspectivas. Tudo isto graças ao trabalho desenvolvido em Campina Grande com o Maior São João do Mundo.

Concluindo, o evento do Maior São João do Mundo é uma realidade que deve ser discutida, analisada e melhorada para que não se tome este acontecimento pronto e acabado, que só traga benefícios para o município cuja realidade é uma outra bem diferente. Os eventos turísticos são importantes, contudo, são esgotáveis, cabendo unicamente à autoridades trabalharem no sentido de que se possa cultivar por um longo espaço de tempo, pois enquanto tal evento esteja trazendo aquilo que a comunidade quer, está tudo bem. Caso aconteça o contrário é preciso rever tal acontecimento e partir para aquele que una os ganhos para a população civil e para a população economicamente ativa, de tal maneira que nada é ilimitado e é preciso usufruí-lo enquanto está no limite.

SETRABES: UMA PROPOSTA

A Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social seria um excelente foro de debate com o objetivo de desenvolvimento e conscientização da comunidade, tendo em vista que é uma Secretaria que está qualificada para exercer tal atividade. Esta Secretaria deveria se eximir de um trabalho eminentemente assistencialista, de paternalismo, mas procurar dinamizar seus trabalhos na direção de um trabalho mais profícuo para o município. Infelizmente, esta entidade não desenvolve uma atividade voltada realmente para o bem-estar da população pobre local, devido à mentalidade restrita de quem assume; entretanto, deveria assumir uma postura firme de orientação quanto à organização do trabalho, da consciência política e de estruturar uma direção de trabalho mais séria e de cooperação mútua objetiva.

Um trabalho que vise descobrir as potencialidades profissionais da população para serem dinamizadas dentro de uma filosofia de cooperação, de mutualidade entre estes profissionais, de uma real aplicação dos princípios socialistas, é muito difícil. A dificuldade maior ocorre por causa da desconscientização que a comunidade brasileira tem do passado nos vinte anos de ditadura que viveu, pois a única coisa que ficou na cabeça de cada brasileiro foi assistir novelas, fomentar o alcoolismo nos bares da cidade e proibir formação de "leaders" que tivessem condições de ajudar no desenvolvimento do país. Com isto, o que restou para o povo! Sem muitas voltas, observa-se que o que ficou para o povo jovem de hoje foi a ganância, a ambição, a auto-promoção e o suborno (*bribery*).

Nesta linha de um trabalho participativo, existe um campo muito grande de exemplos fabulosos e que deveria ser seguido por todas as comunidades que tenham objetivo de um trabalho cooperativo, de uma atividade vinda do povo para o povo. Um primeiro exemplo de uma comunidade participativa é o que

acontece em Lages, Santa Catarina quando o povo se reuniu e removeu o entúlio do desemprego, do problema de habitação, de saúde e de muitos outros que caracterizavam o atraso desta cidade que hoje vive simplesmente com problemas corriqueiros, pois sempre surgem os problemas naturais de uma cidade de porte médio. Conhecendo-se que os problemas locais não são unicamente de governos, mas de toda a população, é preciso que todos juntos arregacem as mangas e pulem para a luta sem pichações.

Um outro exemplo que pode ser seguido, é o de uma Associação de micro-empresas de Santa Catarina que criou uma Central de Abastecimento para dinamizar a produção de seus associados e driblar o processo inflacionário que é intensivo. As metas principais desta Central de Abastecimento são que exista uma diretoria eleita pelos associados, que tenha como objetivo comprar as matérias-primas necessárias à sua produção para em seguida sejam distribuídas pelo preço de custo aos seus participantes. Nesta linha, se todas as empresas agissem desta forma, ter-se-iam os problemas nacionais minorados, pois esta estrutura de trabalho não interessa ao grande capital, este que domina o mundo ocidental, este que quer a desordem para se locupletar com os altos lucros que degradam a humanidade.

Um terceiro exemplo que se pode citar são alguns projetos desenvolvidos pelo SENAI que visam proporcionar cursos para profissionais de baixa renda para que eles possam qualificar-se e obter um melhor emprego. Este tipo de trabalho é perigoso, por diversos motivos: 1) as horas de aprendizado farão com que cada estudante vá exigir um salário incompatível com a sua qualificação; 2) este aprendizado vai fomentar o espírito ganancioso neste pobre trabalhador que deveria apenas organizar a sua vida; 3) este projeto de baixa renda não objetiva organizar o trabalhador num preceito comunitário cooperativo, mas somente proporcionar os seus instrumentos de trabalho. Não se deve esquecer que esta atividade tem sua importância no contexto da qualificação da mão-de-obra da população pobre.

Dentro destes princípios, existem diversas associações em termos particulares e municipais que objetivam a dinamização da economia local e nacional, assim como criar dentro da população como um todo, o espírito participativo entre todos. A participação é de fundamental importância no mundo moderno, por diversos motivos, tais como: o homem vê o homem como um ser cristão, um ser humano e não um inimigo que está próximo; as decisões econômicas e sociais partem do seio da própria comunidade reunida e não de ditadores que buscam manter o "status quo" em seu proveito. Não se pode viver isolado no mundo moderno. A irmandade é fundamental em todos os sentidos, quer seja religioso, quer seja político, ou até mesmo para fugir da ambição do homem que almeja se engrandecer às custas dos outros.

Uma proposta de uma Prefeitura Popular e Democrática é ter uma Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social atuante, de maneira a criar uma situação de cooperação entre os habitantes dos bairros e do município como um todo. Quais seriam na verdade, as atividades de uma democratização de uma Prefeitura? O que fazer há muito, é só ter um Secretário capaz de pôr em prática as atividades que levam a uma atuação mais direta e eficaz dos comunitários, pois, isto é conseguido pelo processo de conscientização e luta frente aos habitantes do bairro, onde está sendo desenvolvida tal atividade. Contudo, não se deve esquecer que as atividades comunitárias envolvem, tanto os diretores de SABs e sindicatos já no trabalho, como os participantes da comunidade como um todo, dando uma força e uma contribuição como comunitário.

Uma primeira atividade que se poderia desenvolver nesta cidade participativa seria, em todos os bairros, implantar os famigerados programas de hortas comunitárias, pois este programa bem administrado já geraria um bom decréscimo no índice de desemprego da cidade. Entretanto, é necessário que a participação comunitária esteja sempre presente, para não aparecerem os vigaristas que queiram se escorar no trabalho do amigo e não participar da atividade igualmente, assim como os exploradores que vivem do trabalho alheio. Todo cuidado é pouco nas investidas

capitalistas para que não haja um trabalho sério dos *leaders* comunitários, na busca de tentar minorar a ânsia do espírito burguês, na verdade lancem-se na armadilha de uma estrutura de exploração disfarçada, tão comum aos gananciosos.

Por que não fazer uma investigação por bairro e selecionar as profissões que se possam incentivar para criar novas oportunidades de trabalho? Facilmente se enxergam bons profissionais que perderam seu emprego e precisam de uma nova colocação, pois um programa do governo, num sentido cooperativo entre estes profissionais certamente fará com que a coisa se desenvolva. A participação do governo a neste caso, não seria de injetar recursos unicamente, mas de coordenar a atividade para que tudo corra dentro dos conformes, quer dizer, não haja perdas de recursos advindos da própria sociedade, como é o caso dos empreendimentos cenicistas. Isto não refuta a possibilidade do governo também fazer as suas aplicações, desde que não haja possibilidade da utilização dos próprios recursos da sociedade.

Mesmo sem uma pesquisa prévia, já se pode listar uma relação muito grande de profissões que são exercidas com bastante capacidade, mas não estão funcionando, ou seus detentores estão em atividades diferentes de sua formação, como é o caso de costureiras, de sapateiros, de artesanatos diversos, de padeiros, de marceneiros e muitas outras profissões que poderiam ser aproveitadas visando criar uma cidade industrial cooperativa de micros e pequenos portes. Não adianta as autoridades governamentais incentivarem indústrias protetoras do capital, em detrimento da mão-de-obra, que culminam geralmente com as grandes e médias empresas capitalistas, ou individualizadas que só buscam lucros excessivos, entretanto, rejeitam a vocação natural de cada localidade que talvez gerasse mais renda para a cidade, além do nível de emprego.

Os grandes empreendimentos oligopolistas começaram pequenos, como qualquer atividade que nasce, cresce e, em seguida, morre. Do mesmo modo, pode-se trabalhar com as comunidades, pois os grandes empreendimentos tiveram formação com uma ou

poucas pessoas procurando o sucesso, ou o lucro máximo, sendo que alguns não lograram os benefícios desejados, por falta de capacidade empresarial, ou por qualquer debilidade que não empurrasse ao sucesso, mas alguns outros mais aventureiros, mais propensos aos riscos buscaram a fortuna, investiram sem medo e o resultado são os grandes empreendimentos que culminaram com os oligopólios de hoje. O fato, ou o exemplo, é que o homem, ou deve trabalhar com a comunidade ou deve se aventurar em busca do autodesenvolvimento, mas o preferível geralmente é a primeira hipótese.

Finalmente, não se pode relegar a terceiro plano, ou até mesmo rechaçar indiscutivelmente o trabalho comunitário, pois acredita-se que o trabalho cooperativo deverá ser o futuro das Nações com grande potencial de mão-de-obra capacitada e sem condições de desenvolver este potencial, por causa do poder dos oligopólios que não aceitavam o trabalho comunitário, a não ser que seja a seu proveito. Desta feita, as Secretarias do Trabalho e Bem-Estar Social devem trabalhar com o ficto de se conseguirem as metas programadas para proporcionar o real bem-estar à comunidade, dando prioridade aos trabalhos comunitários e implementadas as aptidões de cada bairro, no que diz respeito aos profissionais que poderiam dar grande contribuição à economia local e até mesmo regional, com a sua participação.

O USO DA TERRA EM CAMPINA GRANDE

Uma das maiores preocupações que cercam a humanidade, na atualidade, é o uso da terra urbana. Essas preocupações crescem mais quando se verificam a escassez e o monopólio que desencadeiam nas grandes cidades do globo terrestre. Os mais proeminentes estudiosos deste assunto foram Robert MALTHUS (1798) e John Stuart MILL (1848), que deixaram plantadas as idéias para que Henry GEORGE (1876) procurasse um imposto único sobre a terra, de maneira que impedisse a ascensão dos monopólios e latifundiários. Mesmo assim, parece que estes apelos não foram ouvidos pelas autoridades competentes e o que se nota é a constante monopolização da terra, tanto urbana como rural, nos tempos modernos.

Como se sabe, o solo está dividido de acordo com a concentração populacional, em partes denominadas de área rural e área urbana. Na área rural estão os agricultores e latifundiários. Porém, na área urbana estão os fugitivos do campo, os trabalhadores das indústrias e aqueles que vivem da prestação de serviços. É inegável que o setor industrial só sobrevive por causa da exploração ao homem do campo e com a miséria crescente na zona rural, é constante a migração campo/cidade, engrossando cada vez mais o exército industrial de reservas, criando os mais degradantes problemas das cidades modernas. Desta forma, surgem os problemas de superpovoamento nas zonas urbanas.

As cidades grandes crescem desordenadamente e desestruturadas como é o caso de New York, Paris, Londres, Barcelona, Tóquio, São Paulo, Rio de Janeiro, etc. Os problemas gerados edificam-se numa estrutura de difícil solução e ramificam-se facilmente na geração de outros problemas mais complicados ainda. Os problemas mais comuns são: roubos, assaltos, menor abandonado, crescente desemprego, prostituição, drogas, criação de favelas e muitos outros de maior ou igual grau de periculosidade.

Todos esses problemas têm preocupado as autoridades municipais, regionais e até mesmo, federais, na busca de soluções para tentar superar tais problemas, mas tem-se constatado que não tem sido fácil tal solução.

A busca de um cantinho na cidade nada mais é do que uma pretensa melhora nas condições de trabalho que não se tem no campo e uma melhor habitação que a zona rural não oferece. Ao chegar na cidade, o matuto, sem qualificação para o trabalho, fica numa situação difícil e qual é a sua opção? Ajudante de pedreiro, engraxate, lixeiro, vendedor de picolé, etc. No relativo à moradia, a coisa se complica mais um pouco, pois não existe opção e a alternativa é arrumar um jeitinho nas favelas ou nos cortiços, nos arrabaldes da cidade, sem nenhuma estrutura. Faltam esgotos, faltam banheiros, a cama é o próprio chão, não se tem cobertores, as casas são mal estruturadas e muitas coisas são contra o novo cidadão.

Devido a estes problemas, verificam-se as notícias constantes nos jornais: mortes por suicídio; mortes por desavença pessoal; mortes por furtos; avalanches de prisões por drogas; escândalos provocados por prostitutas, etc. Tudo isto é um retrato da miséria por que passa o homem amontoado nas cidades sem condições de uma sobrevivência humana. Os grandes centros do mundo são campeões de miséria e peste que podem advir dos agrupamentos subumanos. Tudo isto acontece porque as cidades nasceram e cresceram sem um planejamento e sem uma infraestrutura para abrigar condignamente seus filhos naturais e adotivos. O capitalismo cria uma cidade e o homem do campo se veste na aparência de uma ilusão.

Uma cidade, a partir de um certo número de habitantes, deve-se preocupar em estruturar todo o seu corpo, fazendo um planejamento de seus bairros, quanto a suas habitações, rodovias, ferrovias, mercearias, hospitais, cinema, parques de lazer, áreas de esportes, áreas verdes, aeroportos, enfim tudo de que necessita uma cidade bem organizada e sadia. Sem isto, ocorrem os problemas que são comuns em São Paulo, Rio de Janeiro, New York, Paris,

Londres, etc. Com as festanças, passar-se-ão despercebidas as formações de favelas, comuns nas cidades, hoje de todos os tamanhos: pequenas, médias e grandes. Na atualidade, planejar este tipo de cidade, não se consegue tão facilmente.

No Brasil, pouco se tem feito pelo planejamento das cidades. Só Brasília teve um tratamento diferente, mas se descuidaram e hoje já se vêem os mais aberrantes problemas se avolumarem. Quanto às cidades desestruturadas, tem-se exemplo de Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e muitas outras que tem em suas entranhas os mais difíceis problemas. Por mais que se queira organizar o espaço urbano e rural de um Estado, Município ou País que já tenha muitos anos de vida, não é nada fácil e o que se pode fazer é minorar esses problemas que se avolumam no dia-a-dia. Quando se criam conjuntos habitacionais, já nos princípios de planejamento, faltam esgotos, energia, escolas, etc.

Aqui em Campina Grande, o solo urbano está regulamentado pela Lei de número 176/75, de 30.10.1975, quando era Prefeito o Dr. Evaldo Cruz. Com isto, foi criado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campina Grande - PDDI-CG que objetiva disciplinar e ordenar o desenvolvimento físico, econômico, social e administrativo, de forma a propiciar o bem-estar (*Well-faire*) da comunidade de Campina Grande. Desta forma, o Plano tenta proporcionar à cidade uma melhor organização de seu espaço dentro de princípios que não sacrifiquem a estrutura física da cidade, isto é, os campinenses tenham boas áreas de lazer, as quadras dos bairros sejam bem divididas, enfim esteja tudo em seu lugar.

Hoje são onze (11) anos da implantação do Plano e nunca foi aplicado. Não existe nem a filosofia do uso do solo urbano na cabeça dos dirigentes municipais. O que existe são monopólios. Alguns latifúndios que ainda continuam com grandes proporções de terras na cidade - centro e periferia - e alguns especuladores que compram lotes e mais lotes de terras nos diferentes bairros com o objetivo de especulação, inclusive majorando os preços a níveis que só esses majoradores entendem. Isto significa dizer que não existe

uma política de melhor distribuição da terra urbana e sim a atuação de especuladores intransigentes à procura de lucros monopolísticos. Com isto, o Plano Diretor foi posto por terra.

Teoricamente, sabe-se que os instrumentos para formalizar o padrão de uso da terra urbana são três: 1) regulamentação; 2) impostos e 3) aquisição pública. Essas três formas fazem com que o governo municipal, no uso de suas atribuições, valorize o uso mais adequado do solo urbano, forçando a construção por seus proprietários e/ou dinamizando os assentamentos pelo Prefeito no seu próprio direito de desenvolver o município. Só assim, conseguir-se-á destronar os formadores de um oligopólio campinense que vive da especulação imobiliária, arbitrando preços impossíveis de aquisição por aqueles que pretendem construir seu teto, mesmo que modesto. É por isto que acontecem as invasões de terrenos alheios, criando as favelas.

O único imposto que existe é o predial e territorial urbano - IPTU. O IPTU é um imposto cobrado aparentemente pelo valor venal da habitação, isto é, um (1) por cento do valor do imóvel - casa ou terreno - constitui o pagamento do IPTU anual. Entretanto, verifica-se que esse imposto não constitui a realidade, tendo em vista que os valores arbitrados por cada imóvel não coincidem com o valor real que o imóvel tem. É fácil de exemplificar: Uma casa que possui um valor de duzentos e cinqüenta mil cruzeiros, pagaria duzentos e cinqüenta cruzeiros de IPTU. Na verdade, esta mesma residência possui um valor venal na Prefeitura de oito mil cruzeiros, portanto, pagando oitenta cruzeiros de imposto. Isto não está correto.

O que se deve fazer, entretanto? 1) criar um imposto progressivo para terrenos especulativos; 2) instituir um imposto equitativo para quem seja dono e esteja usando sua própria casa; 3) os especuladores habitacionais deveriam pagar imposto progressivo até vender sua casa; 4) estimular residência urbana e não construção de edifícios desnecessários; 5) retirar as vacarias existentes nas zonas urbanas; 6) se não reestruturar, mas aplicar fielmente o PDDI-CG; 7) rever a política de urbanização da cidade quanto à

área verde e de lazer e 8) não deixar que os monopólios dominem o setor imobiliário do município.

Em resumo, é imperativo que se tomem as providências quanto a utilização do solo urbano, pois do contrário, pequenos grupos vão continuar a especular em busca de altos rendimentos de terrenos que deveriam ser utilizados em benefício da sociedade campinense. O problema existe e as autoridades conhecem profundamente a ação especulativa desses campinenses que não se importam com o bem-estar da cidade, mas se locupletam em obter mais lucros em cima da especulação imobiliária. É uma aberração que especuladores inescrupulosos busquem altos rendimentos sobre algo criado pela natureza e para usufruto de todos os cidadãos do planeta terra.

A ATIVIDADE DOS CAMELÔS

A atividade dos camelôs existe no mundo inteiro, desde os grandes centros como os Estados Unidos, França, Inglaterra, às pequenas cidades do México, Espanha, Brasil, etc. Os camelôs são aqueles homens que, com ponto fixo ou não, vendem nas praças públicas pequenos produtos, ou como são chamados comumente de bugigangas. Os camelôs têm uma atividade muito sacrificada; desde o amanhecer do dia, o seu ponto deve estar armado para que outros não tomem seus lugares. É assim nos calçadões, nas praças públicas, ou em áreas espaçosas, estão os camelôs tentando a vida, com alguma novidade ou não. Os camelôs são mais alguns micro-comerciantes que participam do setor informal, não como trabalhadores, mas como negociantes.

No ano de 1986, aqui em Campina Grande, existia um número significativo de comércio ambulante, como são chamados os camelôs. A sua principal atividade é a venda de artigos de couros, cintos de couro, calçados, confecções, bijouterias, miudezas e chapéus, redes, brinquedos, louças, peças para fogões, frutas e caldo de cana, cocadas, pipocas, bombons, etc, totalizando um número de 267 micro-comerciantes. Eles se organizam em barracas desmontáveis, em carros de mão, em cima de um plástico sobre o calçadão e muitas outras maneiras de fazerem seus negócios. Não tem grandes preocupações com encargos governamentais, pois as coisas que pagam são um taxa de uso do chão e o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) autônomo.

Os camelôs surgiram aqui em Campina Grande pelo regresso de seus filhos do Centro-Sul que conseguiram uma certa poupança e, de posse da experiência comercial dos lugares onde estiveram, começaram seu pequeno negócio. Outros, talvez num mínimo, pedem as contas das empresas onde trabalham, e, incentivados por amigos ou parentes, abrem seu negócio ao estilo do comércio ambulante. Este tipo de atividade está tomando rumos

imprevisíveis, porque esses comerciantes já contam com muitos produtos que existem nas lojas formais, as quais pagam todas as formalidades da justiça comercial. Isto significa dizer que os preços dos camelôs são acessíveis à população de baixa renda, emperrando o comércio formal.

Participam da atividade dos camelôs alguns trabalhadores que de repente pensaram em trabalhar por conta própria e com negócio em praça pública, começaram a fazer concorrência ao comércio normal da cidade. Neste tipo de atividade não existem empregados assalariados, devido ao tipo de comércio, existe apenas um pagamento pelas vendas quando for o caso, porque os empregados em sua maioria são pessoas da família e não recebem nada. É inegável que os camelôs tenham uma história, pois desde os tempos do Império Romano, verifica-se pelos filmes e livros, os camelôs já estavam presentes, vendendo bugigangas e outras muambas de que o povo precisava.

Esta forma de atividade que demonstra ser trabalhadores insatisfeitos com as formas de tratamento que o capitalista lhes impõe, procura uma outra maneira de vida, no seu ponto de vista, menos sofredora do que aquela subordinada a alguém que é capitalista. Esta premissa só é verdadeira a partir do momento em que esses trabalhadores vêem a si próprios, entretanto, do ponto de vista social a coisa se complica. Isto porque o capital, não sobrevive sozinho, ele está interligado com os outros tipos de capital, como o capital financeiro e o capital produtivo. O próprio capital comercial exerce uma ligação própria dentro de si, isto é, o grande vive, o médio sobrevive e o pequeno se dilui.

O século XVIII foi palco da teoria do *laissez faire*, ou *laissez passer*, muito bem defendida pelos clássicos de todas as épocas, como Adam Smith (1776), John Stuart Mill (1848), James Stuart MILL (1848), David RICARDO (1817), Robert MALTHUS (1798), etc. Esta filosofia diz que a atividade econômica deve adotar o princípio de "viva e deixe os outros viverem"; isto observa-se claramente, não constitui uma verdade numa economia oligopolizada como a de hoje. A economia atual é uma miscelânea

de micros, pequenos, médios e grandes empresas, uma interligada com a outra, no objetivo de suprirem os ditames da grande empresa nacional e/ou internacional. O Rei existe e seus súditos devem prestar-lhe suas devidas obediências e isto se constata na atividade comercial.

Os micros e pequenos comércios existem, ou porque os grandes capitais exercem uma certa hegemonia sobre este capital, ou então tais negociantes possuem uma atividade de implementação ao grande capital. Os grandes capitais não dão chances aos pequenos, pelo contrário, eles se aproveitam desses pequenos para expandir-se cada vez mais, tornando-os dependentes e sem chance de uma melhor posição no setor mercadológico. Os pequenos capitais não têm chance de sobrevivência. Vivem até quando estão servindo ao grande capital, do contrário, nem começam a nascer, já estão condenados. O grande empresário tem o poder nas mãos e não deixaria, de maneira alguma, alguém ter condições de lhe abrir concorrência.

Os camelôs são micro empresários, tendo em vista que seu número de empregados não ultrapassa de dois. Compreende, contudo, um ou dois filhos; o pai com um seu irmão; ou o pai com um ou dois empregados percebendo apenas uma gratificação. Esses pequenos comerciantes não possuem estrutura competitiva, apenas pegam os fregueses que não encontraram seu produto na loja legalizada, ou formal. Antigamente os camelôs vendiam produtos comprados diretamente da fábrica, estipulando um preço bastante acessível ao freguês, todavia, o processo se inverteu, pois os preços dos camelôs são iguais, ou algumas vezes maiores do que os preços de mercado formal, quer dizer, o camelô já tem força comercial.

Diante disto, surgem algumas dúvidas sobre quais as vantagens dos camelôs: Por que os seus preços são mais baixos do que os das empresas formais! Por que eles não se expandem! Será que suas receitas são suficientes para uma expansão de seus pequenos negócios! Por que os governos não incentivam os pequenos empresários, já que eles são importantes para a economia! E aí vem as respostas. Respondendo à primeira pergunta, verifica-se

o seguinte: os camelôs contêm todo tipo de bugiganga, coisa que o comércio formal não possui. Quanto a segunda pergunta, o setor formal tem encargos, o informal não os tem. Na terceira, constata-se que mesmo a sua margem de lucros sendo alta e por ser um pequeno negócio, seus ganhos são pequenos em valor absoluto. Na quarta questão, vê-se que a receita em volume é pequena, e a quinta é porque é um setor desacreditado.

A atividade dos camelôs, prolifera em tempos de crises. Em um sistema capitalista são naturais os momentos de "boom" e os momentos de "crise". Estes ciclos regem a dinâmica de toda economia que participa de uma filosofia cujos caracteres são o assalariamento, a dependência e os fatores de produção pertencentes a terceiros e não aos trabalhadores. Com as crises, aumenta o volume de desempregados, o nível de produção nacional cai, como resultado, a inflação aumenta consideravelmente e, por conseqüência, dissemina a pobreza. Neste contexto, os desempregados recebem uma pequena indenização e com este dinheiro, a primeira opção que lhes surge é montar um negorciozinho para se manter e procurar crescer.

É fácil de se constatar o número de quitandeiros, de biscateiros e de vendedores de bugigangas nas ruas, objetivando ganhar a vida. No período de crise que passou o Brasil, não era difícil de enumerar a quantidade de micros comerciantes em todas as capitais do Estado, ou até mesmo nas cidades de porte médio e grande de todo o país. Esse alto crescimento do setor informal não decorreu única e exclusivamente dos desempregados que saíram do setor produtivo, mas até mesmo as crianças estavam agora participando do comércio, deixando de lado seus estudos de alfabetização e até mesmo, de primeiro e segundo grau, em busca de uma maneira de ganhar a vida com a venda de din-din ou até mesmo bombons.

Não se deve rechaçar esse tipo de atividade somente porque ela é uma atividade marginal. Devem-se proporcionar condições para que este tipo de atividade se integre ao setor comercial, como uma atividade normal e não se apresente somente como uma

atividade que só aparece em tempos de crise. A atividade dos camelôs tem sua expressão na economia, empregando os trabalhadores com sua criatividade e vontade de conseguir o seu pão de cada dia, bem como proporcionando condições para que a sociedade participativa do nível de renda mais baixa possa adquirir sua mercadoria a preços acessíveis ao seu nível de renda. A atividade dos camelôs é secular ou milenar e não vai se acabar por simples decreto presidencial, de governador ou de prefeito municipal.

OS TRANSPORTES URBANOS EM CAMPINA GRANDE

Introdução

Um dos problemas que afligem as cidades médias e grandes são os transportes coletivos urbanos, visto pelos seus diversos aspectos. Por um lado, os transportes coletivos urbanos causam problemas nas horas de congestionamento, pois uma cidade mal estruturada na distribuição de suas artérias faz com que o amontoado de automóveis fique interrompendo o trânsito e poluindo os ares da cidade com seus apitos estridentes. Por outro lado, os problemas são surgidos pela demanda excessiva aos transportes urbanos e a oferta não atender a contento a este fluxo. Todos estes problemas fazem com que os dirigentes municipais procurem resolver estas questões proporcionando o máximo de bem-estar a sua comunidade.

Os problemas com os transportes coletivos urbanos não são de hoje, Roma antiga já se preocupava com os seus meios de transportes. Nesta trajetória cronológica, acompanha-se toda uma luta na Europa recente em estruturar o seu tráfego urbano com programas e mais programas, sem encontrar aquele que satisfaça a toda uma atualidade geral. Para as cidades pequenas, os problemas não são tantos, mas quando a cidade começa a possuir um número mais elevado de população e seu parque industrial e comercial se expande, aí começa a surgir a hora de rush, o engarrafamento e muitos outros problemas pertinentes a cidades de porte médio e ou grande.

Aqui em Campina Grande já se encontra uma população de mais ou menos 300 mil habitantes e um número de automóveis bastante suficiente para causar os grandes problemas que ocorrem nas cidades grandes, do tipo Rio de Janeiro, São Paulo e muitas outras. Com isto, este trabalho tenta analisar a atuação dos transportes urbanos no Município; como se calcula a tarifa dos transportes coletivos e a atuação dos movimentos comunitários,

como impedir que as autoridades municipais e os empresários dos transportes urbanos cometam os maiores absurdos na exploração sobre seus usuários. Sabe-se que a qualquer aumento nos preços dos derivados de petróleo, os empresários reivindicam reajustes em suas tarifas, sendo prontamente atendidos pelo governo municipal, mas os movimentos comunitários estão aí para coibir estes abusos que são cometidos pelos poderosos empresários campinenses.

O velho versus novo sistema de transportes urbanos

O transporte coletivo urbano constitui ainda hoje um dos maiores problemas das cidades de porte médio e grande no mundo inteiro. A maioria dos cidadãos é classe média baixa e classe inferior, sem condições de possuir seu automóvel, e seu deslocamento ao trabalho é feito através de transportes urbanos públicos e/ou a pé. Os transportes urbanos fazem seus gastos cotidianos de conservação e reprodução de sua frota, portanto, reajustam suas tarifas pela inflação, porém, seus usuários não têm seus salários reajustados da mesma maneira. Nesta ótica, começa a luta constante entre os usuários e os proprietários que não suportam pagar tarifas acima de suas possibilidades.

O antigo sistema de transportes coletivos urbanos era convergente ao centro, isto é, partia-se dos bairros e o terminal ficava no centro da cidade. Este sistema atendia perfeitamente bem aos usuários dos bairros, só que, certos momentos, havia redução da frota de veículos por ordem dos seus proprietários, com a finalidade de adquirirem reajustes nas passagens urbanas e começa o conflito entre a comunidade usuária e os motoristas e cobradores que não entendiam a jogada dos donos dos ônibus. Um outro fator que irritava a comunidade, eram as horas de *rush*, ou de pique, pois os ônibus eram poucos para uma demanda excessiva e aí, novamente, geravam-se conflitos, mas o sistema servia satisfatoriamente.

Por motivos que não se conhecem direito, as autoridades municipais resolvem implantar um novo sistema de atendimento

viário à comunidade campinense. O projeto foi feito nos gabinetes do senhor Secretário de Serviços Urbanos - SSU, apresentado à União Campinense das Equipes Sociais - UCES e em seguida aos senhores Vereadores que fizeram algumas restrições, mas foi aprovado. Este sistema de transportes coletivos urbanos era em caráter experimental, porém, está até hoje e não adiantam as reclamações das Sociedades de Amigos de Bairros, ou qualquer outra Entidade de base do município; o que vingou mesmo, foi o projeto do governo municipal que ainda perdura.

O novo sistema de transportes coletivos urbanos tem trajetórias totalmente diferentes das antigas. O sistema viário implantado aqui no Município faz parte de um plano imposto pelo GEIPOT que faz a seguinte linha: Norte/Sul, Radial, Leste/Oeste, Transversal, e Circular. Este sistema provocou grande tumulto no Município, tendo em vista os roteiros diferentes que estes transportes estavam tomando, sem um atendimento mais eficiente à comunidade. Foi previsto um sistema rotativo dos ônibus pelos bairros do Município, com paradas determinadas e no centro da cidade haveria somente embarques e desembarques num curto espaço de tempo, porém, isto não acontece e os ônibus voltam a demorar no centro da cidade.

O sistema vigente tornou o problema mais complicado, pois fica mais caro aos proprietários o sistema de hoje do que o antigo, visto que o percurso é mais longo, sem contar as voltas que os ônibus dão para atender à rota estipulada pela Prefeitura, mas os empresários não entenderam o esquema traçado pela Prefeitura, concedendo um reajuste maior aos transportes urbanos, sem considerar que relativamente os custos aumentaram mais que proporcionalmente. Os empresários não notaram, porque os seus lucros são excessivos a tal ponto que esse aumento de custos não influi significativamente em suas receitas, porém, quem mais sofreu foi o pobre trabalhador que ganha abaixo do salário mínimo e tira de sua sobrevivência para chegar até seu trabalho.

O cálculo da tarifa

Existe uma complexidade muito grande quanto ao cálculo da tarifa dos transportes coletivos urbanos e uma facilidade excessiva no manuseamento desses cálculos em favor dos empresários desse tipo de transporte. Inicia-se pelo autor desse método de como se chegar ao preço de uma passagem de ônibus urbanos. Sabe-se de antemão que foi uma Comissão de membros de secretarias de serviços urbanos de todo o Brasil, que em reunião em Natal (R. G. do Norte), propôs este método que esconde a realidade das receitas dos empresários e demonstra que estas empresas geram custos e devem ser repassados ao usuário.

Na verdade, para se chegar ao cálculo final da tarifa, deve-se passar pelos seguintes pontos: ter bastante conhecimento dos requisitos básicos para o cálculo, isto quer dizer, reúne todos os insumos para a base do cálculo; um segundo item diz respeito aos passageiros transportados ou o número equivalente de passageiros; um terceiro versa sobre a quilometragem percorrida ou o percurso médio mensal de toda a frota; no quarto item, calculam-se os custos fixos e variáveis e, por fim, tem-se o cálculo final da tarifa a ser paga pelo usuário. Neste cálculo existem uns pesos cuja origem, não se sabe; entretanto, que eles servem para aumentar o preço das passagens urbanas.

Depois de colhidos estes dados, colocados nestas fórmulas mágicas da secretaria, chega-se finalmente, à tarifa a que adicionados 25% de lucros, tem-se um preço final e irredutível. Dentro desta fórmula existem algumas exigências que não são cumpridas, pois os ônibus devem ser novos, ou semi novos, os passageiros devem ter certa comodidade, os ônibus devem parar nas paradas certas e nada disto acontece e se o usuário for reclamar os seus direitos, muitas vezes apanha do cobrador ou do motorista. A partir destes cálculos, a secretaria pode manuseá-los como bem entende e deseja, ao se pegarem os dados e se colocar na tabela indicada para o cálculo não se chega ao verdadeiro índice

encontrado pelos técnicos da secretaria, pois eles têm modificado os pesos existentes no cálculo.

Além deste tratamento próprio que têm os técnicos da secretaria em fabricar as tarifas dos transportes coletivos urbanos, existem alguns artifícios que não deveriam participar do cálculo, visto que não constituem custos para a empresa, pois os empresários não pagam o seguro obrigatório do veículo e as despesas com a taxa rodoviária única, não são pagas pelo proprietário, porque eles só pagam a primeira parcela e o resto faz de contas que pagou e não sofre nenhuma penalidade. Além desse jogo de cintura, existe um mais grave, que é aquele onde o empresário assina a carteira do empregado com o salário mínimo e só paga abaixo desse total.

Diante tudo isto, verifica-se que o único que sai perdendo é o trabalhador das indústrias e até mesmo os funcionários públicos que não têm tempo para exigir os seus direitos. Claramente se calculam os lucros excessivos desse setor. O que se sabe é que, todos acham que este meio empresarial não proporciona lucros, mas ninguém quer deixar este ramo de atividade. O que se acrescenta, é que, os empresários dos transportes urbanos estão cada vez mais ricos, com grandes postos de gasolina, ampliação de sua frota de coletivos, que ficam na garagem e sua conta bancária cada vez mais surpreendente. O fato é que o capital sempre suplantou a mão-de-obra e mão-de-obra nunca foi concorrente para o capital.

Os movimentos comunitários na cidade

O surgimento das organizações comunitárias foi exatamente no ano de 1958, pelas necessidades da escola de serviço social e de lá para cá, têm proliferado de maneira expressiva. Essa multiplicação tem uma justificativa muito simples; é que os governos que passam por este Município procuram a qualquer custo manter uma estrutura sempre constante de dominação sobre os movimentos comunitários no intuito de reservarem sem muitas dificuldades seu curral eleitoral e isto é um fato patente,

especificamente aqui em Campina Grande, pois o governo atual foi quem mais congregou associações de bairro sob seu domínio.

Os movimentos comunitários deveriam estar sempre montados em um tripé de armação próprio de um trabalho participativo e coerente. Esse tripé de armação deve ser composto das seguintes variáveis: conscientização, mobilização e organização, pois, primeiro, deve-se formar uma estrutura de consciência, deve mostrar e se aprender os seus deveres e obrigações e deve-se estar bem clara na mente de cada comunitário qual é a sua luta e o seu objetivo. O que se nota cotidianamente são associações sendo formadas por conveniência de pretensa liderança que busca a congregação de votos para as próximas campanhas e nunca um trabalho pelo povo.

Especificamente, no caso dos transportes coletivos urbanos, os movimentos comunitários não tomam nenhuma decisão de luta contra esses aumentos excessivos e abusivos que a Prefeitura determina logo que se reajusta a gasolina ou derivados de petróleo. Onde que se precisa não é ratificar os cálculos feitos nos gabinetes de senhor Secretário e proclamar de público que o Prefeito está com a razão, não. O que se precisa é tomar decisões coerentes e sinceras, visto que o trabalho comunitário deve ser independente e coerente com as decisões dos bairros após discussões prévias sobre os reajustes que são feitos e o pobre trabalhador das indústrias e dos serviços públicos não pode pagar.

O que se vê hoje em dia são os preços dos transportes coletivos urbanos cada vez mais subindo e não se procura uma maneira de conter esses reajustes astronômicos. O fato dos reajustes serem para cobrir as perdas dos empresários é uma balela, pois se sabe que os lucros dos coletivos urbanos são incomensuráveis. Se existem perdas, por que esses empresários não mudam de atividade? Por que eles não criam um sistema de custos na sua empresa para mostrar a real situação de sua atividade? O fato é que os super lucros são bons e ter mais é melhor. Não se precisa ser conhecedor de custos para saber que o sistema de transportes coletivos urbanos dá lucros e bastante altos.

Campina Grande precisa é de seriedade e não se deixar enganar por movimentos que se dizem de apoio às comunidades, mas na verdade não fazem nada pelo sofrido trabalhador. A verdade é que não existe conscientização no povo dos bairros, a ponto de participar de sua SAB e desmascarar essas pretensas lideranças que não passam de empregados do Município a serviço do senhor Prefeito municipal. A conscientização começa em casa e não em passeios em outros Estados, fazendo turismo. A conscientização é um trabalho de porta-em-porta na luta pela participação e esclarecimento e não discursos evasivos sem nenhum conteúdo pragmático em prol da classe comunitária. Portanto, precisa-se arrumar a casa e depois mostrar suas experiências aos necessitados de fora de sua comunidade, pois dois cegos-mudos não fazem nada mais do que bater um no outro.

Considerações finais

Pelo exposto até o momento, podem-se tirar algumas conclusões de muita importância para uma correta política de transportes coletivos urbanos para o Município de Campina Grande. Numa primeira instância, vê-se claramente que o novo sistema de transportes coletivos urbanos não foi implantado depois de uma discussão prévia com toda a comunidade campinense, pois o que se deveria ter feito seria averiguar se o sistema velho estava servindo ou não ao povo; isto não foi feito e a comunidade só veio a saber deste novo sistema de transportes coletivos urbanos, quando a televisão anunciou a implantação desse grande trabalho da prefeitura.

Um segundo ponto de bastante significado para as decisões para a implantação de novas tarifas das passagens dos transportes coletivos urbanos, seria a obrigação de todas as empresas terem um sistema de custos implantado, pois nesta ótica, ter-se-ia um correto levantamento das despesas efetivadas pelos empresários e poder-se então determinar um preço justo ou quase justo aos transportes

públicos urbanos. Da maneira como vem sendo calculada essa tarifa, o único perdedor é o trabalhador urbano que toma diversos transportes ao dia, mesmo sem condições de fazer tal pagamento. Sendo assim, o salário, que já é mingüado, não tem condições de proporcionar uma vida melhor a si e a sua família.

Pelo exposto, pergunta-se: onde andam os movimentos comunitários que reivindicam melhorias para a comunidade e esta mesma população continua sacrificada cada vez mais, sem que os movimentos dos bairros digam uma só palavra de apoio a seus filhos, tendo em vista que muito se reivindicou um preço justo para os transportes públicos urbanos e nunca se foi ouvido, deve-se partir para uma decisão prática e certamente, as autoridades ficarão atentas aos movimentos comunitários que se imagina que lutam pelos direitos dos cidadãos do Município. Decisão mais louvável seria uma greve geral da população aos transportes coletivos urbanos, a ponto de ninguém tomar ônibus nos seus traslados. Iria a pé, ou pegaria carona com quem de boa vontade cedesse.

Agindo assim, alguém saberá que o povo existe e não o tratará como indigente, pedinte das praças públicas. Nesta greve, far-se-ão piquetes nos pontos dos ônibus para que ninguém fure esse trabalho sério e que é preciso. Uma medida extrema, mas na medida do possível, ninguém fosse trabalhar para forçar uma discussão entre os comerciantes, industriais e banqueiros que são os prejudicados neste processo. Uma recuada na demanda por transportes coletivos urbanos forçaria uma queda nos lucros das empresas e eles voltariam a pensar nos seus tipos de reajuste praticado, que só atrapalha a vida do trabalhador que não possui automóveis. Pena que os movimentos comunitários não são sérios, a única coisa que fazem é pedir dinheiro nas lojas e aos amigos mais íntimos para seus dirigentes fazerem turismo no Sudeste do país.

TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS EM CAMPINA GRANDE: UMA ANARQUIA DEMOCRÁTICA

A inflação é o resultado de alguns desequilíbrios entre o sistema produtivo e as necessidades da população. Especificamente, a inflação é o excesso de demanda agregada sobre a oferta agregada, vista por todos os aspectos. De modo mais simples, a inflação é a alta no nível geral de preços. Constata-se a inflação, quando se vai à feira e vê todos os preços maiores do que os da semana passada, por exemplo: o preço da carne que era, suponhamos, de 3.200,00 (três mil e duzentos cruzeiros) na semana passada, hoje é de 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros); o preço do feijão, que era de 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), hoje está a um preço de 2.000,00 (dois mil cruzeiros); enfim todos os preços em alta, diz-se que se está com inflação. A inflação pode ser moderada ou hiper inflacionada, como acontece com alguns países de inflação galopante como o caso do Brasil, Argentina, México, etc.,.

Sabe-se, entretanto, que as causas da inflação não estão montadas exclusivamente no excesso de demanda agregada sobre a oferta agregada, mas sim no poder oligopolístico que o empresariado exerce sobre a população consumidora do país. Constata-se que não existe falta de produção para que o preço aumente tão assiduamente, o que existe é que, os empresários dos supermercados, ou os intermediários estocam sua produção na espera de um bom preço (especulação) e, nestas condições, realmente os preços têm que subir para atender os reclamos dos intermediários especuladores que ficam de expectativa em expectativa, querendo se enriquecer às custas dos consumidores de bens necessários. Pois, como se sabe, quanto mais pobre for a população maiores serão os gastos em consumo, isto implica maiores acumulações de receitas para o empresário em detrimento da pobreza.

Diante disto, a inflação é um pretexto para tudo: aumentos constantes nos preços dos supermercados, para não dizer diariamente; aumentos nos valores das ações das empresas privadas, das poupanças; aumentos nas tarifas dos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais; aumentos nos valores dos automóveis privados; enfim aumentos em tudo. A inflação hoje constitui a maior especulação que já existiu em todos os tempos. Qualquer aumento da gasolina ou derivado de petróleo, verificam-se logo aumentos generalizados e indiscriminados. Aqui em Campina Grande, o sindicato dos empresários dos transportes coletivos urbanos não pode ouvir falar em qualquer aumento, pois, no dia seguinte pede ao senhor Prefeito Municipal um reajuste para as tarifas dos transportes coletivos urbanos.

De posse do pedido dos empresários, o senhor Prefeito Municipal, convoca seus assessores para estudar o pedido desses proprietários. Esse grupo reúne-se emergencialmente para atualizar os cálculos, fazer as devidas operações e, em seguida, ratificar o pedido dos empresários, só com uma atenuante, é que procura-se um preço médio entre o preço anterior e o proposto e, então, o preço está "democraticamente" estabelecido. Todo mundo satisfeito. Alguns forjam insatisfação para ludibriarem a opinião pública de que saíram perdendo. Isto transcorre quase que mensalmente. E o que se nota é que as tarifas dos transportes coletivos urbanos municipais estão cada vez maiores, enquanto o poder aquisitivo do povo está cada vez mais declinante.

Estipulado o preço dos transportes coletivos urbanos, imediatamente o Presidente dos Sindicatos dos patrões vai à televisão e diz: "o senhor Prefeito municipal quer a falência das empresas dos transportes coletivos de Campina Grande". Coisa que não é verdade de ponto de vista nenhum, visto que nem o sr. Prefeito quer a falência das empresas de transportes coletivos do município, nem as empresas de transportes coletivos vão falir a esses preços cobrados. Não é preciso conhecer os lucros empresariais para saber que os empresários, mesmo assim, não querem abrir mão de sua concessão para um outro empresário

explorar o ramo ou a linha. O que se tem em mente, é que os empresários querem uma taxa maior de acumulação de seu capital, entretanto, sem abrir mão de algum sacrifício em prol da comunidade trabalhadora.

A luta por maiores lucros continua, mas querem-nos a taxas crescentes em detrimento do trabalhador de sua própria empresa, pagando-lhe um salário de miséria e fome. Vejam que qualquer aumento em derivados de petróleo, querem convertê-lo em aumento nas tarifas, porém, os salários de seus funcionários só são reajustados duas vezes ao ano e, ainda por cima, numa cifra de 80% do INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor). Esse salário de subsistência, ou de morte deve ser recebido com alegria pelos trabalhadores sem o direito de estrebucho, enquanto os patrões podem fazer greves (*lock out*), ou ameaças por maior poder de exploração da comunidade usuária dos transportes coletivos urbanos. A crise que o país atravessa deve ser compartilhada por todos e não somente pela maioria que já se encontra passando fome.

Da mesma maneira que os empresários estão unidos, o povo também está, de maneira embrionária, mas aos poucos está se conseguindo um espaço político no cenário nacional, estadual e municipal. As Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), os Sindicatos de Classe, as Entidades de Base, os Clubes de Mães, etc., constituem órgãos da comunidade que lutam pelos direitos de seu povo e estão sendo desrespeitados em sua plenitude. São os gritos de alerta dessa comunidade que tem feito as autoridades recuarem em alguns pontos importantes em política econômica em todos os níveis. Frente a esses gritos de alerta é que, em 01 de agosto de 1981, o governo municipal criou a famigerada "Comissão Tarifária", pois, vale salientar que essa Comissão só faz cálculos aritméticos.

A Comissão Tarifária tem membros de toda a comunidade civil desde o Prefeito Enivaldo Ribeiro, só que designado por Portaria municipal e nunca eleito pela vontade livre do povo. São componentes da Comissão Tarifária, um representante da Secretaria de Serviços Urbanos, um do Sindicato dos Metalúrgicos, dois do

Sindicato das empresas de passageiros, um da Associação Comercial, dois Vereadores, dois do Núcleo de transportes do CCT/UFPB, dois da UCES (União Campinense das Equipes Sociais). Essa Comissão continua até hoje, com mudanças em apenas algumas pessoas. Pelo menos a UCES não elegeu ninguém para se fazer representar nesta Comissão e quando foi feito, isto serviu de gozação pelos atuais membros que se diziam representantes do movimento comunitário desta cidade. Essa é a democracia que se prega em nome do povo. O poder manda e desmanda e o povo assina embaixo como subordinado ou subserviente.

Deixando os pormenores de lado, algumas vezes que se discutiram os aumentos das tarifas das passagens de transportes coletivos urbanos na UCES, pensava-se que se fossem discutir as questões políticas desse problema, entretanto, o emissário da Comissão Tarifária (indicado pelo Prefeito) que se dizia representante da comunidade, vinha com cálculos aritméticos procurando justificar e nunca procurar meios políticos de barganhar com o Sr. Prefeito uma maneira de conter esses aumentos abusivos. Pois, esse representante chegou a dizer abertamente que "não é justo que haja aumento no valor dos combustíveis e os empresários não tenham reajustados os preços das passagens dos transportes coletivos urbanos". É um absurdo que aconteça isso no meio de lideranças populares, que deve se procurar o melhor para o seu bairro e nunca uma defesa para aqueles que querem explorar a comunidade.

Não foi de público, mas um outro *leader* comunitário de uma Sociedade de Amigo de Bairro chegou a colocar reservadamente que "o empresário tem um capital de giro e não quer ver seu capital parado". Esta é mais uma postura que não condiz com uma representação de bairro, em que os comunitários depositam toda confiança na certeza de que terão seus direitos bem defendidos por tais *leaders*. Diante disto, surge uma pergunta: está-se lutando pelos interesses do povo ou do empresário? Num sistema aberto prevalece a negociação, pois cada um que use as suas armas

para tirar o melhor nos processos de barganha. Se o empresário não tem poder de convencimento para conseguir o melhor para si, o problema é dele e não do povo. O fato é que enquanto as lideranças comunitárias tiverem esse pensamento de justiça, não existirão jamais melhorias para as comunidades dos bairros.

Não se vê, em nenhum momento, os empresários lutarem por melhores condições de vida da classe trabalhadora, nem tão pouco pagarem um salário justo ao seu funcionalismo. O que se vê é uma exploração generalizada: os motoristas e cobradores trabalham mais de oito horas por dia, quer faça frio, quer faça sol, eles têm que estar de pé para fazer jus ao seu salário mingüado, que recebeu no final do mês. A luta contra o custo de vida é conjunta, mas só a população de baixa renda é que tenta barganhar preços mais acessíveis ao seu poder aquisitivo. Aqueles que têm alta renda não se comovem com a situação daqueles que têm renda inferior, ou nem renda têm. Eles só reagem, quando seus vencimentos são ameaçados de cortes, pondo em risco a sua situação ou classe social, mas nunca a classe empresarial brasileira lutou para uma melhor redistribuição de renda e a população de baixa renda ter uma vida mais condigna.

Não se deve negar que os pedidos dos empresários devem ter uma imediata solução positiva. Qualquer pedido da classe sobre reajuste de preços dos transportes coletivos urbanos deve ser concedido quando houver equivalente reajuste de salário da classe trabalhadora. Sendo assim, pratica-se uma equidade e reajusta-se o salário de acordo com o poder aquisitivo da demanda pelos serviços dos transportes coletivos urbanos. Dessa maneira, os reajustes de preços não causam inflação, mas estacionam-na, com tendência a fazer cair essa alta constante e persistente de preços que assola a economia brasileira. As autoridades devem reajustar preços, porém com um reajuste que não inflacione; no entanto, o que se vê é o contrário, o poder faz e desfaz em nome do povo e só o povo é quem sai perdendo, sem nunca poder gritar, porque o governo é democrático e popular, tremenda balela!

No caso específico dos transportes coletivos urbanos de Campina Grande, os reajustes são concedidos sempre, mas os carros continuam velhos, não existe segurança para o usuário, não existe educação nas paradas dos transportes coletivos, os motoristas e cobradores andam armados, tratando os usuários com violência e ignorância, depois das vinte e duas horas não há mais lotação para alguns bairros da cidade. Tudo isto transcorre devido ao poder monopolístico que ainda impera no sistema de transportes urbanos municipais, visto que praticamente cada bairro tem uma empresa ditando suas normas, como bem quer e entende. Com o novo sistema de transportes coletivos urbanos, a coisa melhorou, porém, em alguns bairros esses erros ainda perduram, porque não existe uma fiscalização efetiva, mas sim, um explorador da linha viária.

Não se pretende que se congelem as tarifas de transportes coletivos urbanos municipais. O que se quer, é que se tenha um sistema de transportes coletivos urbanos mais condigno para a população. O preço é uma consequência dos bons serviços prestados por esses transportes. Por isto, os carros devem estar em bons estados de conservação; deve existir mais segurança para os usuários; devem existir paradas corretas, tanto para quem toma o ônibus, como para quem o deixa; as esperas não devem ser tão demoradas como está acontecendo hoje; os carros não devem ser depreciados além das normas estabelecidas por lei; os ônibus devem ter no máximo dois anos de vida, etc.. Para que se tenha uma tarifa justa, deve ser estipulada por um espaço de tempo que acompanhe os reajustes dos salários dos trabalhadores, para não haver acumulação excessiva de capital.

Neste sentido, a democracia se faz com a participação de todos, onde o poder de barganha impera, deixando a população satisfeita. Não se pode fazer democracia nomeando pretensos "leaders" e dizendo que tais tarifas foram estabelecidas democraticamente. Pelo que se sabe, a UCES nunca foi ouvida para designar um representante para participar da Comissão Tarifária, nem com Enivaldo Ribeiro, nem tão pouco com Ronaldo da Cunha Lima. Com essas normas de portaria, indicando nomes, não

significa democracia e dizer que tais preços de coletivos urbanos foram estabelecidos democraticamente, isto quer dizer anarquia, que deixa o povo cada vez mais enganado quanto à participação de seus verdadeiros *leaders*, eleitos democraticamente por sua SAB.

Anarquia democrática significa usar o povo e não estar com ele. Anarquia democrática é dizer que foi criada uma Comissão Tarifária eleita democraticamente, mas suas lideranças não conhecem e não sabem o seu processo de escolha. Anarquia democrática é fazer discursos emotivos, com aparência de bonito, de apologias e romantismos, porém os problemas da sociedade ficam a terceiro plano e sem perspectivas de solução. Não se deve aceitar ditadura de nenhum lado, nem tão pouco ouvir conversas de enganadores que em nome do povo fazem tudo e não realizam nada. Deve-se lutar por lideranças que acatem e respeitem as reivindicações populares sem a espera de votos em tempos de eleição. Lute-se pela paz e espere-se que o consenso impere sem o sectarismo ditatorial das forças radicais que tanto exploram a humanidade.

Referência Bibliográfica

DO VAL, Fernando T. R. "Macro-economia: Estática e Dinâmica". São Paulo, Saraiva, 1982.

LITVACK, Branson. "Macro-economia". São Paulo, Editora Harbra, 1981.

SHAPIRO, Richard. "Macro-economia". Rio de Janeiro, ATLAS S/A, 1980.

"Portaria do Senhor Prefeito Municipal de Campina Grande", No 0736/08/81 Secretaria de Administração, Enivaldo Ribeiro.

"Portaria do Senhor Prefeito Municipal de Campina Grande", No 032-83, 03/02/83 - Secretaria de Administração, Ronaldo Cunha Lima.

FAVELAS: BOLSÕES DE MISÉRIA

O mundo inteiro tem presenciado um crescimento exacerbado de suas cidades e, em especial, das capitais dos Estados, de cada nação, tendo em vista ser onde fluem mais recursos distribuídos em empregos para todas qualificações. Isto ocorre porque o mundo, nestes últimos anos, tem crescido assustadoramente, com grandes concentrações nas capitais dos Estados e nas grandes cidades interioranas, porque os desejos pessoais foram incitados e todo mundo quis ter vida melhor. Frente a isto, inicia-se, de imediato, a busca de implementar as satisfações pessoais nos lugares mais promissores, contudo, sem as devidas qualificações de trabalho para as novas descobertas que se acabam de fazer. É desta forma que surge a inchação das cidades e implementa-se uma situação sem controle pelas autoridades maiores em dar condições de vida para os novos inquilinos que buscam a sobrevivência sobre todas as coisas e é neste clima que surgem as favelas.

O problema das favelas está ligado com os superpovoamentos e, em especial, a migração campo/cidade. A história carrega em seus ombros uma lista vasta de exemplos riquíssimos de aprendizado e sofrimento. Na época de Sir Thomas Robert MALTHUS (1798), a superpopulação constituía um problema de uma gravidade assustadora. Basta ler o seu livro sobre população que vai se encontrar a preocupação e a terapia recomendada para tal problema. MALTHUS (1792) fez um extenso estudo sobre a evolução da população de alguns países de sua época e constatou que havia uma desproporcionalidade entre o crescimento populacional e a produção que efetivamente estava sendo gerada. Isto geraria falta de produtos e, condicionado pelo poder oligopolístico, originaria as crises e, conseqüentemente, a miséria e a pobreza.

Quanto à relação produção versus população, MALTHUS (1792)¹² escreveu o seguinte: "Essa desigualdade natural dos dois poderes, da população e da produção da terra, e essa grande lei da nossa natureza que deve manter constantemente uniformes suas conseqüências constituem a grande dificuldade que a mim parece insuportável no caminho da perfectibilidade da sociedade. Todos os outros argumentos são de importância pequena e secundária em comparação com este. Não vejo nenhuma forma pela qual o homem possa escapar da influência desta lei que impregna toda natureza viva. Nenhuma igualdade fantasista, nenhuma norma agrária, no seu maior alcance, podem remover a sua pressão, mesmo por apenas um século". Foi com esta observação que MALTHUS (1792) concluiu que a população cresce numa progressão geométrica e a produção na aritmética.

Todavia, a questão da população não está única e exclusivamente em seu crescimento vegetativo, localiza-se também no processo migratório, próprio de todo ser vivo. A migração tem sanado problemas de determinada localidade, entretanto tem causado dificuldades muito mais sérias em outras, porque não tem conseguido os meios de subsistência necessários para a família do migrante. Estes problemas têm tomado o tempo dos cientistas que se preocupam com as conseqüências de uma superpopulação e propõem medidas até mesmo extremistas, para conter este crescimento desenfreado. Alguns países têm tomado medidas de castração do macho. Outros, em determinar o tamanho de sua família. E, finalmente, determina-se o uso de preventivos para que a população não cresça.

A migração é uma fuga da miséria do campo, pois, a ilusão de um salário mínimo constitui a esperança de uma vida menos ruim do que viver na exploração incessante dos latifúndios. A fuga do homem do campo para a cidade é mais uma frustração que brota e cresce. Esperançoso de uma vida melhor, depara com um mundo

¹² Robert Malthus. *Princípios de Economia Política e Ensaio sobre a População*. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 282.

totalmente adverso de seus ideais e começa a inchar a cidade. Ao chegar na cidade, onde vai morar? Não existe lugar. Caminha aos arrabaldes dos bairros e se junta aos pedintes que ali se encontram. É neste momento que se origina a favela. A favela é um conglomerado de casas pobres que abrigam os rejeitados da comunidade formal e os fugitivos do campo.

Com as favelas, a população aumenta incontrolavelmente. Sendo mais exato, a população pobre de uma maneira geral, não tem controle de sua prole e as famílias são numerosas. Mas, é nas favelas que, com essa população excessiva, os problemas são maiores, pois a falta de conscientização é completa. É nesta faixa populacional que a marginalização abunda em diversos aspectos, na prostituição, no roubo e na vadiagem. As famílias de renda inferior, quer sejam faveladas, ou não, são quem paga todas as anomalias de uma sociedade injusta e exploradora do suor alheio. Não se venha dizer que a favela é uma terapia natural. Pode-se afirmar, isto, sim, que a favela é um resultado do capital monopolístico de um mundo selvagem.

Foi neste sentido que Thomas Robert MALTHUS (1798) mergulhou no seio das comunidades pobres e ricas, no sentido de encontrar solução para a pobreza que se avolumava e a riqueza que se afunilava absurdamente. Não só MALTHUS, mas os teóricos da população gritaram, alto e bom som, que se teria que fazer algo em prol deste mundo que caminhava de maneira desigual e explosivo. Nesta situação, os métodos mais drásticos foram postos em prática, no intuito de, pelo menos, barrar aquela crescente população enfurecida. Estes métodos foram logo condenados pela humanidade, no entanto, não foram de todo rechaçados. Alguns países ainda utilizam tais métodos nefastos e horripilantes. Até que as multinacionais encontraram solução de laboratório para o controle da natalidade, tais como o diu, anticoncepcionais e muitos outros.

Mesmo com tais controles, a população cresceu e as condições de vida para este povo são inexpressivas. E qual é a solução? Eles próprios têm conseguido dar uma resposta a este tipo

de pergunta. Não satisfatória, é claro, mas, que assegura a sobrevivência. O povo pobre, ou favelado, é semi, ou analfabeto, pois, ao chegar na cidade, ou no tempo de trabalhar, a única saída é ser engraxate, vendedor de doces (quebra-queixos), vendedor de bombons e muitos outros produtos, como camelôs. E nisto, a família vai aumentando e as condições de vida cada vez mais ficando piores, no entanto, vão aumentando os favelados na periferia, sem se encontrar uma solução para tal caso, um, porque se adaptam àquela situação e, outra, porque os governos não ligam.

Aqui em Campina Grande, existem diversas favelas. As mais importantes são: Cachoeira, Pedregal, Jeremias e Vila dos Teimosos. Vale lembrar que dentro de bairros aparentemente nobres, existem pequenas favelas em forma de quartos para alugar. Entretanto, se se vai dar uma olhadela nestes ambientes, verificam-se numerosos cortiços (no conceito de Aluizio de AZEVEDO) dentro de um bairro de classe média. Nestas favelas, a situação é de miséria absoluta, tanto financeira, como educacional. Não se imagina que existem seres humanos vivendo naquele ambiente. É uma mistura inconfundível entre animais domésticos e seres humanos e, além do mais, a sujeira toma conta dos meninos que se lambuzam na terra suja.

Em uma pesquisa feita nestas favelas, constatou-se que a maioria das casas não tem privada. As necessidades individuais são feitas ao céu aberto e, vale salientar esses são locais em que as crianças brincam inocentemente. As casas são feitas de taipa, com as paredes sem nenhuma estrutura de segurança, muito popular. As coberturas destas casas, algumas poucas são de telhas, mas na sua maioria, elas são de pedaços de lata, de plástico e/ou de tábuas. Não existem escolas, pois a maioria dos habitantes é analfabeta, ou semi-analfabeta sem nenhuma preocupação em educar seus filhos. Neste modo de vida, eles se alimentam um dia, três não, porque, ou o marido está desempregado, ou o que ganha é pouco demais.

Revela-se na pesquisa, que essas favelas foram formadas, em sua maioria, por invasões, constituindo-se, entretanto, imóveis próprios. Existem casos de imóveis alugados, mas os donos

originais também foram invasores de tais propriedades, ou foram induzidos por alguém a invadir, para em seguida se apossar. As casas são pequenas, em sua maioria com um quarto e não têm cozinha, com os trabalhos de higiene feitos no quintal. A maioria destes imóveis não tem banheiro e nem privada, caracterizando-se 68.1% no primeiro caso e 68.6% no segundo. Observa-se também, na pesquisa, que a maioria dos habitantes dessas favelas tem uma renda muito aquém do salário mínimo, com uma maioria que não tem grau de instrução nenhuma e a miséria caminha abertamente.

Contudo, foi com o crescimento das cidades que surgiram as favelas e com elas acompanharam a pobreza absoluta, a somar-se com as já existentes, pois, agregadamente, dão o suporte necessário para sustentar o poderio do capitalismo monopolista dos dias de hoje. A formação das favelas, ou das populações pobres, contribuiu para aquilo que Karl MARX (1867) denominou de exército industrial de reservas, para criar uma mão-de-obra excedente e, desta forma, gerar uma competição inter trabalhadores e conseguir explorar os serviços humanos a um preço de miséria. E isto aconteceu facilmente, com a "Revolução Industrial" no século XVIII, que fez surgir o desemprego tecnológico. O processo de concentração industrial foi rápido e os monopólios tomaram conta do mundo capitalista de hoje; conseqüentemente, pobreza em massa dos tempos hodiernos.

A pobreza está aí, em todas as partes do mundo, especificamente no mundo capitalista, devido à individualidade que existe nos poderosos industriais, que buscam, sem cessar, o famigerado lucro monopolista. E qual é a solução? É difícil de se ter uma solução de curto, ou de médio prazos, mas, não é impossível, só basta que a comunidade em geral, una-se na busca de solução integrada e consciente, porque do contrário, nunca se teria erradicado tal calamidade. A solução é partir para demolir as raízes do capitalismo que busca excessivamente o lucro e ter uma economia sem dono e sem patrão. A economia só funcionará de maneira eqüitativa, se as decisões de política partirem da comunidade e não de uma pessoa que decida isoladamente.

BOQUEIRÃO: HISTÓRIA E VIDA

Boqueirão é uma cidade do interior paraibano, distante da capital, João Pessoa, 161 Km, com uma altitude de 378 metros acima do nível do mar. Foi fundada por volta de 1670, por Antonio de Oliveira Lêdo, admitido por muitos, como irmão de Pascásio de Oliveira Lêdo e Custódio de Oliveira Lêdo, bandeirantes, emigrantes da Bahia. Arraial de fundação da cidade, pouco tempo depois serviu como ponto referencial para aqueles que procuravam passagens para explorar os sertões da Paraíba.

Boqueirão teve origem de um grande corte que o rio Paraíba fez na serra de Cornoio. Desde estes tempos, tornou-se célebre a famosa missa de Natal nesta cidade, pelo fato de arrastar centenas de pessoas para essa liturgia. Conta-se que nesta época, uma média de 300 Km eram percorridos por gentes vindas do Piranhas e Piancó. Era a fé cristã batendo os corações nordestinos na busca de conforto para a vida e encontro com Deus, sem esquecer também que o espírito festivo impera naqueles que demandam diversão.

A independência da cidade, no seu aspecto administrativo, ocorreu em 1959, pela Lei n. 2.078 de 30 de abril, desmembrando-se da vizinha cidade de Cabaceiras e ficando formada por 5 distritos, quais sejam: Sede, Alcantil, Bodocongó, Caturité e Riacho Santo Antonio. A cidade de Cabaceiras serviu apenas como limite para o município de Boqueirão, que estava adquirindo sua emancipação administrativa, conseqüentemente, uma vida própria para alocar ao seu bel prazer seus recursos.

Na classificação das micro-regiões, esta cidade encontra-se na micro-região dos cariris velhos, limitando-se por Cabaceiras a 22 Km, Barra de São Miguel a 26 Km, Taquaretinga do Norte a 35 Km, já em Pernambuco, Umbuzeiros a 38 Km, Campina Grande a 38 Km e Aroeiras a 64 Km. O seu comércio é normalmente feito em Campina Grande, entretanto, a maioria de seus produtos, que são

exportados, vão para essa cidade, devido a sua demanda precisar destes produtos, que atendem muito bem àqueles que necessitam.

Boqueirão cobre uma área de 1.257 Km², numa colocação de 3º maior Município do Estado, em extensão territorial na Paraíba. Em termos de clima, verifica-se o quente e seco, com máxima de 37° e mínima de 16°. O mês de março é o começo do inverno, que termina em julho de cada ano. Isto impulsionando uma economia de subsistência, no cultivo de uma agricultura rasteira e até uma atividade de pesca, que é a salvação daqueles que não tem condições de sobrevivência em outros lugares.

Em se falando de seu aspecto geográfico, salienta-se o açude Epitácio Pessoa, com capacidade de 543 milhões de metros cúbicos de água, abastecendo a cidade de Campina Grande, Queimadas e a Séde. Destacam-se também, os açudes de Santo Antonio e Bodocongó. Quanto a riachos, existem o Santo Antonio da Cruz, o Relva, o Irapuã, a Ramada e o Bom Jesus. Em termos de acidentes geográficos, as serras de Caturité com 900 metros de altitude, a Cornoio com 800 metros, Bonita e Inácio Pereira, pertencentes ao conjunto da serra da Borborema.

Quanto a recursos naturais, ainda que em pouca escala, existem a vegetação e a mineração. Como se pode notar, a vegetação está montada em pouca madeira de lei e, na mineração, a pedra calcária. Cabe assinalar que, no reino animal, o mais conhecido é o tatu. A população, em sua maioria, vive da agricultura, da pesca e pobre comércio varejista. No campo são produzidos tomates, milho, algodão e sisal, além da principal fonte de renda, oriunda da pecuária. Na indústria existem no município 5 fábricas de laticínios e 20 de redes artesanais, todas pequenas, com poucos empregados e com alto risco de falência.

No aspecto demográfico, constata-se que, em 1960, a população do município era de 19.600 habitantes, com uma densidade demográfica de 15,99 hab/Km². Para o ano de 1970 a densidade demográfica era de 20,92 hab/Km². Do total da população 12.903 eram do sexo masculino e 13.404 do sexo feminino. Entretanto, na zona rural, viviam em 1970, 21.721

habitantes. Já em 1980 a população municipal era de 30.624 habitantes, sendo 14.874 do sexo masculino e 15.874 do sexo feminino. A densidade demográfica era de 24,36 hab/km². No total da população houve um crescimento apreciável no seu contingente, em todo o território municipal.

Em termos de educação, o município está bem servido, com colégios de 1o e 2o graus, dirigindo seus alunos para uma carreira profissional consistente. São mais de 13 escolas do Estado e do Município, uma garantia de mais de 125 educandários. A cidade é bem assistida pelo MOBREAL, escola de datilografia e biblioteca pública municipal, com boa assistência aos estudantes da cidade e que tem interesse na cultura e conhecimentos para aqueles que querem progredir profissionalmente e intelectualmente.

No folclore da cidade, destacam-se as famigeradas vaquejadas com presença marcante de toda a vizinhança e até mesmo de pessoas vindas de outros Estados do Nordeste e do país. As danças folclóricas e as cantorias de violeiros também marcam frequência nas festas tradicionais do município. No açude Epitácio Pessoa muita gente transita com os passeios de barco, pescarias e outras atividades turísticas oferecidas. Não faltando a cerveja no hotel turístico, ao lado do açude e o famoso banho de bica criado à margem do mesmo.

Boqueirão ganhou o açude Epitácio Pessoa que trouxe muitos benefícios ao município, tanto em número de empregos na atividade da pesca, quanto no cultivo de cultura de subsistência. Isto mostra a importância da atuação do DNOCS na tentativa de atenuar os problemas da seca no interior e, em especial, nos cariris da Paraíba, com a criação e/ou perfuração de poços e a construção do açude como bons reservatórios d'água para irrigação, saneamento e alimentação dessa gente sofrida dos sertões nordestinos.

Inegavelmente, Boqueirão exerce uma importância fundamental na economia do Estado da Paraíba, tendo em vista que o açude Epitácio Pessoa acumula uma quantidade de água que beneficia uma vasta produção de produtos básicos como o tomate, o

milho, o feijão, etc.. Além do mais, o reservatório de água de Boqueirão exerce função especial na economia da circunvizinhança, como é o caso de Campina Grande, onde a economia campinense utiliza as águas do Eptácio Pessoa para suprir a atividade econômica industrial e, até mesmo, agrícola para se desenvolver.

Do mesmo modo como Campina Grande exerce uma função centralizadora no compartimento da Borborema, em termos de sua economia, do mesmo modo é Boqueirão, exercendo, até certo ponto, a divisão intermunicipal do trabalho, produzindo produtos específicos da região. A cidade tem sua importância fundamental no campo do lazer, aonde as cidades circunvizinhas acorrem constantemente para as festas que são promovidas nesta paróquia, quase todos os meses do ano. Assim foi Boqueirão de ontem e é Boqueirão de hoje.

Boqueirão tem importância hoje, quando relaciona a cidade com Campina Grande, em cujas fábricas só funcionam com a ajuda do açude de Boqueirão, o Eptácio Pessoa. Uma precipitação deste açude causará uma catástrofe incontrolável em Campina Grande, devido as suas indústrias em pleno funcionamento e também o próprio uso doméstico que será prejudicado. Nisto se vão os empregos que são oferecidos e a produção que é gerada.

Sem o Eptácio Pessoa, a economia social da Paraíba entra na "banca rota", considerando que Campina Grande é o principal motor da economia do Estado, devido à congregar quase toda população interiorana que ocorre em busca de emprego e de aplicação de seu capital. É neste sentido que se vê Boqueirão, como uma cidade de grande relevância para a vizinhança e, em especial, para Campina Grande, pelos motivos já citados de maneira geral. Uma coisa é importante nisto tudo, é que os governos Federal e Estadual deveriam participar mais deste município, para que houvesse maior dinamização de sua economia e, por tabela, estariam beneficiando também a região.

Muitos filhos ilustres de Boqueirão têm demonstrado a sua participação no desenvolvimento do Estado da Paraíba, ao se levar em conta que os seus colégios têm educado seus filhos, conduzindo-

os à universidade e a ambientes maiores da cultura nacional. Todavia, não se deve esquecer que esses homens e mulheres gerados neste torrão não têm deixado de lado sua terra-mãe, pelo contrário, tem retornado com os benefícios de que ela necessita. Coloca-se este fato, não pelo lado de que eles venham trabalhar nesta cidade, mas no sentido de que eles estão sempre prontos a servi-la em tudo de que ela necessita e isto é muito importante para uma cidade pobre que tem dado exemplo de educação e dedicação aos seus filhos.

AÇUDES: UMA VELHA IDÉIA

Numa noção histórica da formação de viabilidade econômica dos rios e açudes, no interior brasileiro e, em especial, nordestino, nota-se que, desde 1844, Felipe Guerra já escrevia sobre o modo de vida dos seres que habitavam no rio Piranhas, como se processava a pesca naquele tempo e previa que a solução contra as secas nada mais seria do que a construção de açudes, em todos os recantos perseguidos pelos males da falta d'água.

Foi em 1860 que o Marechal-de-Campo, Henrique de Beaurepaire, divulgou sua idéia sobre a estiagem no Nordeste, e objetivava minorar os efeitos devastadores da seca; disto extrai-se que os efeitos da falta d'água na região poderiam ser atenuados com a construção de açudes, que serviriam de viveiros a inúmeras espécies de peixes de água doce, o que seria um recurso importantíssimo para a população. Verifica-se que, nesta data, o Nordeste já era palco de muitas discussões e debates, contra as famigeradas secas que assolavam o sertão nordestino.

Assim, continuam os trabalhos para atenuar os problemas causadores do acabrunhamento da agricultura nordestina e a grande emigração constante dos nordestinos ao Centro-Sul do país à procura de melhoria de vida e à espera de um retorno aos bons tempos de seu sertão de homens fortes e trabalhadores. Mas, os estudiosos não pararam por aí, até que em 1932, o naturalista Rodolpho Von Ihering "orientou o início das pesquisas sobre os novos ambientes aquáticos, verdadeiros lagos artificiais". Isto foi mais uma maneira de tentar atenuar os problemas das secas nordestinas.

Todo o problema da seca foi pressuposto para criar açudes, para fixar o homem à terra e atenuar esse mal demolidor das plantações e da pecuária. A construção dos açudes não ficou só nisto, mas proporcionou outros elementos que beneficiaram essa gente sofrida e batalhadora pelo seu pão de cada dia. Quanto a isto,

o DNOCS chegou e implantou nos açudes nordestinos peixes de outros lugares para a criação de alimentos às comunidades pobres do interior e até mesmo servir como produto comercializável a toda a população do Nordeste e do Brasil.

Com a criação de açudes e implantação de peixes nas bacias nordestinas, começou-se o cultivo do pescado para autoconsumo das famílias pescadoras, empregando uma tecnologia tradicional e de fraca produtividade, passando os pescadores a viverem, num sistema de economia de auto-alimentação, como viviam os primitivos índios que já cultivavam a pesca muito fraca, de peixe de pouca variedade, bem como vivendo num sistema precaríssimo de trabalho e alimentação.

Aos poucos ia crescendo a população do pescado e o interesse pela pesca; não era só para saciar a fome, mas, também, uma maneira de satisfação pessoal, isto é, meio de lazer. É aí onde surge a idéia de um comércio explorador e deficiente, com o nascimento do intermediário, ou, atravessador, sugando o suor do pobre pescador e assaltando o bolso alheio, com preços muito além dos custos de produção e, até mesmo, os vividos no mercado.

Mesmo com este crescimento pequeno e desordenado, a tecnologia tinha muito a desejar, porque o processo de pesca nada mais era do que uma herança do sistema indígena de trabalho no ramo do pescado e, como tal, o processo de trabalho era precário, sem muita esperança de melhora tecnológica nesse campo. Isto despertou o interesse para estudos de adaptação de melhores tecnologias, até mesmo viabilização comercial em um mercado que estivesse num sistema moderno de comercialização.

Para os primitivos pescadores, a economia funcionava num sistema de economia de necessidade, isto é, produção para autoconsumo e o pouco excesso que havia entrava na troca de mercadoria por mercadoria, quase sem a intromissão da moeda, que na época era um fato desconhecido para a atividade comercial. Os pequenos progressos obtidos na produção do pescado têm procurado produzir o sistema de troca, para uma economia de mercado, onde este sistema incentiva algumas atuações dos

intermediários e deixa o produtor, no caso da pesca, mais inconsciente de suas atividades comerciais do dia-a-dia.

A estrutura do mercado de pesca do Nordeste comporta-se, até certo ponto, como um mercado que esteja em um sistema de perfeita competição, visto que a maneira de comprar e vender esse produto é a feira livre, com um preço determinado de acordo com as condições do momento. Isto depende claramente do grau de putrefação do produto, do poder aquisitivo do consumidor e, acima de tudo, da atuação da oferta dentro de um mercado aberto. Esta última variante revela a determinação do preço de mercado, pois, uma oferta excessiva força naturalmente, uma queda no preço e, conseqüentemente, uma baixa no nível de renda do consumidor.

O pescador nordestino é aquele homem que não tem outra opção de ganhar a vida, ou tem encontrado, neste sistema de trabalho, a maneira mais próxima e cômoda de sobrevivência, buscando nos leitos dos rios e na bacia dos açudes o seu consumo diário em alimentação e, nos poucos excessos, a precária maneira de sobrevivência. Por isto, passa bem distante de seus ideais, a ganância capitalista por altos lucros. Entretanto, a primeira pessoa que aparece para comprar seus produtos, com preços convidativos, não importa o teto, já é efetivado o seu comércio, e é nesta facilidade que entra o intermediário.

O intermediário atua em todo o Nordeste, desde o processo produtivo da agricultura até o ponto final da comercialização. A participação deste elemento entrava completamente o bom andamento da produção agrícola, pois, a sua atuação força o setor rural a viver sempre de baixa renda e deixar o mercado imperfeito. Os intermediários são também conhecidos como atravessadores, trabalhando com dupla exploração; de um lado, explorando os agricultores, em geral os trabalhadores do campo, de outro lado, explorando os consumidores de seus produtos. A exploração ao consumidor, verifica-se na margem excessiva do lucro imposta pelo revendedor e, ao produtor direto, pela dependência ao intermediário.

Neste contexto, verifica-se um esforço para explicação da realidade da produção e do mercado, pois, sabe-se que nenhum sistema econômico e político tem hoje seu funcionamento perfeito e que visa ao bem-estar da comunidade a que sirva. Em termos econômicos, constata-se em todos os recantos a sua constante imperfeição, todavia, os grupos capitalistas dominam a economia, com os diversos modos de conseguir sempre estar no ponto mais alto da pirâmide do desajustamento, dominação, ou poder.

Entretanto, tem-se uma economia de mercado justa, quando o preço fica determinado pelas forças competitivas, sem o uso de artifícios que busquem os consumidores para explorá-los, mas, sim, para dar bem-estar, como ser humano que fabrica o produto e deve conseguí-lo a um preço digno de obtenção pelo consumidor que o fabricou. Mesmo assim, a economia deveria estar num sistema perfeitamente competitivo, ou, pelo menos, num sistema menos explorador da humanidade para que as pessoas pudessem viver em plena satisfação.

Tudo isto se consegue, quando se tem um bem-estar de toda a comunidade, tanto produtora como consumidora de produtos nacionais. A criação de açudes nordestinos não tinha a finalidade de proporcionar pleno bem-estar à região nordestina, mas, sim, diminuir as calamidades do tempo de seca e levar aos agricultores melhores meios de irrigação e emprego ao homem do campo desempregado, quando atacado por esse mal.

Condições foram dadas aos administradores (governadores) dos Estados nordestinos, entretanto, esses recursos foram desviados para outros fins, deixando a situação nordestina continuar do mesmo jeito. Não se quer dizer que esses governos se apossaram desses recursos para fins pessoais, no entanto, é fácil constatar que foram feitos pequenos poços em algumas fazendas medianas e grandes barreiros em fazendas que interessavam ao poder político. O interessante nisto tudo, é que não houve e não há ainda uma orientação eficaz no uso da água dos açudes, mesmo os que já existem, sendo assim não há como se ter a situação das secas sanada na região.

Os açudes devem ser feitos em posições estratégicas para que o reservatório seja melhor distribuído na produção agrícola, na pecuária e no próprio uso doméstico da família. Vê-se que é importante perseguir este objetivo, isto é, o da perfuração de açudes, mas o mais importante é a utilização para que a sazonalidade climática não surta os efeitos que sempre tem trazido ao homem do campo. Têm-se exemplos e mais exemplos de regiões extremamente secas que tiveram sucesso com irrigações, não decorrentes de açudes, mas de algo semelhante que no fundo tem o mesmo objetivo, tornar produtivo o semi-árido.

ASSOCIAÇÃO DOS HORTIGRANJEIROS DO VALE DO CAMPINOTE

O sentido organizativo da sociedade em grupos está tomando conta do país, desde a formação das sociedades de amigos de bairros até associação de preservação da natureza, e isto vem ocorrendo em todo o Brasil, graças a um melhoramento no nível de conscientização da população. Os vinte anos de arbítrios fizeram com que a população brasileira não tivesse condições de participar, de reunir-se e de atuar frente às calamidades praticadas por governos ditadores do golpe de 1964. O tempo passou. Os partidos políticos de oposição e seus militantes empunharam as bandeiras da democracia e exigiram o direito de reunião, as liberdades democráticas e, acima de tudo, a queda do regime militar que tanto massacróu os ideais do povo brasileiro. Esta época foi a página negra da história bravia da terra de Tiradentes, de Duque de Caxias, de Frei Caneca e muitos outros que sucumbiram pela causa popular e nacional.

A questão do associativismo é muito séria e precisa de um trabalho de base bem feito, para que o processo de reivindicação tenha base sólida e respeito, frente às autoridades governamentais e privadas. Com a dinâmica do associativismo, tem-se conseguido bons resultados, frutos do nível de consciência de tal classe reivindicante e cada vez mais aumenta a formação de associações conscientes de seu papel, dentro da democracia que o país está implantando. Conseguiu-se, no transcorrer destes vinte e dois (22) anos, a abertura política do governo Figueiredo, a anistia aos presos políticos, a liberdade de imprensa, a queda do regime militar, e, aos poucos, implantar uma política econômica que não maltrate tanto a população brasileira. Verificam-se pequenos ganhos, todavia as mudanças não são feitas do dia para a noite. É preciso paciência, coragem e dedicação a esta luta que vem de eras e vai a séculos e séculos.

Para Albert MEISTER (1962), o associativismo moderno teve origem no ano de 1848, com o apogeu da "Revolução Industrial", na Inglaterra. Desta maneira, observa-se que as associações não surgiram por obra e graças do Espírito Santo, mas, ao contrário, estão atreladas, tanto em sua estrutura de funcionamento, como a uma antiga tradição, que caminha por vários séculos, que necessita se libertar e se adaptar aos objetivos das necessidades modernas. Algumas das antigas associações passaram pela "Revolução Industrial", com pouquíssima, ou nenhuma modificação e outras serviram de base para mudanças e logo foram ultrapassadas no tempo. O importante é que o processo de trabalho em conjunto com os amigos da mesma atividade é uma necessidade, visto que só o poder de uma congregação para modificar cultura, pode destronar ditadores, quando o povo não participa, e pode conseguir um desenvolvimento participativo e salutar.

Numa pequena digressão, verifica-se que, em Roma antiga, distinguiram-se três categorias de associações, isto há cinco séculos antes de Cristo. Primeira, os colegas "compitalícios" que participavam de uma congregação religiosa e que reuniam o povo plebeu e servil de Roma. Seu objetivo principal era a celebração de certas festas religiosas e a oportunidade da atividade era motivo de júbilos populares. Segunda, os sodalícios que são do tempo da República. Poderiam ser caracterizados como espécies de partidos políticos que preparavam candidatos para as eleições. E, terceira, uma única categoria de associações resistiu ao tempo, foram os famigerados colégios de artesãos, grupos marcados com características especificamente profissionais. Com isto, mostram-se as últimas instituições que sobreviveram, mediante a contribuição germânica, nas corporações da Idade Média da história.

Inegavelmente as associações modernas têm seus ideais pautados na filosofia da evolução da humanidade, desde a passagem da era paleolítica à neolítica e assim por diante. Hoje o associativismo é uma necessidade, como bem explica HARTWIG

(1823)¹³ *em todas associações, a causa é a mesma: a necessidade de socorros que se faz sentir entre os indivíduos; mas, tanto são os meios de satisfazê-la, como tanto são os graus de sua intensidade. Partindo deste ponto de vista, podemos dividir as associações, em três classes: a que supre a deficiência do Estado, no que se refere aos deveres para com a sociedade; a que tem por objetivo fazer resistência a uma opressão qualquer e a que propõe um objetivo independente de ação da autoridade. A guilda germânica desempenhou estes três papéis.*

Na realidade, o associativismo exerce a função de distração, de reivindicação e de conscientização política, pois, um trabalho conjunto da sociedade, que luta por uma equidade entre todos os seres humanos, não deve esquecer destes três parâmetros. Para Albert MEISTER (1962)¹⁴ *a associação compreende uma hierarquia com vários níveis de autoridade e ritos secretos. Cada sócio tem um nome fantasista, um totem. A mais popular instituição de aprendizes é a da Tour de France (giro em volta da França), onde os aprendizes encontravam, ao longo das estradas, pontos de parada, comumente conhecidos por albergues, onde eram acolhidos, havia também uma escola profissional e o aprendiz era recebido por um mestre da cidade.* Nisto se pode sentir a seriedade e a importância das associações ao longo da história.

Chegando a Campina Grande, verifica-se um trabalho muito interessante em prol dos movimentos comunitários, as associações que lutam por uma participação maior nos movimentos reivindicatórios, tanto das classes dos trabalhadores da indústria, como do comércio e da agricultura. Numa pequena listagem, podem-se enumerar os Sindicatos, as Associações de Bairros, a Associação das Micros e Pequenas Empresas da cidade, a Associação dos Economistas, o Conselho Comunitário de

¹³ Hartwig. *Untersuchungen über die erstendes gildewessens*. 1862, p. 155.

¹⁴ Albert Meister. *Quelques Aspect Méthodologiques de la Recherche dans les Associations Volontaires et les Groupes Cooperatifs*. Paris, BECC, *Sociologique dans les Associations Volontaires et le Groupes Cooperatifs*. Paris, BECC, 1962, p. 32.

Segurança e muitos outros órgãos associativistas que foram criados no Município. Recentemente foi criada a Associação dos Hortigranjeiros do Vale do Campinote, que objetiva participar dos movimentos reivindicatórios do Estado da Paraíba, como mais um instrumento de socorro contra os poderosos capitalistas e de apoio ao micro e pequeno produtor rural.

Por uma ótica mais específica, a Associação objetiva trabalhar por uma política de preços mais justa, criando mecanismos de eliminação dos intermediários para a obtenção de preços que cubram os custos envolvidos no processo produtivo. A Associação fará um levantamento do sistema de crédito dos bancos particulares e do governo, para verificar uma maneira de conseguir financiamentos bancários da maneira mais fácil possível, sem comprometer o pequeno capital do produtor. A Associação lutará pela abertura de um frigorífico que existe em suas proximidades, mas, que se encontra fechado por problemas políticos. Além do mais, trabalhará por central de abastecimento para conseguir os insumos e matérias-primas, a preço de custo e então obter lucros suficientes para melhorar sua produção.

Com o trabalho intensivo da Associação, o micro e pequeno produtor rural do Vale do Campinote terá condições de se desenvolver, com melhores tecnologias e produção para o mercado consumidor local e até mesmo de outras regiões do Estado da Paraíba. Observa-se que a maior parte da produção do Vale do Campinote é dirigida para a CEASA de Campina Grande, mas, não se paga os preços justos de que aquela atividade precisa. A abertura de mercados novos para os produtos gerados, com a nova visão de trabalho, fará com que sejam feitos projetos de custeio e de implantação de culturas que venham beneficiar os povoados que fazem parte do Vale. Com a Associação, o agricultor do Vale terá mais escolas para seus filhos, merenda escolar no campo e, acima de tudo, uma assistência médica condigna de um ser humano que vive na roça.

A Associação do Vale do Campinote, fundada em 25 de janeiro de 1987, está composta pelos seguintes povoados: Alvinho,

onde fica a sede, Almeida, Covão, Genipapo, Manguape, Retiro, Lagoa do Barro, Pai Domingo, Várzea Alegre e Campinote. No ato da fundação, compareceram à solenidade, 32 lideranças representativas de cada povoado e num processo de discussão e debate, o senhor Juvino Jacinto da Silva foi eleito o Presidente da Associação, com o compromisso de bem representar os anseios daquele povo. Sabe-se da importância daquela região para Campina Grande, pois uma alta porcentagem da produção de hortigranjeiros, advém daquele logradouro, tais como batatinha, batata doce, tomate, alface, coentro, banana, "serigüela", manga, etc. Com uma produção mais organizada, a circunvizinhança terá produtos mais baratos e melhores.

Dentro dos princípios levantados, espera-se que esse movimento tenha condições de se desenvolver homogeneamente e com a contribuição de todos os seus participantes. Somente um trabalho político sério é que dinamizará eficientemente os ganhos da categoria que deverão ser revertidos para o próprio ambiente de trabalho, isto é, ajudando ao processo produtivo de tal forma que haja um progresso para todos. A cooperação entre todos, a confraria reinante, é que elevará as condições de vida e de trabalho de qualquer comunidade que busque se desenvolver rapidamente. A competição em todos os níveis é que se formam os oligopólios, as oligarquias e, por conseqüência, as acumulações excessivas que criam os trustes e cartéis e isto é forma prejudicial para a economia.

Em síntese, somente o cooperativismo salvará os países que sofrem as dificuldades da miséria e da pobreza que convivem nas nações subdesenvolvidas. São as dificuldades que enfrentam os países pobres que causam as dependências aos países ricos, ou desenvolvidos, da atualidade. Isto porque o princípio de ganância tem se elastecido cada vez mais, pelo fato de que quem tem mais, quer mais e quem não tem, pouco se alimenta com o desejo de procurar tê-lo. Devem-se eliminar estes princípios, utilizando o pensamento da ajuda mútua, da confraria e da cooperação entre os trabalhadores e entre os produtores que desejam eficiência e

perseverança nos seus negócios que passam pela competição de qualquer gênero de atividade que se trabalha.

PEQUENA PRODUÇÃO DA PESCA: UMA COOPERATIVA

O açude Epitácio Pessoa foi criado e com ele surgiram empregos, bem como opções de sobrevivência para a classe de baixa renda da cidade de Boqueirão e circunvizinhanças. O número de empregados surgiu, não só com as pescarias no açude, mas também com a busca de produtos cultivados nos rios que passam neste município como por exemplo, o rio Bodocongó, o Paraíba e outros mais. Além das culturas existentes, começou-se o cultivo de novas plantações que estão criando nova pauta de comércio e condições de vida para o povo da cidade.

Com a criação do açude, proliferaram não só os profissionais da pesca, mas também os que têm a pescaria como um meio de lazer para os adeptos do esporte da pesca. Os profissionais da pesca faziam os seus trabalhos de qualquer modo, sem uma tecnologia para tal atividade em larga escala e sem um encaminhamento para um comércio, onde predominasse uma economia de mercado. Porém, com o intuito de proporcionar melhor tecnologia aos pescadores e viabilizar a comercialização desse produto, criou-se o módulo-pescado em Boqueirão, com total apoio dos pescadores e uma orientação constante no sistema organizacional dos profissionais na produção e comercialização de seu produto pescado.

O açude Epitácio Pessoa é um dos maiores açudes de água doce da Paraíba, contando com uma população de 258 famílias de pescadores ao seu redor, vivendo precariamente, com baixa renda. Em levantamentos feitos por técnicos da UFPB, junto aos açudes de Soledade, Coremas, Epitácio Pessoa e outros mais, verificou-se que deveria haver um apoio melhor aos trabalhos dessas comunidades, no sentido de melhorar o nível de renda dos pescadores, através de diversas alternativas de trabalho para esses trabalhadores e sua família, especialmente aquela que não trabalha. O apoio atingiria essa comunidade através de assistência escolar, médica, cursos

profissionalizantes e outros mais. Com esse intuito, foi criado o projeto módulo-pescado e localizado em Boqueirão, por ter a maior população de baixa renda em açudes de água doce da Paraíba.

O projeto módulo pescado está localizado no açude Epitácio Pessoa, na cidade de Boqueirão, Município interiorano, da Paraíba, vizinho a Campina Grande a uma distância de 38 Km, com acesso pela BR 104 e uma via estadual interceptada pela próxima cidade de Queimadas. Neste açude existem cadastrados pelo DNOCS 315 pescadores, porém, nem todos em atividade de comercialização junto ao módulo-pescado, devido à dependência existente do produtor ao intermediário.

O projeto módulo de pescado foi criado, entre outras coisas, com a finalidade de atenuar a participação dos intermediários na área aquática e proporcionar aos pescadores melhores condições de sobrevivência e de trabalho, isto é, elevar seu nível de renda familiar e conscientizá-los à formação de uma associação de classe que os faça mais conhecedores de sua atividade produtiva e menos explorados pelos atravessadores, ou intermediários da região, inclusive das cidades circunvizinhas.

A criação do projeto módulo de pescado teve início em fins de 1979 e começou em 1980, com um módulo provisório, pois, mesmo em condições precárias, demonstrou um trabalho viável e atendendo às metas propostas no projeto original, visto que se conseguiu um bom incremento na produção de peixes, uma regular alocação dos recursos dos pescadores (implementos) e uma queda brusca no número de atravessadores, reduzindo, assim, a grande participação de aproveitadores que detinham grande poder de monopólio.

Antes do projeto módulo de pescados, quando atuava a maior participação dos intermediários, verificava-se uma baixa produtividade dos pescadores, devido à falta de incentivos que existia na produção e aos baixos preços pagos pelos produtos que conseguiam. Isto leva os pescadores a desempenharem uma atividade de subsistência e nunca um trabalho de progresso e

desenvolvimento da comunidade, através de uma melhora no nível de renda daquele povo.

Vê-se, claramente, com dados colhidos "in loco" a posição dos intermediários e do módulo na compra dos peixes, pois, os preços pagos pelos intermediários, eram inferiores aos do módulo e isto se analisa pelo fato de que os peixes com menos de 1 quilo tinham os preços estipulados pelos intermediários em apenas Cr\$ 17,00, enquanto o módulo já valorizava em Cr\$ 25,00, isto em 1981. Por outro lado, os que tivessem mais de 1 quilo, o preço pago pelo intermediário era de Cr\$ 25,00, mas, o do módulo beneficiava o produtor com um preço de Cr\$ 28,00. Isto demonstrava o poder do módulo em tentar acabar os atravessadores dos produtos pescados no açude.

A implantação do módulo pretendia, além da melhoria de condições de vida dos pescadores, acabar com o monopólio dos intermediários, que ditam suas normas na compra e venda do pescado, pois, claramente, pela relação de preços, vê-se a posição desses monopolistas comerciantes. Mas, esse monopólio é, em sua maioria, constituído de pequenos comerciantes da redondeza, por isso, não tendo condições de competir com as regras ditadas pelo módulo de pescados, agora em atuação.

A capacidade de produção dos pescadores vem crescendo progressivamente, atingindo hoje (1981), uma média de 1.200 quilos de produtos aquáticos por dia, quando a produção anterior era de 750 quilos/dia, simplesmente pelo trabalho de base desenvolvido pelo módulo, através dos instrumentos de apoio. O camarão canela, denominado cientificamente de *macrobrachium amazonicus* por Heller 1862 é um crustáceo originário da bacia amazônica e colocado nos açudes da região nordestina em 1936, como espécie forrageira, onde se encontram boas condições de desenvolvimento, incrementando de modo progressivo sua participação na captura geral de peixes nos açudes. O camarão canela ocupou o segundo lugar, em volume de produção no período de 1972/76, com exceção unicamente do ano de 1974, onde obteve o terceiro lugar e 1973, quando se conseguiu o primeiro lugar.

A participação do DNOCS na construção de açudes no Nordeste é grande porém, em sua maioria, não existe um bom aproveitamento dos peixes desses açudes, devido ao frágil controle desse órgão e à falta de incentivos neste campo de trabalho. Quanto ao camarão canela, o seu potencial é bom e poderá ser melhor, se o esforço de pesca for incrementado e a comercialização encorajada em toda a região nordestina do país. A partir daí, ter-se-á um incremento no nível de renda das famílias envolvidas.

No Nordeste, os três açudes de maior importância econômica, em termos de reservatório e de produção de peixes, são o Orós (Ceará), o Araras (Ceará) e o Jucurici (Bahia), onde a participação do camarão foi muito significativa e isto se nota pelo seu tipo comercial que é constituído quase 100% dos camarões desses açudes. Com o tempo, constata-se que não só esses três são os maiores, mas, também, quem ganhou uma posição entre os maiores, foi o açude de Sobradinho (Bahía), devido a sua grande atuação em termos de produção e de capacidade de água.

A experiência de Boqueirão, na criação do módulo de pescado foi valiosa visto que procurou viabilizar a organização dos pescadores, seu processo produtivo e dar evasão à produção gerada nesse trabalho. Os trabalhos do módulo não transcorreram somente com os técnicos viabilizadores, mas, também com a participação efetiva dos pescadores em sua implantação. A participação e experiência dos pescadores foram muito importantes para o sucesso desse trabalho que não foi ditado, nem imposto, mas, discutido antecipadamente com a população trabalhadora deste açude e aos poucos implantado com a colaboração de todos os envolvidos. O processo de organização fez diminuir o número de intermediários, melhorar a qualidade de produção e viabilizar sua comercialização.

A Paraíba conta com diversos açudes de água doce e poderia muito bem implementar a atividade pesqueira, como forma de eliminar a pobreza do interior paraibano. O açude de Soledade, de Coremas, alguns outros existentes em Sousa, Cajazeiras, etc, podem muito bem implantar esse sistema de cooperativa que melhoraria o nível de renda daquela população. Uma boa orientação e condições

de trabalho, fariam melhorar a vida de muitos paraibanos, assim como existiria em abundância uma das maiores fontes de proteínas a um preço ao alcance de todos. O progresso é um melhoramento de condições de vida de uma população, mesmo que seja com indústrias tradicionais, utilizando os recursos locais. Foi desta maneira, que se criou a cooperativa no açude Epitácio Pessoa, em Boqueirão, indicando grande eficiência as cooperativas e que deve servir de exemplo para os outros açudes do interior nordestino.

Em síntese, os açudes de interior são de fundamental importância para a agricultura estadual e até nacional, devido a serem reservatórios de água que servem para implementar agricultura de subsistência na região. Com isto, não somente melhoraria a situação dos agricultores propriamente ditos, como também daria condições àqueles que vivem das coisas do campo e isto implicaria uma melhora das condições das cidades com a eliminação da formação das favelas. Pensa-se que é uma saída para os problemas calamitosos do povo do campo brasileiro e, em especial, do Nordeste e da Paraíba, que passa por dificuldades de fome e de miséria. Portanto, a política de açudagem é a solução para eliminar as dificuldades do homem do campo e deixá-lo no seu lugar de origem, trabalhando na agricultura com condições suficientes para sua manutenção e de sua família.

PEQUENA PRODUÇÃO: MÚLTIPLOS PROBLEMAS

Campina grande é uma cidade do interior paraibano distante da Capital, João Pessoa, 120 Km. Seu clima temperado com variação entre 22 a 32 graus centígrados. Atualmente conta com uma população de mais ou menos 300.000 habitantes e é a cidade que congrega ao seu polo comercial 52 cidades circunvizinhas. Sua atividade econômica principal é o comércio, sem menosprezar a significativa participação do setor manufatureiro, com indústrias de grande, médio, pequeno e micro porte. No setor educacional, são de suma importância duas universidades (UFPB e FURN/UEPB), diversos colégios, de primeiro e segundo graus, além de colégios profissionalizantes, tais como, o agrícola de Lagoa Seca, Colégio Redentorista, Técnico de Contabilidade e profissionalizantes de primeiro grau, como SENAI e SENAC.

A atividade econômica de Campina Grande pode ser caracterizada como formal e informal, isto acontece tanto no setor produtivo direto, ou indireto, como, por exemplo, no setor terciário (comércio e serviços). No setor secundário, encontram-se instaladas 729 empresas bem estruturadas e organizadas, com todos os seus direitos assegurados pelo Estado, isto é, são as empresas formais, ou, como são bastante conhecidas, as empresas protegidas. Nestas empresas estão empregados, mais ou menos, 36.450 trabalhadores, com todos os seus direitos garantidos e obedecendo a uma legislação de trabalho transcrita na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Porém, no setor informal, consta o resto da população que luta pela sobrevivência, não tem garantia do Estado e cuja tecnologia é rudimentar.

Dividindo-se a atividade econômica fabril, ou não, constata-se que elas podem ser: empresas de grande porte, empresas de médio porte, empresas de pequeno porte e empresas de pequeníssimo porte, ou as chamadas, micro-empresas. Nas épocas de crise as micro e as pequenas empresas, proliferam de modo

incontrolável, sendo, entretanto, o contingente maior da população economicamente ativa. Como se sabe, o terceiro mundo comporta significativamente o setor informal, tendo em vista que as crises são mais constantes e a tecnologia só chega a esses países com uma defasagem muito grande. O setor informal é caracterizado, no mais das vezes, como setor de atividade econômica familiar, com baixa tecnologia e com sistema de trabalho praticamente artesanal, que passa de pai para filho.

A pequena produção em Campina Grande é uma coisa impressionante, ela representa 64.88% da quantidade total das empresas formais instaladas no Município e se encontra instalada em todos os recantos da cidade. Tem-se pequena produção de móveis, de sapatos, de roupas, de picolé, de "din-din", de brinquedos infantis, de olaria, de produtos alimentares, de serigrafia, etc, bem como existem pequenas empresas de serviços que participam do processo de produção de maneira indireta. Dada a quantidade de pequenos produtores (inclusos os micros), pode-se estimar a participação desse setor no que diz respeito ao nível de emprego de mão-de-obra, bastante expressiva. Vale salientar que, os 64.88% que foram citados referem-se somente ao setor formal, o setor protegido.

O setor da pequena produção trabalha com baixa escala de fabricação e isto decorre da falta de apoio a uma melhor estruturação ao seu processo produtivo. A pequena produção vive num clima de ineficiência, tendo em vista as técnicas de produção não serem perceptíveis pelos trabalhadores deste setor, que têm pouca formação profissional escolar. O profissional da pequena produção, muitas vezes é um prático, pela própria exigência do setor, que precisa de maneira imediata de seu profissional e não espera que faça cursos para chegar mais hábil a sua profissão. O trabalhador da pequena produção começa como servente, depois passa a aprendiz, aprende o ofício e, em seguida, será profissional, muitas vezes, por pouco tempo, dada a rotatividade da mão-de-obra na empresa.

Daí surge um problema. Como contornar esta dificuldade da ineficiência? Como contornar a dificuldade da falta de trabalhadores especializados, com boa formação profissional? E como fazer com que os trabalhadores da pequena produção urbana não sejam massa de manobra da alta rotatividade empresarial? São esses os males prementes, questões que visualizam mais de perto o problema da ineficiência da atividade produtiva. Este primeiro problema deve ser resolvido com a aplicação de um método de trabalho que faça com que o profissional do setor produza mais com o menor custo, sem desperdícios e sem usar a tentativa. Para a segunda pergunta, é preciso que se criem cursos de especialização, para que os trabalhadores saiam do tradicionalismo. E, finalmente, a estabilidade do profissional, torna-o mais eficiente, criativo e aperfeiçoado.

A atividade dos pequenos produtores é intensiva em mão-de-obra e utiliza o mínimo possível de capital (máquinas), dadas as suas próprias condições de um empresário que tem um nível de renda baixo e a sua produção é praticamente efetivada de acordo com o número de pedidos que são feitos. A produção que vai ao mercado é a mínima possível, pois a espera de compradores pelos produtos desta atividade não oferece condições de sobrevivência a esse pequeno empresário e tão pouco aos trabalhadores desse setor produtivo. As condições de pagamento ao operário deste setor também são precárias, devido aos salários serem muito aquém dos pagos aos trabalhadores de empresa de porte médio e/ou grande. Neste contexto, a oferta de mão-de-obra a esse setor é reduzida ao mínimo possível.

A pequena produção é caracterizada por processos produtivos rudimentares e sem sofisticação, pois a tradição é o maior veículo de difusão tecnológica. Frente a isto, verifica-se que o trabalhador na pequena produção, não se especializa em uma determinada atividade, mas pratica 80% ou 100% das tarefas que a confecção de um determinado produto exige. A especialização que existe é a prática em fazer constantemente a mesma coisa, e faz eficientemente bem. Por isto, não existe na pequena produção a

conhecida divisão técnica do trabalho, e isto dificulta uma produção em escala maior, devido ao tempo que se gasta na produção de um produto ser suficientemente longo, quando se poderia, com o mesmo tempo, produzir uma quantidade bem maior de produtos, se cada pessoa executasse, cada uma, uma atividade de confecção de um produto.

Um outro ponto que se deve colocar é que a pequena produção trabalha com turnos excessivos, não existe um tempo onde o trabalhador do setor tenha uma delimitação de trabalho, que seja perfeitamente respeitado, inclusive, isto não é próprio só da pequena produção, a média e a grande também usam deste expediente, explorando o máximo que podem os trabalhadores. Sabe-se que o poder de exploração é difícil de ser eliminado, tendo em vista que se se eliminar a exploração pelo tempo de produção, fica a exploração pelo progresso tecnológico, ou ao contrário, entretanto, é inegável, o trabalhador sempre sai explorado pelos empresários que ganham altos lucros dentro do princípio da acumulação do capital. Isto ainda vai durar século e séculos.

Desta forma, o pequeno produtor, quer seja informal, ou não, caminha com as mais diversas dificuldades que uma economia pobre tem. Entretanto, o grande capital está usufruindo das externalidades que este pequeno produtor gera e é por isto que este setor existe e está montado numa estrutura que tem o apoio do grande capital. Hoje, o pequeno produtor é quem executa a atividade de produção, mesmo precária. O grande capital fornece alguns meios de produção, como o crédito interempresários, com as compras feitas para pagamentos em 30, 60, 90 e 120 dias, como forma de dependência, do pequeno capital produtivo, com o capital comercial e com o capital financeiro, se, em algumas vezes, se tem acesso ao crédito bancário, mas dentro de mil dificuldades impostas pelo sistema.

Em se observando o lado da comercialização, verifica-se que o mercado para o pequeno negócio é muito restrito, ou até mesmo, inexistente, tendo em vista que o grande capital se apossou eficientemente do mercado consumidor, através das diversas formas

que lhe são peculiares. Disto resulta que o pequeno produtor não tem muitas opções de vendas e o que lhe resta é se associar ao grande empresário escoando sua produção a grandes comerciantes já estabelecidos, que lhe pagam um preço muito aquém do de mercado. Esta associação ao grande capitalista, talvez não seja proposital, a própria circunstância da estrutura, comercial e produtiva, conduz a este tipo de dependência, talvez inconsciente. O grande empresário tem forte armas e as utiliza o mais eficiente possível.

Ao se estudar a pequena produção formal, ou informa, constata-se que o capitalismo internacional criou uma estrutura que desnorteou o real princípio de uma produção que tenha, o objetivo de servir à comunidade, não nos moldes comunistas, mas, na visão de uma classe que tenha consciência de sua função na sociedade. A pequena produção deve atuar dentro de uma estrutura independente, isto é, participar da atividade produtiva em comum acordo com os demais parceiros do setor e não visar, exclusivamente, à ambição de ser grande empresário, partindo para devorar os próprios companheiros de setor, ou de classe. Os pequenos empresários devem trabalhar em completa harmonia, determinando as suas porções de atuação, ajudando uns aos outros, para que todos sobrevivam.

Sabe-se que a dominação do grande capital aos pequenos empresários é evidente e aberta, mas isto não deve ser tomado como norma e aceito como um mal necessário, deve-se lutar para que, os pequenos sobrevivam, não sufocando uns aos outros, mas, trabalhando em plena harmonia, como diz um velho ditado: Viva e deixe os outros viverem. As cooperativas são um primeiro passo para que os pequenos convivam com o grande capital, entretanto é necessário que se acabem os princípios burgueses que existem nos pequenos produtores. É fundamental a ajuda mútua entre os produtores, ou vendedores de quaisquer produtos que fabriquem ou vendam para o que o lucro seja distribuído entre todos os participantes. Sem essa cooperação desses sobreviventes da ganância do capitalismo, jamais se conseguirá a manutenção de sua

própria existência, como agente participante da economia competitiva e desleal.

MERCADO INFORMAL: UMA PROPOSTA

O mercado de trabalho é onde se encontram pessoas que estão aptas a participar da atividade produtiva da economia e as que procuram esses trabalhadores potenciais para a manufatura das matérias-primas e, conjuntamente com o capital, gerarem um produto final. O emprego da mão-de-obra tem-se constituído um dos grandes problemas da atualidade, dentro de uma perspectiva nacional, estadual e até mesmo municipal. Constata-se esse problema, quando se abrem inscrições para concursos públicos, para as lojas comerciais, para os bancos privados, para o professorado do primeiro e segundo graus e diversas outras profissões. Isto é visto pelas grandes filas que se formam em frente à cada local de inscrição.

Emprega-se, nas diferentes atividades produtivas do país, mão-de-obra de diversas qualificações e especialidades. Nesta ótica, o mercado de trabalho, divide-se em formal e informal. Os trabalhadores do setor formal vivem num sistema de total garantia têm carteira assinada, pagam as suas obrigações legais e têm uma certa segurança, quanto ao futuro. Por outro lado, os trabalhadores informais vivem sem garantia, quanto aos seus vencimentos, não tem obrigações legais a pagar, vivem num clima de completa insegurança. É uma faixa da economia moldada por condicionamentos que combinam rusticidade, pequenez e formas engenhosas de produção. Exemplo são os vendedores ambulantes e aprendizes, auxiliares e muitos outros.

Nota-se ultimamente que os ofertadores de mão-de-obra existem numa percentagem muito maior do que a demanda, pode ser de maneira real, ou pode ser de maneira provocada, e isto conduz à grande diversificação que se apresenta nos salários e ordenados desses trabalhadores. Uma justificativa para tal fato é que os capitalistas, que vivem aparentemente da competição, procuram tirar proveitos da concorrência entre os trabalhadores,

forçando uma alta rotatividade no nível de emprego, já que o salário e os preços são inflexíveis para baixo, segundo a filosofia keynesiana e a única saída é partir para a renovação de sua força de trabalho, pagando um salário mais baixo.

Sabe-se que o índice de desempregados tem aumentado de maneira assustadora e as autoridades governamentais não têm procurado maneiras de suprir este problema, criando oportunidades de novos investimentos para o setor produtivo. O que a classe política tem feito é incentivar o subemprego e a desmoralização nos setores públicos da economia brasileira. O nível de escolaridade não mais serve para uma boa colocação no mercado de trabalho. Um bom curriculum foi substituído por um padrinho político de grande força. Nas universidades o que se ouve é que se quer terminar o curso superior para uma boa colocação no Estado, não importa como se consegue essa formatura.

Mas, dentro de uma realidade própria municipal, em Campina Grande, verifica-se uma situação que merece cuidado e preocupação, pois é grande o número de desempregados que bate às portas das fábricas e da residência do Prefeito municipal em busca de uma colocação no mercado de trabalho, a todo custo. Isto significa dizer que essa mão-de-obra flutuante e sem rumo não exige o cumprimento da lei, quanto ao seu salário, mas submete-se a trabalhar até abaixo do mínimo legal. Quer se negue, ou não, é o que acontece nas indústrias campinenses, especificamente, nas micros e pequenas, pois, do contrário, elas não sobreviveriam, devido a esses pequenos capitalistas não poderem acumular e ostentar sua vida burguesa.

Ao se caminhar pelos bairros da cidade, constata-se sapateiros, costureiros, mecânicos e muitos outros profissionais de casa-em-casa, perguntando se existe determinado serviço a fazer. Algumas vezes encontram, outras, não. A isto se chama biscate. Até certo ponto, deprimente para profissionais especializados. Existem duas hipóteses que justificam este mercado. A primeira diz respeito ao desemprego, pela própria vontade do trabalhador, isto é, profissionais que não se sujeitam ao trabalho, ao salário oferecido,

talvez o biscate seja melhor. E a segunda versa sobre o desemprego forçado pelo mercado, ou seja, o indivíduo procura emprego e não encontra de maneira nenhuma, resolve, entretanto, perambular em busca de sua sobrevivência.

No que diz respeito ao indivíduo estar desempregado, isto pode ser de maneira involuntária, ou voluntária, como já colocado anteriormente. Os economistas participantes da escola clássica diziam que "uma economia, mesmo estando em equilíbrio, poderia existir desemprego, mas desemprego voluntário". Isto acontece porque alguns indivíduos estão desempregados por livre e espontânea vontade. Entretanto, a escola keynesiana surgida na década de 1930, mostrou que o desemprego existe, mas, não de maneira voluntária e, sim, involuntária, isto é, os trabalhadores procuram emprego, mas, não se sujeitam ao nível de salários nominais pagos pelos empresários. Desta maneira, vai sempre existir um desemprego entre o pleno emprego da mão-de-obra e o nível de equilíbrio em que a economia se encontra no mercado de trabalho.

Aqui em Campina Grande, constata-se um número significativo de problemas no mercado informal, especificamente, pequenos empresários que lutam pela sobrevivência de seu negócio. Verifica-se que esse pequeno capitalista trabalha, na verdade, com o espírito de acumulação excessiva, porém, muitas vezes, atropela-se e são poucos os que chegam ao sucesso de um capitalista bem sucedido. Isto nada mais é do que a filosofia do capitalismo que sobrevive com a desorganização estrutural que persiste na estrutura geral dos negócios. Com esse pressuposto, em maximizar seus lucros, ou de maneira mais prática, de maximizar suas vendas, esses pequenos empresários, se não se unirem, num trabalho conjunto, jamais conseguirão sobreviver por muito tempo e a falência é inevitável.

Assim como no mercado de trabalho, o pequeno proprietário deve procurar uma maneira para fazer sobreviver este seu pequeno negócio. Uma das maneiras eficazes para este espírito de união é a criação de uma associação e, dentro de cada linha de produto, ou

ramo de atividade, conseguir-se-á a eficiência. Este trabalho consiste no seguinte: Um grupo de sapateiros, por exemplo, une-se e sob a gerência de um membro deste conjunto, estabelece-se uma linha de atividade, por exemplo: compra-se todo o material necessário à manufatura de tudo relativo ao calçado, usa-se o necessário e estoca-se o resto, a uma quantia suficiente a uma utilização por um longo período de tempo. Assim acontecendo, assegura-se um sucesso neste tipo de atividade, que serve de exemplo para os demais gêneros.

Para este tipo de trabalho, é preciso um nível de conscientização que elimine o espírito egoístico da maximização de lucros, ou, o que é a mesma coisa, a visão oligopolística que existe no mundo capitalista que só pensa em se converter em potência de alto poder comercial, ou mais especificamente, tornar-se um monopólio disfarçado. Os pequenos e micros negócios servem de apoio e fortalecimento aos grandes negócios. São o sustentáculo das grandes indústrias que existem. Por isso, esses monopolistas forçam uma concorrência nos micros e pequenos empresários a tal ponto que culmina com a falência de alguns e apenas a sobrevivência de outros, mas, nunca um soerguimento da classe, como um todo. Isto é uma alerta, no sentido de que só o associativismo consciente conduz ao sucesso dessa classe.

Entretanto, para o caso dos trabalhadores informais, a coisa caminha do mesmo jeito, é claro, com linha de ação diferente, devido à atividade ser outra que não os negócios produtivos, mas, a sua força de trabalho. É muito fácil de ver que um trabalho especializado não sobra muito facilmente, porque mesmo que os demandadores pelo trabalho não sejam suficientes à sua absorção, alternativas podem surgir para empregar essa mão-de-obra, agora desempregada. A criação de grupos de trabalho nos bairros, com ajuda da comunidade, pode implementar a atividade dos trabalhadores especializados e desempregados que existam. Esses movimentos de base, devem ter essa função, de dialogar com esse pessoal imprescindível à sociedade, ara que este método de ação seja eficaz.

Aqui no Município de Campina Grande, existem mais ou menos 30 SABs, alguns clubes de mães, clubes de jovens, diversos sindicatos de trabalhadores, associações de conjuntos habitacionais e muitas outras associações de base, que poderiam encampar essa idéia e dinamizar o setor informal e, até mesmo, o formal no que diz respeito ao mercado de trabalho e micros e pequenas empresas industriais e comerciais. Para tanto, é preciso um trabalho sério no que diz respeito a uma atividade participativa. Sem uma conscientização, bem clara, dos objetivos desse projeto, jamais se terão ganhos de escala na sua viabilização. Pois, é com a participação coletiva que se chegará a um nível de renda per capita que realmente espelhe o nível de vida da sociedade local.

Numa economia capitalista é comum a competição entre pequenos trabalhadores e quem sai perdendo são eles mesmos, pois a concorrência só beneficia os grandes capitalistas e nunca os pequenos, micros e médios. A luta pela participação na renda do consumidor é grande, no que diz respeito ao mercado de produtos. Os grandes capitalistas não procuram ajudar aqueles que lhes dão base e sustentáculos. Por isso, é preciso a união de todos nesta luta que não é unicamente dos desempregados e iniciantes no mercado de trabalho, mas de toda a sociedade, que precisa caminhar sempre ajustada todos participando da comunidade com dignidade e desejo de progresso em todos os sentidos que existem.

UM DEBATE SOBRE A REFORMA AGRARIA

O Brasil é um país muito extenso e precisa ser melhor distribuído com aqueles que querem realmente trabalhar no campo, ou propriamente produzir mercadorias de primeira necessidade. Observando as diversas experiências sobre a divisão da terra, ou o que se costuma chamar de reforma agrária, é que se tem tentado essa prática na nação brasileira. Verifica-se também que o país está dominado pelos latifundiários que muitas das vezes são improdutivo, isto significa dizer, grande quantidade de terra com objetivo de conseguir recursos governamentais, em altas somas, para outros fins que não o de trabalhar no campo. Com isto, é necessária uma reforma agrária para que a oferta possa satisfazer às necessidades do povo e deixar a economia suprida ao nível de contenção da inflação.

A Nova República assumiu a responsabilidade de decretar a Reforma Agrária no país. A questão agrária vem de muito longe, mas nunca deu passos tão importantes, quanto na atualidade, pois, 1964 viu nascer o "Estatuto da Terra", entretanto nunca foi possível pô-lo em prática. Vale salientar que este importante documento não foi dádiva do governo militar, foi uma luta dos trabalhadores que queriam modificar a estrutura fundiária do país e melhorar a distribuição da renda nacional, tendo em vista a entrada de capital, no meio rural, e os constantes conflitos existentes nos mais longínquos rincões do Brasil. A reforma agrária é necessária, mas não da maneira como o governo federal quer implantar.

Ao referir-se ao problema da reforma agrária aqui no Brasil, salienta-se de imediato, o poderio econômico. Inegavelmente, o Estado brasileiro é capitalista, monopolista e concentrador. Os representantes na Câmara Federal e no Senado, são porta-vozes do grande capital e dos latifúndios, nunca batalhadores pela causa comum de todos os cidadãos. Com isto, insinua-se que uma reforma agrária, que atenda aos interesses dos agricultores é uma balela e

jamais sairá. É claro que o poderio econômico jamais permitirá que a terra e a renda agrícola sejam equitativamente bem distribuídas, pois os benefícios que a classe dominante acumula, não serão tomados do dia para a noite.

Com este levante em favor da reforma agrária, começam a surgir os que estão a favor e os que estão contra. De um lado estão os trabalhadores rurais, que juntamente com grupos sociais outros que estão participando do processo de produção, exercem pressão no sentido de agilizarem a tão propalada reforma. Por outro lado, os latifundiários procuram emperrar este trabalho, para que a reforma agrária não seja implantada e o plano do governo seja frustrado. Não se sabe até que ponto tem fundamento o plano nacional de reforma agrária, tendo em vista que o próprio Presidente da República é um latifundiário e o fato de distribuir terras a alguns trabalhadores não significa reforma agrária.

Sabe-se que esta luta nunca se acaba do lado dos trabalhadores do campo. A luta dos trabalhadores é milenar e a terra nunca foi para quem nela trabalha, mas sim, para assegurar o poderio da burguesia capitalista, em busca de altos rendimentos. Diversas tentativas de estruturar a divisão da terra no país foram feitas e nenhuma vez surtiu efeito. A primeira vez, foi na época da independência, pois José Bonifácio - Patriarca da Independência - fez, já naquela época, uma proposta de utilização das terras improdutivas das sesmarias. Nota-se que nenhuma vez, a participação dos trabalhadores do campo estava presente, somente a burguesia das terras, ou não, estava nesta partilha.

Mas, foi a partir de 1950, com o aparecimento das Ligas camponesas, as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra, é que teve início a organização de luta, para reivindicar uma verdadeira reforma agrária, que culminou com a realização de um Congresso na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1961. Foi neste período que começaram a surgir os sindicatos, que tinham como objetivo o maior emperramento dos trabalhos populares em favor da reforma agrária e tentar conciliar os interesses dos camponeses e

latifundiários, quanto ao problema da terra. Nesta época, a Igreja estava ao lado dos patrões, quando tentava a todo custo demolir o trabalho das Ligas Camponesas.

Entretanto, foi no governo de João Goulart, ou seja, mais precisamente em março de 1963, que o Senhor Presidente da República, enviou ao Congresso Nacional, uma mensagem propondo mudança na Constituição, quanto à estrutura de terras no país e, em anexo, um ante-projeto de reforma agrária, onde se estabelece a desapropriação por interesse social e a indenização dos bens desapropriados em títulos da dívida pública. Foi este fato inconcebível pelo poder que derrubou Jango da presidência. Foi a voz do latifúndio que se levantou e ecoou tão estridentemente, em Brasília e culminou com vinte e um anos de ditadura militar. Foram vinte e um anos de páginas negras na história do Brasil, que dificilmente se apagarão da mente dos brasileiros.

Mas foi com a Revolução de 1964 que foi retomado o problema da reforma agrária, e se criou um grupo de trabalho que resultou na Emenda Constitucional n. 10, de 10 de Dezembro de 1964 e o Estatuto da Terra. Essa Emenda foi a que motivou a queda do governo João Goulart, até hoje inexplicável. Sabe-se, desta forma, que a criação do Estatuto da Terra foi uma pressão dos Estados Unidos, através da Aliança para o Progresso, reatamento de alianças com Cuba. Isto se explica devido ao comprometimento do governo brasileiro, desde 1960, na Conferência de *Punta Del Este*, em realizar a reforma agrária, em todo o território nacional. Com isto, o governo democrático caiu, no entanto ficou o compromisso que o governo militar pensou em adotar.

Com o regime militar, o governo tenta redefinir de maneira ditatorial o processo de expansão capitalista no país, acatando a institucionalização das reivindicações sociais e políticas da sociedade, onde a reforma agrária, estava como um dos pontos fundamentais. Com este paliativo, conseguiam-se amenizar, os problemas sociais do momento, embora tenha surgido uma política de desenvolvimento rural que estava no Estatuto da Terra e, na verdade, só atenderia aos interesses do grande capital monopolista.

Disto se conclui que o Estatuto da Terra não veio causar nenhuma mudança na estrutura agrária, mas, viabilizar o programa que apóia o fortalecimento do capital latifundiário.

Mesmo com a repressão militar, que ocorreu no pós 1964, os trabalhadores do campo prosseguiram lutando no sentido de pressionar o regime vigente para a realização da reforma agrária no país. Foram muitas as tentativas de realizar este sonho que há muito estava nas noites de muitos e muitos brasileiros. Em 1979, a reforma agrária suplanta todas as reivindicações e passa a ser a vanguarda de toda a luta dos trabalhadores rural, na exigência do cumprimento da lei. Isto aconteceu no III Congresso dos trabalhadores rurais. Disto, extraiu-se que não é possível reforma agrária sem uma mudança no regime político e, conjuntamente, com outros problemas da sociedade, a luta pela derrubada do regime se consolidou.

Hoje, a reforma agrária é o prato do dia. Nos Sindicatos, nas Associações de classe, ou de bairros e em todas as agremiações de reclamações populares. Com tudo isto, falta o que é mais importante, ouvir os trabalhadores, sentir a que tipo de reforma agrária ele aspira e não impor uma reforma estruturada nos gabinetes ministeriais de Brasília. Saiu o plano de reforma agrária para o país, mas as partes interessadas, não foram ouvidas e, quando foi oficialmente divulgado, a parte mais forte se pronunciou e imediatamente teve-se um recuo nas idéias principais no plano original. Os latifúndios criaram a UDR (União Democrática Ruralista) e, em seguida, as idéias sobre reforma agrária foram mudadas.

A questão agora não é reforma agrária em si, mas a política agrícola adotada no país. Em um simples entender, a reforma agrária não resolverá o problema dos agricultores, apenas é mais um espaço conseguido. O importante é que o governo procure organizar uma política que estruture melhor a atividade rural no Brasil. Para isto, encontra-se um reforma bancária e creditícia. Uma política de desenvolvimento rural que abranja o pequeno agricultor. E um apoio melhor ao homem que vive e está para o campo, assim como

o ser humano está para a natureza. Enfim, uma política rural será muito mais eficaz, do que uma reforma agrária, ou, mais especificamente, uma distribuição de terra para eliminar conflitos sociais.

Desta maneira, as conclusões sobre reforma agrária são óbvias, não adianta praticar tal política se não existirem condições suficientes para o agricultor executar suas atividades. Se o agricultor não participar do trabalho de reforma agrária, toda esta movimentação cairá por terra por se ter exemplos e mais exemplos de reforma agrária que não deram certo, porque a maneira como se fez programa rural foi inadequada. Toda mudança social pode e deve sair do seio da população, sob o crivo de ser fadada ao insucesso, e isto é fácil de provar pelos imensos exemplos que se tem de reformas e nenhuma tem sido eficaz.

Não se tem hoje em dia uma extensão de terra bem distribuída no país, nem tão pouco se conseguiu uma reforma agrária, mas não é por isto que se deve deixar de lado toda essa luta, que tem muitos anos de vida. O importante, é que se continue lutando, porque um dia chegará de tal modo que sirva ao trabalhador do campo, que nasceu, vive e quer trabalhar no seu torrão natal. Se a prática não chegou, não se deve desvanecer da idéia, porque os ideais não morrem. mesmo que haja muita dificuldade de torná-la realidade àqueles que querem diminuir as dificuldades do campo. É preciso que todos empunhem essa bandeira, para que se tenha pelo menos diminuída a migração campo/cidade e este é um dos maiores problemas que acabrunha e maltrata tanto o homem do campo e, em especial, do semi-árido nordestino.

A ECONOMIA DO SEMI-ÁRIDO

O Nordeste brasileiro é uma região composta de terras úmidas, que produzem tudo que se plantar e até algumas delas precisando de alguma adubação, dependendo do que se vai plantar, para que a produção seja boa. Por outro lado existem terras semi-áridas, isto é, terras que precisam de água, de irrigação e de muitos instrumentos de trabalho para que se consiga a sua produção, isto significa dizer, tenha boa viabilidade. Para tanto, é preciso que haja um interesse governamental quanto à eliminação das dificuldades que os habitantes do semi-árido passam na sua sobrevivência, quanto aos tipos de cultura a trabalhar e a manutenção no seu processo de crescimento até a sua ida ao consumo final

Sendo assim, não se sabe por que, mas as universidades brasileiras continuam a estudar os modelos bem comportados de países desenvolvidos e industrializados, como por exemplo, as experiências americanas, inglesas, francesas, alemãs e esquecem a realidade do país, especificamente, do Nordeste. O Nordeste é uma região pobre e nunca os modelos de países desenvolvidos e industrializados servirão para explicar os problemas desta região e propor política para o seu desenvolvimento. No Nordeste brasileiro predomina a pequena produção, tanto na agricultura, como nas zonas urbanas e, no mais das vezes, de maneira informal, tendo em vista os grandes encargos que levam aos poucos ganhos daquele produtor, que apenas sobrevive com a pequena produção.

O mais importante é voltar os estudos universitários aos problemas da região, fundamentalmente, do semi-árido nordestino. A região semi-árida do Nordeste significa mais ou menos 80% da área total da região, tem-se procurado os mais diversos meios de desenvolvê-la, mas, em vão, porque as políticas adotadas para aquela região têm sido apenas paliativos, que só fizeram engordar os bolsos dos grandes latifundiários nordestinos. O primeiro exemplo são os famosos açudes criados com o objetivo de

armazenar águas e salvar as terras quentes do Nordeste, das grandes secas que maltratam o sertanejo e caririzeiro. Conta-se que grandes estudiosos estiveram na região tentando entender os seus problemas, mas nada fizeram.

Quando se fala em semi-árido, devem-se buscar exemplos de regiões idênticas, ou mais secas, que tiveram seus problemas resolvidos a contento e o Nordeste brasileiro continua do mesmo jeito, sem nenhuma perspectiva, para se sair deste estado de coisas. É o caso do Egito, de Israel e de alguns países da África que tiveram o problema da seca contornado, mas, no caso brasileiro, recursos e mais recursos, têm sido alocados aos pesquisadores e executores de política de desenvolvimento e, ao se dar uma volta, verifica-se que nada foi feito e não será feito. É nesta região que se encontram os métodos de trabalho mais artesanais possíveis, onde predomina o trabalho em família e/ou empresa com média entre 3 ou 4 empregados.

A produção na região semi-árida é estritamente de sobrevivência e em pequena escala, pois vasta área desta região é desertificada pelos efeitos das secas, que constantemente assolam toda esta área. Predominam grandes áreas improdutivas, em termos de agricultura, onde a pecuária é sua principal atividade. A intensificação do semi-árido faz com que, áreas e áreas de terras secas só produzam palmas. Somente nas áreas de vazante é que se produzem capim e outras culturas dos tipos tomate, banana, etc, mas o pouco que produz, não tem mercados satisfatórios e isto gera um preço baixo. Com os rios, tem-se uma pequena irrigação, que implementa uma produção, em escala maior, e aparece um outro problema, que é a falta de financiamento.

O capital financeiro não está disponível a todo agricultor do semi-árido, tendo em vista ser a maioria dos agricultores produtivos, pequenos produtores que trabalham em terras alugadas, ou de parceria. O crédito bancário exige uma certa garantia pelo capital alheio, mas o pequeno produtor não tem esse meio de assegurar tal crédito e, desta forma, perde o capital que o ajudará na sua produção. O semi-árido não é composto somente de pequenos

produtores, existem também os grandes, entretanto, o crédito lhes é mais fácil. Com esta disponibilidade, esse agricultor adquire e aplica em outros negócios, que não é a atividade do meio rural. Desta forma, a grande extensão de terra só serve para conseguir financiamentos federais e aplicar em atividades particulares.

Quanto ao processo tecnológico, o semi-árido está muito atrelado ao sistema de trabalho: "meu avô, meu tio faziam assim e dava certo, por que é que comigo não dá certo?". As técnicas de trabalho são primitivas e resistentes ao progresso, quando vindo de cima, isto é, quando o governo quer implantar tal tecnologia, sem uma consulta prévia, a quem vai utilizá-la. A resistência à entrada de novas tecnologias no semi-árido decorre de experiências passadas, que não deram certo e deixaram os agricultores com medo. Um outro fator de resistência, ao recebimento de uma inovação tecnológica são os encargos sociais, que o governo federal impõe aos agricultores e isto os deixa com medo de perder suas poucas terras.

Ainda comentando a tecnologia do semi-árido, constata-se facilmente a utilização intensiva de mão-de-obra, tendo em vista o acesso a essa inovação e, em segundo lugar, como utilizar esse ganho tecnológico. Em sua maioria, o semi-árido é composto de uma economia de subsistência, com plantações isoladas, ou consorciadas. Isto significa, não existirem excedentes para exportações e, se alguém fizer, faz contra os princípios da própria economia. O que é um fato é que a economia semi-árida importa muitos produtos que a produção local não consegue fabricar. Algumas produções mais expressivas não se encontram no semi-árido, mas em regiões ricas e é nesta área que se dá um nível maior de exploração do trabalho humano.

Ao se comentar sobre a produção do semi-árido, não se devem esquecer os tipos de rendimentos que acontecem na região. Como se sabe, os ganhos econômicos dos agricultores/trabalhadores e patrões efetivam-se de maneira diversa, dependendo do poder de exploração que os mais fortes exercem sobre os mais fracos. Vale salientar que o agricultor/trabalhador nunca sai ganhando, devido à

maior parte da produção ser enviada ao dono da terra e é isto que tem provocado a maior rivalidade entre o trabalhador da terra e aquele que se aproveita dela. Os tipos de rendimentos que acontecem na região são: a meia, a conga, a terça; o trabalhador produz na terra do patrão, mas, está obrigado a trabalhar alguns dias para o dono da terra, etc.,

Ao se definirem os rendimentos do trabalhador rural do semi-árido, inferem-se imediatamente, o estado de pobreza e a miséria em que vivem o caririzeiro e o sertanejo do Nordeste semi-árido. Além disto, soma-se o período de seca que acontece regularmente, com isto fica fácil uma conclusão catastrófica. É este nível de pobreza que expulsa o homem do campo, em busca de melhores dias na cidade, levado pelo que, na pior das hipóteses, é ganhar o salário mínimo, mas, ao chegar na cidade, não encontra nada de bom e se arrancha na periferia, formando as favelas, onde, a princípio, procura viver condignamente e, ao não mudar de situação, o caminho é a prostituição, o roubo, os saques a embriaguez, etc.,

Quanto à produtividade do trabalho, ela é muito fraca, devido a, como explicado anteriormente, ser um setor intensivo em mão-de-obra. É significativo o número de empregado na economia semi-árida, pois, a produção tipo exportação é muito pequena, é óbvio, tem um número significativo de empregados, entretanto, são poucas estas empresas agro-industriais na região. Sabe-se da atuação da EMBRAPA, da EMATER, da Universidade e de outros órgãos de difusão e inovação tecnológica, porém a maneira como estes órgãos fazem este trabalho, ao invés de melhorar, dificulta muito mais as mudanças tecnológicas nestas áreas. É muito fácil de sentir isto, pois ao conversar com um agricultor, claramente este mostra sua revolta.

O semi-árido é uma economia pobre, porque os políticos fazem-na ser desta forma. São pobres os agricultores/trabalhadores. Aqueles que não tem acesso ao crédito bancário. Aqueles que não tem nenhum Deputado, que os defenda da justiça, quando é beneficiado por altos volumes de investimentos governamentais e

não os aplica. E são pobres aqueles que sabem que a seca não é a sua maior rival, mas o próprio latifúndio industrial, que vive de buscar subsídios para esta região e aplicar em regiões ricas do país. O semi-árido não é um desafio, é só os governos quererem e o lobisomem da seca será desmascarado de uma vez. O capitalismo faz as leis e são elas que fazem uns pobres e outros ricos, ao seu bel-prazer.

A economia do semi-árido, não está só na agricultura, pois nos períodos sazonais, esses agricultores têm que procurar uma outra atividade para a sua sobrevivência e isto é feito nos trabalhos com couro, pago aos trabalhadores pela sua produtividade. A pequena produção nas cidades, ou até mesmo no campo, participa da sobrevivência do sertanejo, ou caririzeiro que, fora da agricultura ou pecuária, procura uma outra maneira de ganhar a vida. Para o semi-árido falta apenas uma política séria para tornar viável a vida no campo, como produção e atividade pertinente à sobrevivência daquele que nasceu e sobrevive do que existe em sua localidade, pois somente com condições de vida ao agricultor do semi-árido, é que se fará uma região promissora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar a economia, a formação social e sindical e política de Campina Grande, assim como, sua circunvizinhança. Com isto, conseguiu-se algum resultado muito importante no conhecimento do que aconteceu em Campina Grande, desde o seu nascedouro até os anos da década de 1980. Nestes levantamentos, muitas informações foram levantadas, e conseguidos alguns esclarecimentos sobre a realidade da formação política da população dessa cidade, isto é, a formação dos sindicatos, das sociedades de amigos de bairro, a sua confederação e alguns outros movimentos que levaram a uma conscientização desse povo. Também, é claro, os partidos políticos tiveram participação nesses movimentos quando, inclusive, esses movimentos estavam tolhidos de se pronunciar a favor da população.

Sobre os movimentos comunitários no município, observou-se que foi um movimento importado, mas, que contribuiu muito para a formação política, não somente de Campina Grande e circunvizinhança, porém, todo Brasil participou desse trabalho. Foi com os conhecimentos de princípios revolucionários que o país conheceu a democracia e com a democracia, veio o clarear dos direitos do cidadão, como político e como amigo de bairro. Importante, também, frisar que muitos políticos partidários usufruíram desses ensinamentos e participando do processo de formação, muitas das vezes se debelando contra todo esse movimento. São os chamados demagogos que usam a filosofia dos movimentos comunitários, na verdade, são agentes do sistema que buscam sempre se locupletar com as benesses do poder, em cuja capa vestem-se de comunitários, ou de revolucionários

Os movimentos comunitários são, até certo ponto, ingênuos e bem intencionados, quando tem por meta fundamental, o bem-estar (*well-fare*) de seus irmãos e companheiros de batalha; são os

chamados idealistas que desejam um mundo melhor para todos. Estes movimentos não são de hoje, isto é, do século XX, ou de alguns iniciadores de movimentos de base, ou de comunidades sofridas que precisam de ajuda, mas de toda uma conjuntura que necessita conhecer-se. Entretanto, sabedores de que os movimentos comunitários se sensibilizam com qualquer discurso de ajuda mútua; de solidariedade; é que muitos políticos têm tirado proveitos desta situação e depois dão as costas. Têm outros políticos que nascem no movimento comunitário e depois de conseguido seu intento, fazem como querem e entendem, deixando o trabalho comunitário ao deus dará e o que passou, passou.

No caso de Campina Grande, levantaram-se alguns fatos interessantes que devem ser levados em consideração, isto significa dizer que, os trabalhos comunitários sortiram alguns efeitos importantes para o processo de desenvolvimento do município. Muitas reivindicações que são feitas na cidade sobre questões de bairro têm se levando em consideração, tendo em vista que, precariamente, mas, são atendidas, pois, existem os famosos amigos pessoais do prefeito, ou governador que têm certos privilégios. É uma lástima, mas, inegavelmente, é um ponto importante que deve ser levado em consideração e isto tem trazido algum trauma aos bairros que seus representantes participem de outros esquemas de grupos políticos, pois, isto é degradante, tanto para as autoridades da administração municipal, como para o próprio prefeito que se deixa levar por este tipo de política mesquinha.

É fácil recordar que muitos políticos mais direitistas, ou menos radicais, tinham medo de que o governo popular e socialista, pelo menos em princípios, fosse tornar Campina Grande numa soviétes existente no coração da Paraíba. Era fácil ver nas conversas de política o temor de o município ser dirigido por comitês de bairro, em cuja filosofia não era bem entendida pelos seus partícipes municipais. Constatou-se que boa vontade o governo até que teve, mas, as situações que cercavam e a própria índole do dirigente maior não ser a de um trabalho comunitário, essas idéias morreram e Campina Grande não teve o prazer de trabalhar comunitariamente.

Voltou-se ao passado de um governo ditatorial, um rei absoluto, em cujo movimento de base, ou comunitário era somente faixada, ou cabide de emprego para cabo eleitoral que participasse do esquema.

Movimento comunitário, significa democracia, significa participação do povo, não o povo no sentido lato, isto é população, mas, o povo no sentido da representação em que todos participam, com discussões, debates, participações e exigências. Sob este *slogan* defragou-se a "Revolução de 1964", em cujo princípio não há como entender um movimento democrático que prende quem fala, que mata quem lidera e tortura aquele que trabalha pelo bem-estar (*well fare*) da população de qualquer parte do mundo. A fundamentação democrática se dar de maneira contrária, isto é, conversação, ouvir os movimentos de base, selecionar as melhores idéias, estas que façam desenvolver a comunidade e tentar aplicá-las no dia a dia dos comunitários. E aí vive a democracia e a participação de todos na luta pela melhora de quem quer um mundo melhor, cooperativo e associativista.

É dentro desta filosofia que neste trabalho vão algumas idéias sobre como se viver democraticamente, socialmente e cooperativamente, sem rechaçar os princípios capitalistas que podem viver conjuntamente dentro da ordem e do progresso. Sendo assim, propõe-se uma economia comunitária que nada mais é, do que um capitalismo humano, em cujos recursos gerados deverão servir para todos os seus participantes e nunca grupos familiares, ou de oligarquia exploradora. Ainda mais, propõe-se uma SETRABES (Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social) diferente, que não viva de doar caixões de defunto, ou feirinhas a pedintes, ou remédios a doentes pobres mas uma Secretaria que procure melhorar a situação social do ser humano. Isto se faz na cooperação com os industriais, os comerciantes e até mesmo latifundiários, na busca de tentar minorar as desigualdades sociais existentes no município, como as favelas e os bairros pobres.

Na secção desses trabalhos, procurou-se mostrar alguns movimentos de ação no mundo da política, em especial, de um partido que viveu muito tempo sendo oposição que, de repente,

acha-se no poder. Tem-se que a oposição no poder, só conseguiu devido conchavos e barganhas para que se obtivesse, na verdade, as condições de se chegar à dominação do ambiente político. Desta feita, a oposição no momento, chega ao poder porém, os ideais de tantas lutas que se travaram ao longo de tanto trabalho de conscientização, foram deixados de lado e a única opção que restou foi emprestar a sigla a um forasteiro e o próprio partido ficar de fora. Esta é a contradição entre política e poder, ao considerar que política é administração; é congregação de idéias; é buscar progresso e é, sobretudo, o gerenciamento dos contrários, pois, só assim, é que se conseguirá dar bem-estar a uma sociedade.

Depois destes estudos sobre política e movimento comunitário, é que, investigou-se a situação da formação da economia campinense, desde os inícios da formação de sua economia até os dias atuais ao se trabalhar com a economia industrial dos calçados. Quanto à economia campinense, conseguiram-se muitas informações importantes sobre as suas origens, isto é, as descobertas que aconteceram quando Campina Grande nascia para o progresso. Os tropeiros, a produção do algodão, as feiras livres foram os marcos do nascimento da cidade, todavia, de lá para cá houve alguns progressos, que culminaram com o nascedouro das fabricas de transformação. Nestes estudos limitou-se a estudar a economia dos calçados, mas algumas outras atividades também surgiram ao mesmo tempo que a economia campinense se organizava para o seu crescimento, apogeu e surgimento de derivados, ou outros setores que necessitasse.

Os estudos prosseguiram levantando pontos importantes quanto à economia do forró-dromo, que foi uma idéia de Ronaldo Cunha Lima, em tornar o ambiente do parque do açude novo, não numa palhoça de festas juninas, mas, num marco de festas de São João/São Pedro que são próprias do Nordeste brasileiro. Foi desta forma que surgiu o Forró-dromo e é muito importante para a economia, tendo em vista que esquentou a economia informal do município e deu condições de sobrevivência a uma grande parte de famílias pobres, é claro que não resolveu o problema do

desemprego, mas, é um paliativo forte na sua minoração. A efervescência do forró serviu não somente para Campina Grande, mas, toda a região do Nordeste pode se beneficiar com a ativação do São João/São Pedro e o mais importante, é que acordou este tipo de festividade nas cidades da redondeza que a muito tempo não atuava.

Voltando aos movimentos comunitários, é bom salientar, a sua atuação em diversas atuações do governo municipal e os limites impostos pelos movimentos, feitos pelas sociedades de amigos de bairro e o governo teve algumas vezes que retroceder. É o caso dos transportes coletivos urbanos que numa constante subida de preços, o governo municipal teve que organizar melhor a sua estrutura e partir para estipular tarifas de coletivos urbanos dentro de uma certa limitação. Foi um ganho dos movimentos de base que conseguiram impor a sua força para o bem da coletividade, mesmo no princípio desse certo e depois, com esse movimento comprometido, as forças comunitárias esvaíram-se, deixando tudo nas mãos do titular do município. Tudo isto foi constatado nas pesquisas que foram feitas para se conhecer a situação política das comunidades campinenses e o que fazem para conseguir benefícios para os bairros.

Além destes trabalhos já citados, não poderia deixar de incluir uma investigação que foi feita nas favelas campinenses, que constitui hoje em dia um problema social muito grande, não somente nas cidades pequenas e pobres, mas, também, nos grandes centros onde a miséria campeia. Ao se observar as favelas e fazer as devidas simulações sobre seu nível de renda e de educação, verificou-se o que se comprovou em diversos estudos de pesquisadores já consagrados. A falta de higiene; a prostituição; a falta de educação escolar; as habitações sem de condições de vivência e a promiscuidade existente são pontos nevrálgicos das moradias na favela. Este estudo deixou clara esta situação de pobreza e miséria em que vive o homem favelado, vindo do campo, ou pessoas que querem formar uma família e não tem condições de organizar uma casa residencial para uma vivência tranqüila e feliz.

Este leque de estudos também pode dar condições de que se investigasse a vida e história de Boqueirão, cidade interiorana que participa direta e indiretamente do cotidiano de Campina Grande, tendo em vista que as indústrias e a vida deste município está na dependência direta do açude Epitácio Pessoa. O potencial deste açude abastece Campina Grande e algumas cidades de sua circunvizinhança, todavia, sem a participação da água na vida econômica da região, talvez não tivesse condições de Campina Grande conseguir algum progresso sócio-econômico. É desta forma que Boqueirão participa da economia de Campina Grande e de maneira muito mais forte que é a influência de seu açude na economia regional, pois, são os açudes, questões soluções para a Nordeste e que têm trazido grande polêmica quanto às secas existentes e que sua situação não foi revertida.

Vale salientar que os açudes produzem peixes de diversos tipos e que podem ser tratados como elementos econômicos de fundamental importância para os habitantes de suas margens e daqueles que vivem da pesca de peixes de água doce. Poder-se-ia fazer um trabalho de cooperativas, onde os trabalhadores poderiam melhor racionar esta atividade e tê-la mais lucrativa, pois, somente uma cooperativa seria a solução para muitas famílias que vivem da pesca. Neste mesmo sentido, pode-se encarar a questão da pequena produção, que constitui muitas dificuldades para as autoridades governamentais, que não sabem tomar decisões cabíveis para eliminar ou diminuir este problema. A pequena produção industrial, ou rural deve ser bem estudada para que haja um direcionamento da atividade produtiva da região que precisa ser melhor estruturada dentro daquilo que ela já vive cotidianamente.

Finalmente, os estudos levantados dizem que não é preciso, de maneira tão radical uma reforma agrária, mas uma estruturação que deixe o homem do campo viver no campo, proporcionando-lhe condições de trabalho mesmo que ele tenha que pagar os recursos adquiridos. Foi feito um estudo sobre reforma agrária e se constatou a necessidade de que o homem do campo fosse melhor visto pelas autoridades que relegaram o campo a um plano bem inferior

daquele que ele na verdade merece. O Nordeste, a Paraíba e Campina Grande estão dentro do semi-árido, região seca e com pouca produtividade e dentro dos princípios de reforma agrária que se poderia chamar de outro nome, poderia ser melhor estudada a questão das secas, da pequena produção e da possibilidade de formação de cooperativas que dessem condições de um progresso do povo interiorano e sobretudo, das zonas semi-áridas que necessitam de apoio e recursos.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. *Dos Argumentos Sofísticos*. São Paulo, VICTOR CIVITA, 1993.
- AZEVEDO, Aluizio de. *O cortiço*. Rio de Janeiro, ática, 1991.
- BELTRÃO, Calderon. In: *Formação industrial do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1975.
- BIDDLE, W. W. *Desenvolvimento da Comunidade*. Rio de Janeiro, AGIR, 1972.
- BIRAN, Maine. In FONTOURA, Dino F. *Filosofia do Vestibular*. São Paulo, Saraiva, 1964.
- BONNAR, James. *Malthus and his Work*. 1885
- BOSSUET, Jacques. In: R. Jolivet. *Introdução à filosofia*. São Paulo, Saraiva, 1992.
- CALÓGENAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1957.
- CASSELMAN, Paul H. *The Cooperative Movement and Some of its Problems*. New York: Philosophical Library, 1952.
- COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positivista*. São Paulo, VICTOR CIVITA, 1993.
- COTRIM, Gilberto. *Fundamentos de Filosofia (Ser, Saber e Fazer)*. São Paulo, Saraiva, 1993.
- CUNHA, Euclides. *Os sertões*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- DODDY, H. H. *Informal Groups and the Community*. New York, 1952.
- DOMAR, E. D. *Essays in the theory of economic growth*. Oxford University, 1957.
- ENGELS, F. *Manuscritos*. 1895.
- FISHLOW, Albert. in Jorge de Sousa. *Estatística econômica e social*. Rio de Janeiro, Campus, 1977.
- _____. *Brazilian size distribution of income*. American economic review, 62(2), maio, 1972.

FONTANA, Dino F. *Filosofia do Vestibular*. São Paulo, Saraiva, 1964.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo, Moraes, 1980

GEORGE, Henry. *Progress and Poverty*. 1879

GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações Populares Urbanas*. Autores Associados, São Paulo, 1982.

GONNARD, R. *Histoire des doctrines économiques*. Librairie générale, França, 1947.

GUEVARA, che. *Man and Socialism in Cuba*. in Che: The Selected Works of Ernesto Guevara. Cambridge: MIT Press, 1970.

HARTWIG, *Untersuchungen über die erstendes gildewessens*. 1862.

HAWTREY, R. G. *Good and bad trade*. 1913

------. *Currency and Credit*. 1919

------. *Monetary Reconstruction*. 1923

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo, VICTOR CIVITA, 1983.

HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo, HEMUS, 1976.

HUSSERL, Edmund. *Fenomenologia*. In COTRIN, Gilberto. *Fundamentos de Filosofia (Ser, Saber e Fazer)*. São Paulo, Saraiva, 1993.

JOLIVET, R. In FONTOURA, Dino F. *Filosofia do Vestibular*. São Paulo, Saraiva, 1964.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo, VICTOR CIVITA, 1993.

KAUTSKY, Karl. *Theorien über den Mehrwert*. 1910.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, juros e renda*. Rio de Janeiro, ATLAS S/A, 1982.

LAHR, C. In FONTOURA, Dino F. *Filosofia do Vestibular*. São Paulo, Saraiva, 1964.

LANGONI, C. G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.

LEET, G. *The Analysis and Avaluation of Community Development Project Proposals*. New York, 1962.

LENIN, V. I. *State and Revolution*. New York: International Publishers, 1932.

LEONTIEV, A. N. *Atividade e Consciência*. Livros Horizontes, Lisboa, 1980.

LUKÁCS, Gyorgy. *Conscience de Classe*. Extraído de Histoire et Conscience de Classe, Éditions de Minuit, Paris, 1960

MALTHUS, Robert. *Teoria da população*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. *O Capital*. Difusão Editorial S/A, São Paulo, 1984.

MEISTER, A. *Quelques Aspects Méthodologiques de la Recherche Sociologique dans les Associations volontaires et les Groupes Cooperatifs*. Paris, BECC, 1962.

MELVIN, Peter. In: *O CORREIO DA UNESCO*. Janeiro, ano 7, no 1, Brasil, 1978.

MILL, James. *Elements of Political Economy*. 1821.

MILL, J. S. *Principles of Political Economy, with some of their Applications Philosophy*. 1848.

MILHAUD, E. In: ROJAS, Rosendo Coria. *Introducción al Estudio de Cooperativismo*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1961.

OIT *Organização Internacional do Trabalho*. Genebra.

PASTORE, Antonio Celso. *Observações sobre a política monetária de estabilização*. Tese de Livre-Docência. São Paulo, USP, 1973.

PIAZZA, Walter F. *O escravo numa economia minifundiária*. São Paulo, UDESC, 1975.

PLATÃO. *Sofistas*. São Paulo, VICTOR CIVITA, 1993.

PONTES, Antonio Barroso. *Sertão brabo*. Rio de Janeiro, AGIR, 1979.

PREUSS, Walter. *El Cooperativismo en Israel y en Mundo*. Tel Aviv, 1963.

QUEIRÓZ, Raquel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro, edições Didáticas, 1981.

QUESNAY, F. *Tableau Economique*. In: História do pensamento econômico. Fred BELL, São Paulo, AGIR, 1978.

RAE, John. *Life of Adam Smith*. 1895.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. São Paulo, Martins, 1974.

RICARDO, David. *Princípio de Economia Política e da Tributação*. São Paulo, VICTOR CIVITA, 1983.

- ROCHER, Guy. *Sociologia Geral*. Lisboa, Editorial Presença, vol. 2, 1971.
- ROSTOW, W. W. *The Stages of Economic Growth*. Cambridge, 1960.
- ROUSSEAU, J. J. *O contrato social*. São Paulo, Saraiva, 1975.
- SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo, VICTOR CIVITA, 1993.
- SANTO TOMAS DE AQUINO. *Suma Teológica* São Paulo, VICTOR CIVITA, 1993.
- SCOT, John Duns. *Escritos filosóficos*. São Paulo, VICTOR CIVITA, 1993.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro, Hemus, 1984
- SÓCRATES. *Diálogos Críticos*. São Paulo, VICTOR CIVITA, 1993.
- STAUDING, R.(1908). In: JOHANNEN, U. Org. *A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, 1973.
- SUDENE Diagnóstico e programa de industrialização: subsídios para a elaboração do Plano de desenvolvimento. Recife, SUDENE, 1972.
- SULLEROT, Evelyne. *Les changements de rôles de hommes et des femmes en europe*. In: O Correio da UNESCO, janeiro, ano 7, no 1, Brasil, 1978.
- SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, AGIR, 1978.
- TAUSSIG, F. G. *Principles of Economics*. New York, 1946.